



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **ACTA DA 1.^a REUNIÃO DA 1.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA** -----

----- **MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 27 DE MARÇO DE 2006** -----

----- **ACTA Nº 3/2006** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Março de dois mil e seis no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Vidal Diogo Fernandes Antão e como segundo Secretário, a Senhora Doutora Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da A.M. declarou iniciada a 1.^a Reunião da 1.^a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e três Membros (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João dos Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Carlos Jaime Fonseca Santos, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Eduarda Maria Ribeiro Matos Godinho, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, António José Viana Basto, Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Joaquim dos Reis Marques, Luís

Alberto Lopes, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Arnaldo António Pereira, Daniel Branco, Joaquim Vieira Cotas, António Vieira Grosso e Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho) desta Assembleia Municipal. -----

----- Os Senhores Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Paulo José Frischknecht, Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha, José Jorge Pereira, Fernando Caldeira Martins, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Ana Paula Ribeiro Aboim Gomes, tendo sido substituídos, respectivamente, pelos Senhores José Henriques Marques Santana, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, António José Viana Bastos, Joaquim Vieira Cotas e Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho. -----

----- Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais e os Senhores Vice-Presidente Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e Vereadores Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, Emanuel Silva Martins, José Eduardo Leitão Peres da Costa, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues Oliveira, Amílcar José da Silva Campos, Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----
Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53º., da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Eleição do Representante de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oeiras – Ofício N.º 8386 – 06.03.13;-----

----- Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 337/06 relativa ao Proc.º N.º 193/04 – Loteamento do Almarjão – Execução de infra-estruturas gerais – Alienação de 2 lotes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

incompletos – Gerium – Promoção e Construção Imobiliária, S.A. – Ofício N.º 11197 –
06.03.02; -- -----

-----Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 379/06 relativa à Construção de
Rampas para Cidadãos com Mobilidade Reduzida – Isenção de Taxas – Ofício N.º 13453 –
06.03.13; -- -----

-----Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 321/06 relativa às Grandes
Opções do Plano e Orçamento da C.M.O. para o ano de 2006; -----

-----Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 115/06 relativa às Grandes
Opções do Plano e Orçamento dos S.M.A.S. para o ano de 2006. -----

3. APROVAÇÃO DE ACTA -----

3.1. Acta da 1ª Reunião da 1ª.Sessão Ordinária de 20 de Fevereiro de 2006-----

-----O Senhor Presidente submeteu esta acta à votação tendo sido a mesma aprovada por
maioria, com três abstenções da Senhora Maria de Graça Tavares e Senhores António José Viana
Basto e Joaquim Vieira Cotas. -----

3.2. Acta da 2ª. Reunião da 1ª. Sessão Ordinária de 2 de Março de 2006 -----

-----O Senhor Presidente submeteu esta acta à votação tendo sido a mesma aprovada por
maioria, com cinco abstenções das Senhoras Maria Celeste Ferreira Dâmaso e Maria de Graça
Tavares e Senhores António José Viana Basto, José Manuel Parreira Duarte Meira e Joaquim
Vieira Cotas.-----

4. PERÍODO FORA DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----O Senhor Presidente deu início ao Período Fora da Ordem de Trabalhos dando
registo às inscrições e informando que deu entrada propostas que irão ser distribuídas pelos
Membros da Assembleia e posteriormente discutidas.-----

-----De seguida, deu a palavra aos Membros da Assembleia inscritos, tendo usado da
palavra:---- -----

4.1 O Senhor João Aguiam Serra (J.F. Paço de Arcos) referiu o seguinte: -----

----- “Fui hoje alertado pelo Senhor Coutinho sobre o que se passava na Praia Nova de Paço de Arcos, em relação a um contentor com oito metros de comprimento, dois e meio de largura e dois e meio de altura, que lá está e que tem as seguintes letras:”APSA – Soluções em Aço” . -----

----- Embora seja da competência da Administração do Porto de Lisboa, penso que a Câmara Municipal de Oeiras tem que licenciar o bar, o qual já deveria ter iniciado a sua actividade em Outubro, visto ter sido informado pelos Serviços da Câmara que já tem concessionário. -----

----- Já mandei esta notícia para a “Voz de Paço de Arcos e sairá no próximo jornal. -----

----- Outro assunto tem a ver com o facto de estacionarem cinco autocarros na Rua Senhor Jesus dos Navegantes, com o trânsito que há, naturalmente, que os carros têm que se desviar para a segunda via, visto não estar em funcionamento as instalações para que a Rodoviária possa estacionar os seus autocarros.-----

----- Por último, lembro que existem muitas quintas no País, a Quinta da Administração do Porto de Lisboa, a Quinta das Estadas de Portugal, a Quinta da Rodoviária, etc.-----

----- Falando na Rodoviária, recordo que escrevi uma carta porque todos os dias sou confrontado com inúmeras situações e, passados dois meses ainda não obtive resposta, de modo que, gostaria de saber qual é o papel da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, porque se pensam que eu vou desistir, estão enganados. Eu não vou desistir.” -----

4.2 A Senhora Hermenegilda Guimarães (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foram plantadas árvores no passeio da Rua Cidade do Mindelo até ao INATEL e do outro lado não há passeio. -----

----- Como as árvores foram plantadas no meio do passeio as pessoas, principalmente, que levem carrinhos de bebés ou que se desloquem de cadeira de rodas, têm que se deslocar para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estrada. -----

-----Sei que a plantação daquelas árvores não é da responsabilidade da Câmara, mas, esta, poderia tapar as caldeiras com umas redes metálicas, a exemplo do que há na Fábrica da Pólvora, para que os carrinhos e as cadeiras de rodas possam utilizar o passeio.”-----

4.3 O Senhor Arnaldo Pereira (CDU) referiu o seguinte: -----

-----“Tem saído notícias na comunicação social dando conta do interesse de manter no nosso Concelho o projecto da Cidade Judiciária, por isso, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse se há desenvolvimentos nesta matéria e qual a localização proposta pela Câmara e que medidas serão adoptadas relativamente à reposição da situação que resultou dos movimentos de terras efectuado no local inicialmente previsto.” -----

4.4 O Senhor Fernando Beirão Alves (J.F. Barcarena) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Desde mil novecentos e setenta e cinco que todos os autarcas da Freguesia de Barcarena, de todos os partidos, desde a CDU, ao PS e ao PSD, têm reivindicado à Câmara a reconstrução do Palácio Restani. -----

-----Na última reunião da Assembleia Municipal, no período da intervenção do público, tive conhecimento, através da informação do Senhor Presidente da Câmara, que tinha sido aprovado um projecto solicitado pelo proprietário do terreno. -----

-----Vou fazer uma breve visita histórica a todo este processo: -----

-----Em mil novecentos e oitenta e seis foi emitido o alvará de loteamento número dois de oitenta e seis, que definia a possibilidade de uma ocupação urbanística de terrenos em Queluz de Baixo, onde se localiza o Palácio Restani. -----

-----Para o Palácio foi definida a recuperação com inerente adaptação de uma unidade hoteleira. -- -----

-----A Câmara em reunião de dez de Maio de mil novecentos e oitenta e nove deliberou ceder ao proprietário uma área anexa ao Palácio com uma área de mil oitocentos e sessenta e

dois metros quadrados, definidos no alvará de loteamento como estacionamento e jardim, para englobar na unidade hoteleira como forma de incentivar a instalação da estalagem em melhores condições. -----

----- A anexação dessa área ao Palácio teve como condição a obrigatoriedade de executar todas as obras de recuperação e iniciar a exploração da unidade hoteleira num prazo de cinco anos.-----

----- O não cumprimento deste prazo obrigava à reversão dessa área para a posse da Câmara.--- -----

----- Decorridos onze anos deste a emissão do alvará de loteamento sem que o proprietário tivesse zelado pela sua conservação, pelo contrário, tendo contribuído para a sua completa degradação, onde irremediavelmente se perderam painéis de azulejos e frescos de um inestimável valor artístico e patrimonial, deliberou o Executivo Camarário em reunião de nove de Abril de mil novecentos e noventa e sete aprovar a expropriação do Palácio Restani, se no prazo de seis meses não fosse apresentado um licenciamento para as obras da recuperação do Palácio. --- -----

----- A dezanove de Novembro de mil novecentos e noventa e sete e decorridos sete meses daquela deliberação da Câmara, sem que tivesse havido qualquer iniciativa por parte do proprietário, o Executivo Camarário aprovou por unanimidade, requerer a declaração de expropriação por utilidade pública do imóvel e dos terrenos adjacentes, incumbindo os serviços competentes da Câmara a diligenciar os procedimentos inerentes à sua concretização.-----

----- Continua a troca de correspondência entre o proprietário e a Câmara, até que chegamos a dois mil e quatro. -----

----- Não tendo lugar em qualquer destes edifícios e espaço anteriormente cedido, afectar à CMO, por incompatibilidade da sua reorganização funcional interna, foi levada à então Presidente Doutora Teresa Zambujo a decisão da eventual transferência dessa área para outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

local não envolvente, tal como já tinha sido equacionado em vinte e seis de Julho de dois mil e três. -----

-----Face à concordância da Senhora Presidente, ficou, no entanto, condicionado o licenciamento do projecto à cedência prévia desse espaço em condições vantajosas na localização e aceitáveis em termos regulamentares, tendo assim sido admitida a possibilidade de submissão do projecto à Câmara. Deu este entrada com o requerimento número quatro mil seiscentos e vinte e três de dois mil e cinco, processo sessenta e oito, de dois mil e cinco, com o programa volumetria e imagem arquitectónica definida na maqueta, tal como tinha sido esclarecido na reunião de dezasseis de Novembro de dois mil e quatro. -----

-----A informação número mil cento e setenta e cinco/duzentos/DIPE, reproduz a análise do projecto, tendo-se concluído pela sua aceitação, no que refere à proposta programática – filosofia de intervenção e volumetria, ficando apenas pendentes pequenas questões processuais de pormenor que deverão ser juntas ao processo de acordo com o definido no Rejue, regulado pelo Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei cento e setenta e sete, de dois mil e um, de quatro de Junho.-----

-----A informação teve despacho do então Senhor Vice-Presidente Doutor José Eduardo Costa, que passo a ler:-----

-----“Comunique-se.-----

-----Considero que até à emissão da licença de construção deve ser regularizada a situação da construção actualmente ocupada pelos “Fixes”.-----

-----Seria fastidioso ler todo o processo, não posso, no entanto, deixar de aqui manifestar a minha indignação enquanto autarca da Freguesia de Barcarena, por uma decisão da Câmara Municipal de Oeiras, Presidida pela Doutora Teresa Zambujo que mandou “às urtigas” todas as reivindicações dos autarcas de todos os partidos de Barcarena. -----

----- Por sugestões da Câmara e da Junta de Freguesia de Barcarena, foi incutido na população de Queluz de Baixo e da Freguesia que aquele espaço seria um espaço de lazer e de carácter social para a Freguesia de Barcarena. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras por despacho do então Vice-Presidente Doutor José Eduardo Costa, "borrifou-se" em tudo isto, que era uma antiga reivindicação da Freguesia de Barcarena. -----

----- Aproveito a oportunidade para convidar a Senhora Vereadora Teresa Zambujo e o Senhor Vereador José Eduardo Costa a dirigirem-se à próxima Assembleia de Freguesia, que ocorrerá a dezanove de Abril, para explicarem ao povo de Barcarena e de Queluz de Baixo o porquê desta decisão." -----

4.5 O Senhor José Pedro Barroco (J.F. Linda-a-Velha) fez a seguinte intervenção: -----

----- "Gostaria que a Câmara Municipal prestasse uma informação sobre o autocarro MoveOeiras de Linda-a-Velha, que desde o dia dezassete de Fevereiro se encontra parado junto às oficinas da Mercedes Benz Portugal, na Abrunheira e que segundo informação, desde o dia vinte e três de Fevereiro, passado um mês e quatro dias, está pronto para ser entregue e ninguém o foi levantar, razão pela qual não está ao serviço." -----

4.6 O Senhor Daniel Branco (CDU) interveio dizendo: -----

----- "No âmbito de visitas que a CDU tem vindo a fazer ao Concelho e tem programado continuar, visitamos, no passado dia três de Março a Freguesia de Carnaxide. -----

----- Durante esta visita tivemos uma reunião com o Senhor Director do Centro de Saúde de Carnaxide, com a Coordenadora da Unidade de Saúde Local e com a Responsável Administrativa. -----

----- Nesta visita tomamos conhecimento da situação em que se encontra o Centro de Saúde, sobre a imperiosa necessidade de fazer umas instalações de raiz e, sobre a incapacidade de continuarem a trabalhar naquelas instalações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----No dia seis de Março houve uma Assembleia de Freguesia em Algés, na qual foi discutida a situação do Centro de Saúde, que como sabem não está em Algés, mas em Lisboa, mas também não tem condições e, por isso, é necessário um Centro de Saúde em Algés. -----

-----Estas reivindicações da população têm tido o expreso apoio da Coligação Democrática Unitária estando a decorrer um abaixo-assinado no sentido de rapidamente se ultrapassarem estes problemas. -----

-----Neste Concelho há enormes carências em Centros de Saúde. -----

-----Oeiras, Linda-a-Velha e a Cruz Quebrada têm instalações razoáveis.-----

-----Nas restantes Freguesias ou estão degradadas ou não existem instalações.-----

-----Sabemos que a competência para os Centros de Saúde são, essencialmente, da Administração Central, mas, lembro aqui o programa eleitoral da força política que está, neste momento, na Presidência da Câmara, que na página trinta e dois diz:-----

-----“Em relação aos Centros de Saúde não vale a pena continuar com as tradicionais queixas das Autarquias quanto à capacidade do Governo em responder às necessidades das populações. -----

-----Há muito pedidos e há muito justificados os Centros de Saúde de Queijas, Algés, Carnaxide e Barcarena, serão uma realidade, independentemente da capacidade do Ministério da Saúde os promover.-----

-----A Câmara Municipal de Oeiras assumirá a responsabilidade do seu lançamento e construção durante o próximo mandato.”-----

-----Obviamente que o mandato é este em que nós nos encontramos. -----

-----Esta é uma expressão clara de uma opção que a Câmara assumiu. -----

-----Mas quando vamos ver as Grandes Opções do Plano, na página cento e noventa do documento que nos foi remetido, há um projecto que tem a rubrica dois ponto dois ponto um ponto um zero vinte, que se refere às extensões de saúde de Algés, Queijas, Barcarena e

Carnaxide e que no conjunto tem cinquenta mil euros.-----

----- Diria que isto é muita parra em termos de conversa para muito pouca uva em termos de capacidade de realização destes Centros de Saúde. -----

----- A CDU defende que sejam cumpridas as muitas promessas e que a Câmara Municipal de Oeiras faça a sua obrigação, porque, neste domínio da saúde, o Concelho de Oeiras não é um Concelho modelo.” -----

4.7 O Senhor Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “A questão que quero levantar já foi aflorada na anterior reunião e tem a ver com o IPO. -----

----- Todos nós temos lido nos jornais notícias contraditórias em relação à deslocalização desta unidade de Lisboa para ou Oeiras, ou para outra área de Lisboa. -----

----- Neste concelho habituámo-nos a conseguir atrair, com êxito, os grandes investimentos. -----

----- Habituámo-nos à mercê de grandes esforços a não claudicar aos primeiros obstáculos e, curiosamente, a semana passada li uma notícia e por ela ser uma notícia vale o que vale, mas gostaria de saber se Oeiras estaria a perder a possibilidade de obter um êxito com a deslocalização para o Concelho desta unidade, em detrimento de uma zona de Lisboa que seria na zona de Chelas.-----

----- Julgo que era uma unidade importante para este Concelho. Tem algo a ver com uma questão que a todos preocupa, que é o problema da saúde.-----

----- Dentro daquilo que é possível, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara explicasse qual a situação actual destas negociações e se há ou não há algum receio para os oeirenses desta unidade não vir para Oeiras.” -----

4.8. O Senhor António Grosso (BE) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está a ser distribuída a Moção de Censura e é sobre ela que me quero debruçar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Bloco de Esquerda pensava que seria acompanhado pelos nossos colegas do Partido Social Democrata, a concretizarem-se as notícias que vieram a público e apresentassem também uma moção de censura, mas, tal não aconteceu. -----

-----Estivemos este fim-de-semana a reflectir sobre o comportamento da Câmara Municipal e lembrei-me de muitas coisas. -----

----- Coisas que a reflexão transportou para o sonho e sonhando pensei que a Câmara contacta muitas vezes a população. Quer ouvir as suas preocupações e os seus anseios. -----

-----A Câmara promove debates públicos, devidamente publicitados. -----

-----Nunca se esquece de realizar as audições públicas sobre todos os assuntos, tais como a revisão do PDM, a elaboração dos Planos de Pormenor e muitos outros projectos, ainda antes da sua aprovação em reunião de Executivo.-----

-----A Câmara não afixa o anúncio das audições públicas apenas nos seus corredores.-----

-----Já se efectuaram reuniões sobre o PDM em todas as Freguesias. -----

-----A Câmara acabou com a propaganda sistemática, substituindo-a por informação rigorosa e séria. Já não há fotografias e mais fotografias do Presidente da Câmara na Revista Municipal, em resumo, não há o culto da personalidade do Presidente, nem ele nunca confessou que retoma a campanha eleitoral logo no primeiro dia do seu mandato. -----

-----O Presidente da Câmara quer o Salão Nobre cheio de cidadãos e cidadãs para participarem nas reuniões públicas. Acabou com a exigência dos cidadãos se inscreverem quinze dias antes da realização das reuniões públicas. -----

-----O Presidente dialoga, frequentemente, com a Assembleia Municipal e participa em todas as reuniões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais. -----

-----O Presidente não chegou a formar o Conselho de Reflexão Estratégica, pois existe a Assembleia Municipal que é um Órgão legitimado pela eleição popular e por isso, representativo das mais diversas opiniões. Mesmo que o Conselho de Reflexão Estratégica existisse, o que não

é verdade, certamente, não convidaria dirigentes do Partido Socialista, porque eles não aceitariam e também não haveria um especialista de defesa nacional, porque não há o perigo de uma invasão de bárbaros de algum concelho vizinho, ou seja, não há o perigo do Presidente da Câmara Municipal de Cascais invadir o Concelho de Oeiras por ordem do Doutor Marques Mendes, nem estamos preocupados que o Presidente da Câmara Municipal da Amadora venha exigir que os lucros anuais dos Serviços Municipalizados que continuem a aumentar, para que no ano seguinte sejam religiosamente divididos pelas Câmaras de Oeiras e Amadora, porque isso certamente não acontecerá.-----

----- A reflectir assim quase adormeci e estava, realmente, a sonhar. A realidade é bem diferente.-- -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras continua a ouvir os munícipes. -----

----- As audições públicas obrigatórias por lei são mal convocadas.-----

----- A Câmara impôs dificuldades à participação de cidadãos. -----

----- O processo de revisão do PDM foi iniciado há dois anos e desde então não houve nenhuma reunião pública. -----

----- A Assembleia Municipal é chamada a dar a sua opinião apenas para aquilo que a lei obriga e assim é reduzida a uma Repartição da Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- O Conselho de Reflexão Estratégica não passa de uma medida que tem como objectivo minorizar a Assembleia Municipal e fazer espectáculo de “show off” de promoção do próprio Presidente da Câmara.-----

----- Por tudo isto o Bloco de Esquerda apresenta uma Moção de Censura ao comportamento da Câmara Municipal de Oeiras.” -----

4.9 O Senhor Macieira Coelho (PSD) referiu o seguinte:-----

----- “Sobre o Conselho de Reflexão Estratégica, gostaria de dizer, visto ter sido distribuída uma Moção de Censura, onde esse tema aparece na alínea c). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Não estou de acordo com a forma como está redigida, porque entendo que o Presidente da Câmara tem todo o direito de se reunir dos conselhos e das pessoas que entende, para lhe poderem dar as directrizes que precisa.-----

-----Ele tem todo o direito, o que é curioso é a forma como ele reuniu esse Conselho. -----

-----Quase um Conclave de Cardeais sem Papa.-----

-----Ele fez anunciar com pompa e circunstância na imprensa e mais do que uma vez, este agrupamento de reflexão.-----

-----Esta questão oferece-me três comentários:-----

-----Primeiro: O Senhor Presidente diz e, por isso, é mais uma razão para não estar de acordo com a Moção do Bloco de Esquerda, que a decisão é dele e que nem deu conhecimento porque não tem nada a ver com a vereação.-----

-----Isto em primeiro lugar revela uma centralização do poder, o que não é nada prudente, em segundo lugar, se não tem nada a ver com a vereação, também não tem nada a ver com os vereadores do seu grupo político e, aí, é um reconhecimento que nós fazemos, que está à vista que o Senhor Presidente não pode recorrer à sua vereação para lhe dar directrizes de estratégia. --

-----Segundo: Gostaria de fazer um comentário a certas pessoas que foram escolhidas para este Grupo de Reflexão.-----

-----Temos três organismos: O Instituto Gulbenkian da Ciência, o Instituto de Administração e a Estação Agronómica Nacional, com os seus máximos representantes. São três organismos que têm as suas sedes no concelho e com quem é fácil o Senhor Presidente conversar quando entender. Admira-me que o Senhor Presidente tenha que os chamar para um Conselho de Reflexão.-- -----

-----Também ponho dúvidas e fico à espera da notícia que nos irá ser dada sobre essas reflexões do que é que estes três representantes, que já têm muito a fazer nos seus próprios organismos, ainda venham reflectir sobre a gestão camarária. -----

----- Terceiro: Há mais duas entidades. Uma delas é o Doutor Telmo Correia que é dado para essa escolha como um especialista em Turismo. -----

----- Estou à vontade porque tenho exercido a minha vida profissional, parte importante nessa área da economia portuguesa e, pessoalmente, não vejo o Doutor Telmo Correia por ninguém considerado como um especialista em Turismo, sendo certo que é um excelente advogado e um excelente parlamentar. Nada me consta a esse respeito, nem mesmo uma breve passagem de poucos meses pelo Ministério do Turismo, o torna especialista em Turismo. -----

----- O outro é o Doutor José Lamago e aí é que eu vejo uma estratégia e, de facto, uma estratégia importante para o Senhor Presidente, porque o Doutor José Lamago é uma figura destaca da política e tem uma passagem que todo o cidadão português tem que respeitar. -----

----- O Doutor José Lamago esteve recentemente numa missão especial representando Portugal numa Autoridade de Coligação no Iraque e não só desempenhou muito bem esse lugar, como esteve em risco de vida e, por isso, é que eu digo que é uma questão a respeitar, mas não o entendo como um especialista nas Relações Internacionais. -----

----- Mas, aí é que vejo a grande estratégia, porque o Doutor José Lamago esteve no Iraque e como o Doutor Isaltino sempre foi um grande propulsor das geminações. É possível que qualquer dia se veja aparecer na Assembleia Municipal uma proposta de geminação com Bagdad. -----

----- Entendendo certos termos analógicos já não havendo “Califa de Bagdad”, porque está em julgamento, podermos ver, outros resultados, porque as geminações dão sempre lugar a viagens agradáveis, enriquecimento da cultura e outros enriquecimentos e, talvez até apareça a notícia da oferta de um poço de petróleo, o que é pena, não será para a Câmara.” -----

4.10 A Senhora Alda Lima (J.F. Algés) fez a seguinte intervenção:-----

----- “No passado mês de Dezembro desloquei-me ao Porto em representação das Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras, no entanto, tive o cuidado de me tentar reunir com os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

colegas Presidentes de Junta, tal não foi possível, essa reunião não se realizou.-----

-----Como fui eleita nesta Assembleia, não podia deixar de dizer que tudo correu bem. ---

-----Não usei da palavra porque não tive oportunidade de ter trocado impressões com os restantes Presidentes.-----

-----O Senhor Daniel Branco abordou a questão do Centro de Saúde de Algés e eu como Presidente de Junta não posso deixar de referir o assunto. -----

-----A Assembleia de Freguesia foi convocada para Fevereiro e foi muito participada pela população de Algés, como o Senhor Presidente da Câmara não pôde participar gostaria de saber se poderá estar presente na próxima reunião da Assembleia de Freguesia, visto o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia ter convidado o Senhor Presidente da ARS, que também não compareceu à outra reunião, nem se fez representar e eu, representando a Freguesia de Algés e, tratando-se de uma reivindicação tão justa e tão evidente, gostaria de poder levar notícias para a Freguesia, relativamente, à participação do Senhor Presidente, que muito nos honraria e que muito benéfico seria para toda a população.” -----

4.11 O Senhor Joaquim Cotas (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Depois de longos anos de protestos e de lutas o povo da Medrosa viu finalmente, no ano passado, inaugurar a recuperação do Bairro, no que respeita a zonas verdes e a infra-estruturas no sub-solo. -----

-----Foi instalado um sistema de rega novo, que se revelou um sistema eficaz, contudo, dada a natureza da colocação da tubagem muita fica a descoberto e como os cães continuam a passear por cima e a brincar fácil é romper a tubagem e, por isso, é anulada a rega nalguns pontos, assim como a água também não é levada às extremidades o que tem provocado que as plantas secassem. -----

-----Foram colocados arbustos e roseiras que, na verdade, são adequadas à zona, tendo o povo da Medrosa visto concretizada a sua luta e os seus protestos e têm o bairro como deve ser. -

----- Este sistema de rega precisa de uma assistência e de um acompanhamento superior, porque se os cães e algumas pessoas menos atentas, podem estragar o sistema e “lá vai tudo por água abaixo”.-----

----- De qualquer forma o sistema tem uma poupança de água, absolutamente, excepcional e as plantas vêm-se crescer sem ninguém lá andar a regar. Na verdade foi uma bela inovação.----

----- A nossa preocupação com as zonas verdes não é só no Bairro da Medrosa, é em todo o concelho e problemas idênticos a este, mesmo com os sistemas antigos, precisam de solução.--

----- Por último gostaria que o Senhor Presidente da Câmara fizesse o ponto da situação acerca dos projectos de recuperação, como é que estão, se há projectos e para quando a sua conclusão, da recuperação das ribeiras que atravessam o Concelho, porque na Ribeira da Lage há poucos anos foi feita uma intervenção razoável, embora não fosse profunda, como se impunha, mas, daí para cá nada mais se fez e as margens já têm muitos pneus, muitos garrafões e troncos de árvores que estão a entupir a ribeira. É necessário recuperá-la outra vez, mas as outras também não estão melhores.”-----

4.12 A Senhora Luísa Lisboa (PS) referiu o seguinte:-----

----- “Gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara uma questão que foi colocada pela Associação de Pais da Escola Antero Bazaliza Número Dois de Carnaxide e que tem a ver com o deficit do número de salas e das consequências daí advindas como seja o turno duplo, que como se sabe, pedagogicamente é errado, as crianças do turno da tarde não têm direito à frequência do CTL e, por isso, estão prejudicadas em relação às crianças que frequentam a manhã, para além das condições a nível de temperatura no Inverno e no Verão que são desagradáveis, por isso, gostaria de saber como é que o Senhor Presidente vai resolver esse problema.” -----

4.13 O Senhor Pedro Sá (PS) interveio o seguinte: -----

----- “Está em curso a audição pública do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carnaxide. -----

-----Essa audição pública tem permitido aos munícipes pronunciarem-se e consultarem o processo dentro do horário do expediente e nas instalações da Câmara, em Oeiras. -----

-----Numa perspectiva de aproximação dos processos e dos procedimentos da Câmara aos munícipes, tal exposição devia ter lugar na Freguesia em questão, não só este caso que refere Carnaxide, mas também em relação a outras situações referentes a outras Freguesias. -----

-----Tendo em conta a importância desta situação concreta, o Partido Socialista propõe que se realize uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal em Carnaxide, em período nocturno, para a discussão desta situação do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte.” -----

4.14 O Senhor Marcos Sá (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Na última reunião da Assembleia foi aprovada uma Proposta de Recomendação e espero que o Senhor Presidente da Câmara faça o favor de a analisar e de a praticar. Por isso, fiquei muito desgostoso por receber em minha casa uma carta que basicamente pedia que a Junta ficasse responsável pelo MoveOeiras, para além de uma série de acusações ao Senhor Presidente da Câmara. Independentemente das acusações terem valor ou não, aquilo que queria era o respeito por esta Assembleia e se esta Assembleia aprovou uma Proposta de Recomendação com a maioria dos partidos políticos, parece-me que era de bom senso o Senhor Presidente da Junta – Doutor José Barroco ter calma e esperar que as coisas se resolvam. -----

-----O que eu saiba essa carta só vincula o Senhor Presidente da Junta. Que eu saiba não vincula o Executivo da Junta. Pelo menos foi o que me disseram os meus camaradas. -----

-----Passando para o IPO, gostaria de saber se há negociações com o Ministério da Saúde. Nós sabemos que o Ministério da Saúde, um dos sítios que quer escolher é Oeiras e mais do que uma questão de investimento, porque já ouviu falar em bons investimentos, mas mais do isso, é atrair uma unidade de saúde, a qual é fundamental para todos os portugueses. -----

-----Isso sim teria muito orgulho e o Partido Socialista também, que ela se situasse no

Concelho de Oeiras.-----

----- Quanto à Moção de Censura, olhei para os quatro pontos e sinceramente não sei se esta Moção é ao Presidente da Câmara, se é aos membros da Assembleia Municipal, ou se é à Mesa da Assembleia Municipal. Tenho alguma dificuldade em perceber porque a Moção diz: “...Câmara trata a Assembleia Municipal como uma repartição da Câmara que apenas serve para aprovar deliberações do Executivo...” e eu não sei se isto é uma Moção ao Presidente da Câmara, ou ao Presidente da Assembleia Municipal. Como não me revejo nisto e me revejo na Mesa que está, o Partido Socialista irá votar contra esta proposta. -----

----- Quanto ao Conselho de Reflexão de Estratégica, como sabem o Partido Socialista tomou posição na devida altura e como sabem há dois membros que são do Partido Socialista e estão nesse Conselho.-----

----- Quanto à Proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda sobre auditorias externas às empresas municipais: Parques Tejo e Oeiras Viva, verifico que o Bloco de Esquerda lê as actas, porque na penúltima reunião o Partido Socialista solicitou informalmente a realização de auditorias externas e o Senhor Presidente da Câmara deu a entender que se iriam realizar, por isso, penso que esta recomendação não fará muito sentido. -----

----- O Partido Social Democrata na Assembleia da República está com muitas dificuldades, o que aliás foi assumido há pouco pelo próprio Partido Social Democrata, porque ao apresentar uma Proposta de Recomendação que tem a ver com a Assembleia da República, não passando pelo seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República, acho que é um atestado de incompetência aos seus companheiros. -----

----- Sugiro que esta proposta seja retirada e seja sugerido ao seu líder, que ainda por cima foi Presidente desta Assembleia Municipal, no sentido de fazer esta proposta no sítio certo, que é na Assembleia da República.” -----

4.15 O Senhor Jorge Pracana (PSD) argumentou o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“O Partido Social Democrata apresenta esta proposta de recomendação, aliás, já foi apresentada no anterior mandato e Senhor Marcos Sá seguramente se lembrará disso, mas, nós insistiremos até que nos seja dada razão. -----

-----Não estamos isolados nesta luta, porque o Grupo Socialista da Assembleia Municipal de Lisboa votou favoravelmente uma proposta de teor idêntico. -----

-----Não vejo porque é que teria que ser o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, quando isto é uma batalha que deveria ser de todos e não de nenhum partido político e eu convido o Partido Socialista a assumir nesta Assembleia a sua responsabilidade naquilo que é o interesse do Município e nada tem a ver com ser o Governo de A, B ou C. -----

-----Em relação à Moção de Censura tenho alguma dificuldade em perceber, a não ser em termos de marcação de agenda por parte do Bloco de Esquerda. -----

-----Penso que as Moções de Censura, pelo significado que elas têm, devem ser apresentadas, se tiverem que ser, em condições de razoabilidade e de grande momento crítico, não podemos andar a brincar com coisas sérias. -----

-----O ponto b) é, redondamente, falso, porque a Câmara tem estado representada nas reuniões de líderes, através do seu Vice-Presidente. -----

-----Independentemente da posição que o Partido Social Democrata possa vir a assumir no futuro, em relação a esta matéria, esta Moção de Censura, neste momento, não contará com o voto favorável do Partido Social Democrata. -----

-----Quanto à Proposta de Recomendação, lembro que os Planos de Actividades e os Orçamentos das empresas municipais são aprovados nesta Assembleia, por isso, não percebo porque é que esta proposta tem que aqui vir. -----

-----Quanto à ocupação de parques se o Bloco de Esquerda perguntar à Câmara, até porque é um direito que assiste a qualquer membro da Assembleia Municipal, certamente que ela responderá. -----

----- Não pensem que estou a defender a Câmara, estou é a fazer a defesa do rigor que esta Assembleia deve ter na sua estrutura fiscalizadora da actividade da Câmara. -----

----- Em relação a esta Proposta de Recomendação, também não deixaremos de votar contra.” --- -----

4.16 O Senhor Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quem esteve aqui percebe que dois nomes saltariam à vista por serem pronunciados várias vezes. -----

----- Um é o Doutor Isaltino, o outro é a Freguesia de Carnaxide. -----

----- Fico contente por os Senhores Membros da Assembleia estarem preocupados com a Freguesia de Carnaxide, no que diz respeito ao Centro de Saúde, à Quinta da Fonte e à Escola Sílvia Phillips, mas penso que a Câmara Municipal está atenta a estas situações. -----

----- Falando do Centro de Saúde é curioso que o Bloco de Esquerda solicitou à Assembleia de Freguesia de Carnaxide que fosse incluído um ponto numa Assembleia Extraordinária para discutir uma moção para que a Câmara cumpra a sua promessa. -----

----- Não sei a promessa é que se estão a referir. -----

----- O Doutor Isaltino disse em campanha que se o Governo não tomasse medidas quanto a esta matéria até Junho/Julho, a Câmara Municipal iria tomar providências nesse sentido. -----

----- Falou-se que numa rubrica estariam cinquenta mil euros para os centros de saúde. Se calhar essa rubrica será para estudos prévios ou projectos. -----

----- Para que todos saibam o que se passa, solicito à Câmara Municipal uma informação detalhada, para se evitar declarações que não são claras.” -----

4.17 O Senhor Fernando Frade (IOMAF) interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Em relação à Recomendação e à Moção apresentadas pelo Bloco de Esquerda, quero dizer que estaremos sempre à disposição de discutir moções de censura e recomendações, quando elas trouxerem alguma coisa de válido para o concelho, como não é caso destas duas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

votaremos contra.-----

-----Em relação à Proposta apresentada pelo Partido Social Democrata sobre o IMI, obviamente que a vinda do Imposto sobre os Imóveis do Estado, seria uma mais valia para o Concelho, no entanto, penso que, pela importância que isto tem, poderia ter sido discutido depois de apresentado em conferência de líderes, razão porque se irão abster.”-----

-----**CMO**-----

4.18 O Senhor Presidente da CMO esclareceu o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente da Junta de Paço de Arcos colocou algumas questões que têm a ver com a Administração do Porto de Lisboa. -----

-----As relações entre a Câmara e a Administração do Porto de Lisboa, apesar de tudo, temos que reconhecer que melhoraram muito nos últimos anos. -----

-----Hoje há uma relação que não havia há vinte anos atrás e só assim foi possível a Câmara desencadear intervenções na zona ribeirinha se não houvesse uma boa colaboração, havendo mesmo uma tendência para uma melhoria. -----

-----Ainda esta semana autorizei a abertura do concurso público para as obras de construção da Praia Velha, designadamente as construções para os pescadores. -----

-----A questão dos autocarros, o problema ficará resolvido com a entrada em funcionamento do terminal, o qual só está pronto em finais do próximo ano, porque vai implicar um investimento de perto de um milhão de euros da parte da Câmara Municipal para poder ser dado como concluído, devendo nessa altura ser dada uma arrecadação à Junta de Freguesia de Paço de Arcos, que anda sempre a pedir espaços para guardar materiais. -----

-----A Senhora Hermenegilda Guimarães referiu-se ao passeio da Rua Cidade do Mindelo e tem toda a razão. -----

-----Aquelas caldeiras foram mal feitas desde o início e é preciso encontrar uma solução, ou com caldeiras mais pequenas ou a colocação de grades metálicas possa resolver o problema.--

----- O Senhor Arnaldo Pereira falou sobre a Cidade Judiciária. -----

----- A Cidade Judiciária já não será naquele local. Tem havido negociações entre a Câmara e o Ministério da Justiça e a Autarquia considerou que o Município estaria disponível para receber as instalações da Polícia Judiciária, porque já tive oportunidade de referir em determinadas circunstâncias que o Concelho de Oeiras tem vocação para acolher instituições de investigação, empresas de base tecnológica, serviços, serviços públicos, desconcentração da administração central, dada a localização privilegiada, Oeiras tem essas condições. -----

----- Sugerimos um terreno que se situa na plataforma sobre a Pedreira Italiana e a área de serviços de Oeiras. Compete agora ao Ministério da Justiça dizer se aquele terreno é adequado ou não para esses fins. -----

----- Naquele espaço onde estava para ser construída a Cidade Judiciária terá que ser reposta a situação embora haja já um pedido do Ministério da Justiça no sentido de saber qual a viabilidade para aquele terreno. Logo que seja analisado será dado conhecimento, quer ao Ministério da Justiça, quer à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Barcarena colocou uma questão sobre o Palácio Restani e sobre essa matéria também fiquei surpreendido, quando tive conhecimento disso. -----

----- Foi apresentado um projecto na Câmara. Ainda não tive oportunidade de o analisar, mas, parece-me, que, não sendo o projecto inicial da construção de uma estalagem, como estava previsto no início. Trata-se de construção de habitação ou escritórios, não poderá ocupar espaço que já foi cedido à Câmara, ou seja, o terreno central que está entre o edifício dos Fixes e o antigo edifício do Palácio Restani, é um terreno municipal porque foi cedido no contexto da urbanização e assim não pode haver ocupação desse espaço que não seja para o fim a que estava destinado. -----

----- Naquela zona faz falta um equipamento, particularmente, a nível da terceira idade. --

----- Em termos de apoio à juventude a antiga escola primária pode dar algum apoio e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazer um serviço interessante no âmbito da gestão da Paróquia, mas, se não houver disponibilidade para equipamento social, volta tudo à primeira forma e à expropriação.-----

-----O processo de expropriação também se arrastou porque não havia um projecto bem definido para aquele espaço, situação que poderá ser esclarecida pela Senhora Vereadora Teresa Zambujo.-- -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha colocou mais uma vez o problema do MoveOeiras. Devo dizer que não sei qual é a situação do autocarro, mas irei averiguar o que se passa.-----

----- O Senhor Daniel Branco referiu-se aos Centros de Saúde.-----

-----Compreendo que muitos queiram agarrar a bandeira e gostam de agarrar a bandeira quando sabem que alguém tem palavra e que alguém é determinado e que vai mesmo fazer, por isso percebe que o Senhor Daniel Branco queira empunhar a bandeira dos centros de saúde e até fez muito bem em citar o programa eleitoral que a minha candidatura apresentou. Nesse programa somos claros e a resposta está lá, mas, é estranho que se pretenda que passados seis meses os centros de saúde já estivessem em construção.-----

-----Para os centros de saúde se construírem é necessário estarmos dotados dos respectivos programas de elaboração do projecto. -----

-----Os programas, é o Ministério da Saúde que os vai facultar e a Câmara Municipal, se o Ministério não tiver disponibilidades financeiras para fazer os centros de saúde, assume essa responsabilidade. Aliás o único grupo político que assumiu essa responsabilidade foi aquele que elegeu.-----

-----Tive oportunidade de participar em debates com o cabeça de lista do Partido Comunista que dizia que o Governo é que os devia fazer. -----

-----Não preciso que me lembrem o meu programa eleitoral porque o tenho em cima da minha secretária. Já tive o cuidado de o distribuir por quem tem poder de decisão e de execução

na Câmara Municipal e a quem tem que trabalhar, eu encarrego-me de lembrar que o programa eleitoral é para cumprir. -----

----- Não só o meu! Até os programas dos outros partidos políticos são para cumprir na parte que se compatibiliza com o programa que eu apresentei. -----

----- Quando se referem verbas de cinquenta mil euros, naturalmente que não é muita parra e pouca uva. -----

----- O problema é que é necessário fazer concursos públicos para a execução de projectos, qualquer pessoa minimamente informada sabe o que demora levar por diante um concurso público, o que significa que esta verba destina-se só a pagamentos pequenos para a execução do projecto.-----

----- É óbvio que o custo do projecto já sairá no próximo ano e será em dois mil e sete e não em dois e seis, até porque não haverá qualquer possibilidade de adjudicar os projectos antes de Outubro deste ano.-----

----- Se calhar esses cinquenta mil euros nem vão ser gastos este ano, mas, estão lá para ninguém se esquecer disso. -----

----- De acordo com as prioridades que definimos, os centros de saúde avançarão este mandato.-- -----

----- O Senhor Jorge Pracana referiu as notícias contraditórias sobre o IPO e a possibilidade de Oeiras perder a corrida.-----

----- O Senhor Jorge Pracana conhece-me há muitos anos e luto pelas coisas em que acredito e já dei provas ao longo dos anos daquilo que é a minha determinação. -----

----- Há determinado tipo de instituições que se deslocam para o Concelho e não é com uma metralhadora ao peito, nem depende da nossa vontade. Temos que criar condições para e a Câmara Municipal de Oeiras já criou condições para que o IPO venha para Oeiras, a decisão de vir ou não para Oeiras não é da Câmara, é do Senhor Ministro da Saúde.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Ele terá que ponderar os interesses em presença, ou seja, a vontade da Câmara de Lisboa de o IPO ficar em Lisboa, dos utentes e dos próprios funcionários. Analisando isso tudo o Senhor Ministro decidirá.-----

-----O importante é que a Câmara de Oeiras em oito dias, após o pedido do Senhor Ministro da Saúde, disponibilizou quatro terrenos susceptíveis de acolher o IPO. Mais não podemos fazer, até porque nos disponibilizamos a facilitar a participação da Câmara na realização das infra-estruturas essenciais ao funcionamento do IPO.-----

-----Julgo que do ponto de vista económico-financeiro e da integração do IPO num espaço de qualidade, num espaço paisagístico mais adequado, com menos stress, a alternativa será em Oeiras; no entanto, falta saber se a opção será mesmo a construir um novo Instituto ou fazer alterações naquele.-----

-----Estamos a falar de investimentos de muitos milhões de euros, que não deixarão de pesar na decisão do Senhor Ministro da Saúde.-----

-----Quanto à Moção de Censura do Bloco de esquerda tenho que dizer que fico surpreendido, porque vejo que o Bloco de Esquerda não prepara os trabalhos de casa.-----

-----Eu gostaria de ser objecto de uma Moção de Censura com alguma razão, mas o Bloco de Esquerda, efectivamente, deixou de fazer os trabalhos de casa.-----

----- Depois de nos ter habituado aquela acutilância na Assembleia da República, somos tentados a pensar que na Assembleia Municipal os Membros teriam a mesma atitude, mas não, não fazem mesmo o trabalho de casa.-----

-----A Moção diz: "...foge ao diálogo com os cidadão impondo restrições à participação nas reuniões públicas de Câmara..." Vê-se mesmo que nunca foram assistir a uma reunião de Câmara pública.-----

-----A Câmara de Oeiras deve ser das poucas câmaras da Área Metropolitana de Lisboa em que não há pré-inscrição.-----

----- Nas reuniões públicas de Câmara, participam todos os cidadãos e sem pré-inscrição, ou seja, inscrevem-se antes da reunião começar e até depois da reunião começar. Estão aqui todos os Senhores Vereadores da Câmara que não desmentem, assim como nunca foi recusada a palavra a um cidadão que chegou depois da hora da inscrição. -----

----- Na última reunião de Câmara tivemos vinte e oito pessoas a usar da palavra. Não conheço nenhuma Câmara da Área Metropolitana de Lisboa onde isto funcione assim, porque nas Câmaras de Cascais, Lisboa e em Sintra é por pré- inscrição. -----

----- Não me parece que sejamos mais democratas que eles pelo facto de haver pré-inscrição nesses concelhos, quando muito podemos dizer que a democracia nesses concelhos, se calhar, é mais eficiente, porque as pessoas inscrevem-se previamente, com quinze dias de antecedência, o que permite que se faça uma recolha do assunto que vão tratar e assim, até os pode informar durante a reunião do que é a situação do assunto, ou do problema que vão colocar. -----

----- Temos duas reuniões públicas por mês, o que também é uma situação invulgar, porque a maioria das Câmaras só tem uma reunião pública por mês. -----

----- Quanto à incapacidade de diálogo com a Assembleia Municipal, o Senhor Vice-Presidente tem estado presente nas reuniões de líderes. Isso não quer dizer que o Presidente não esteja presente quando poder, mas, como é sabido, nós temos funções de representação com muito peso e todos os dias somos chamados para aqui e para ali e não é possível ao Presidente, ao Vice-Presidente ou os Vereadores estarem em todo o lado ao mesmo tempo. -----

----- Já foi assim em mandatos anteriores, quem assistia e acompanhava a preparação das reuniões da Assembleia era o Vice-Presidente. Foi assim nos meus mandatos anteriores e no mandato da Doutora Teresa Zambujo, por isso, não percebo esta questão. -----

----- Sobre o Conselho de Reflexão Estratégica fico surpreendido com essa preocupação. Penso até que há uma pontinha de ciúme, que ainda não percebi porquê. -----

----- O Conselho de Reflexão Estratégica trata de um grupo de personalidades com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mérito, que estão disponíveis para discutir com o Presidente da Câmara situações que dizem respeito ao desenvolvimento do Concelho e, permitam-me que lhes diga que sou livre para discutir com quem eu quiser, pelo contrário, os Senhores Membros da Assembleia deviam de ficar satisfeitos por o Presidente da Câmara se rodear de personalidades, ainda por cima, gratuitamente. -----

-----Sei que podia ter convidado outras pessoas, se calhar cometi esse erro, mas, esse grupo não se substitui a ninguém. Não é nenhum centro de poder. A Assembleia Municipal tem as suas competências. -----

-----A estratégia do desenvolvimento do Concelho é aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Esses são os órgãos competentes. -----

-----Quanto mais nós ouvirmos, com quanto mais pessoas falarmos, melhor e, depois, é o Bloco de Esquerda a dizer que a Câmara foge às reuniões públicas e à participação dos cidadãos. Acho isto espantoso porque com quantas mais pessoas cada um de nós falar mais informados ficamos, melhor pode ser a preparação das nossas decisões, porque uma coisa é ouvir antes de uma decisão, outra coisa é levar uma proposta qualquer para decisão. -----

-----Se as propostas vierem devidamente informadas com conhecimento de causa, naturalmente que os Senhores Membros da Assembleia até deverão ficar satisfeitos com isso e, é o que acontece com o Conselho de Reflexão Estratégica que contribui para o enriquecimento das propostas. - -----

-----Centralização do poder diz o Senhor Macieira Coelho, mas não vejo como, se o Conselho não tem poder, é um grupo de mera consulta e que vai contribuir para uma reflexão, justamente, estratégica, porque é importante que pessoas que não estão sujeitas à pressão do dia à dia, possam pensar globalmente o concelho no contexto metropolitano, no contexto nacional ou no contexto da globalização. -----

-----É certo que ninguém se vai reunir todos os dias, mas, duas ou três vezes por ano se as

peças se reunirem, as quais têm um distanciamento do problema, é fundamental e um grande enriquecimento e motivo para elogios e não para qualquer crítica.-----

----- Houve a preocupação de escolher pessoas que têm especialidades, até podem não ser especialistas desta ou daquela área, mas são pessoas que têm preocupações nessas áreas e que têm contacto com outras pessoas que são especialistas, por isso, podem dar um contributo importante. -----

----- No que toca a geminações, também fico surpreendido nessa matéria porque Oeiras desenvolveu um trabalho notável com Timor, com São Tomé e Príncipe, com Cabo Verde, a pedido do Senhor Presidente da República.-----

----- O Senhor Presidente da República – Doutor Jorge Sampaio, diversas vezes pediu à Câmara de Oeiras que apoiasse Timor e foram ali construídas duas escolas pela Câmara de Oeiras, juntamente com a Fragata Vasco da Gama, foi recuperado um hospital em Liquiçá, também em Timor, em Cabo Verde fez-se um trabalho extraordinário no âmbito da geminação, em São Tomé e Príncipe fez-se a recuperação dos Paços do Concelho, justamente a pedido do Senhor Presidente da República. -----

----- A cooperação descentralizada é algo que tem sido acarinhado pelos Governos, por isso não compreendo o que querem dizer com isso e com viagens agradáveis.-----

----- Já tenho feito algumas viagens, mas, vão, essencialmente, dirigentes e técnicos da Câmara que têm essa responsabilidade. -----

----- A Senhora Alda Lima falou sobre o centro de saúde e ela esteve há dias no meu gabinete onde tive oportunidade de a esclarecer sobre essa matéria. -----

----- Compreendo que colocou a questão agora para que eu me pronuncie na presença de toda a Assembleia Municipal. -----

----- É óbvio que o Presidente da Câmara não está disponível para participar em todas as reuniões das Assembleia de Freguesia que são marcadas para discutir este ou qualquer outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assunto.-----

-----São dez freguesias e bastava que houvesse dez assuntos para haver cem reuniões e o Presidente da Câmara não fazia mais nada que assistir e prestar esclarecimentos ao nível das Assembleia de Freguesia.-----

-----Há órgãos próprios, como é a Câmara que tem reuniões públicas e a Assembleia Municipal onde estão presentes os Presidentes de Junta e, quando há uma cooperação institucional correcta e adequada são os Presidentes de Junta que transmitem na Assembleia de Freguesia os problemas que dizem respeito à Freguesia, quem tem a obrigação de esclarecer os fregueses que vão às reuniões da Assembleia de Freguesia, é o Presidente da Junta e este solicita ao Presidente da Câmara Municipal todos os esclarecimentos que entender e este Presidente da Câmara está disponível a prestar todos os esclarecimentos. -----

-----Não venham com a história que o Presidente da Câmara tem que ir às reuniões da Assembleia de Freguesia prestar contas, quem tem que prestar contas na Assembleia de Freguesia é o Executivo, por isso eu presto contas na Assembleia Municipal.-----

-----Ainda por cima foi marcada uma reunião da Assembleia de Freguesia, convidaram-me, de facto, mas se quisessem que eu estivesse presente, até por uma questão de cordialidade, teriam discutido comigo a data. Agora marcaram outra e, por todas estas razões, é claro que eu não vou, mas estou disponível para no momento próprio, com as freguesias interessadas com os centros de saúde, fazer uma reunião, onde eu esclareça todas as freguesias relativamente a essa matéria, tanto mais que o meu programa eleitoral refere isso e numa reunião da Assembleia Municipal tive oportunidade de dizer qual era a situação dos centros de saúde, isto é, se o Governo os não fizer, nós, para todos os efeitos já temos consignada uma verba para avançar este ano com os projectos e eles ficarão prontos no próximo ano e, em finais de dois mil e sete, princípio de dois mil e oito, estaremos em obra dos centros de saúde. -----

-----Estou de acordo com o Senhor Joaquim Cotas sobre a manutenção da rede de rega,

porque está à superfície e é susceptível de alguma degradação. Em termos de manutenção exige algum acompanhamento e ele terá que ser feito.-----

----- Quanto aos projectos de recuperação das ribeiras, estão a decorrer obras de recuperação em várias ribeiras, nomeadamente, limpeza e manutenção. -----

----- De qualquer forma está a ser feito um estudo relativamente a todas as ribeiras com intervenções que, no momento próprio serão calendarizadas.-----

----- De resto, quando a Assembleia Municipal aprovou a aquisição da Quinta da Nossa Senhora da Conceição, tive oportunidade de dizer que era nosso propósito, nessa zonas, onde a Câmara já é proprietária dos terrenos, fazer trabalhos de requalificação, no sentido de poder devolver esses espaços à população.-----

----- A Senhora Luísa Lisboa referiu-se à Escola Número Dois de Carnaxide e efectivamente ela tem carência de salas. -----

----- Se virem o meu programa eleitoral, podem verificar que ele dá grande ênfase à educação, designadamente ao equipamento do primeiro ciclo, razão porque, neste momento se está a fazer um levantamento de todas as necessidades ao nível do Concelho e por isso, haverá novas escolas a ser construídas, outras escolas mais pequenas serão desactivadas, dando lugar a edifícios maiores e com melhor equipamento, nomeadamente, ginásios e refeitórios.” -----

4.18.A A Senhora Luísa Lisboa (PS) argumentou o seguinte: -----

----- “Não me sinto respondida, porque li o programa eleitoral do Senhor Presidente da Câmara e percebi o trabalho que pretende fazer na área da educação, fiquei muito satisfeita por isso, mas, concretamente a esta questão e porque já houve um movimento dos pais desta escola que se dirigiu ao Senhor Presidente expondo esta questão, era sobre essa questão muito concreta que gostaria de perceber quais são as diligências que irão ser feitas neste momento para responder a estes pais.” -----

----- **CMO**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.19 O Senhor Presidente da CMO esclareceu o seguinte: -----

-----“Já lhe respondi à questão que me colocou.-----

-----Não vamos, neste momento, tomar nenhuma decisão concreta em relação à escola A ou B, sem termos o diagnóstico de toda a situação de todas as escolas e, logo que esse diagnóstico esteja feito, iremos tomar uma decisão sobre quais são as prioridades de intervenção nas escolas.”-----

4.20 A Senhora Jane Carvalho (BE) pediu para apresentar um protesto:-----

-----“O Senhor Presidente da Câmara estendeu-se muito além do tempo que devia ter sido e, isto repete-se nas diversas reuniões da Assembleia Municipal.”-----

4.21 O Senhor Presidente da AM explicou o seguinte: -----

-----“Tem toda a razão mas o Senhor Presidente da Câmara tem que responder às questões que lhe são colocadas.”-----

4.22 MOÇÃO DE CENSURA (BE): -----

-----“a) A Câmara Municipal de Oeiras foge ao diálogo com os cidadãos, impondo restrições à participação dos e das munícipes nas reuniões públicas da Câmara; -----

-----b) A Câmara Municipal revela incapacidade de debate com a Assembleia Municipal (órgão representativo dos cidadãos e das cidadãs), demonstrada com o facto do Presidente da Câmara nunca ter participado em reuniões da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais; -----

-----c) O Presidente da Câmara nomeou o chamado Conselho de Reflexão Estratégica, sem ouvir o Executivo Camarário e desprezando, mais uma vez esta Assembleia;-----

-----d) A Câmara trata a Assembleia Municipal como uma repartição da Câmara, que apenas serve para aprovar as deliberações do Executivo. -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em vinte e sete de Março de dois mil e seis decide censurar a Câmara Municipal, devido ao seu comportamento.”-----

----- 4.22.1 VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta Moção, a qual foi rejeitada, tendo obtido trinta e três votos contra, sendo dezoito do IOMAF (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João dos Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana) onze do PSD (Alda Maria Reis Gouveia Lima, Carlos Jaime Fonseca Santos, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Eduarda Maria Ribeiro Matos Godinho, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, António José Viana Basto), seis do PS (Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Joaquim dos Reis Marques, Luís Alberto Lopes, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães), três abstenções da CDU (Arnaldo António Pereira, Daniel Branco, Joaquim Vieira Cotas, António Vieira Grosso) e dois votos a favor do BE (Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho). -----

4.22.2 Sr. Arnaldo Pereira (CDU) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- “Um – Uma oposição eficaz e consequente não consiste, a nosso ver, na banalização das moções de censura, sobretudo, quando as mesmas apresentam uma fundamentação muito discutível. E, se descontarmos a preocupação de marcar a agenda, corre-se mesmo o risco de, não sendo aprovadas, reforçarem quem pretendem enfraquecer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Dois – O chamado Conselho de Reflexão Estratégica, por mais dúvidas que possamos ter em relação ao seu papel, composição e aos motivos que presidiram à sua criação, constitui uma prerrogativa do Senhor Presidente da Câmara, esperando que dele possa receber bons e úteis conselhos. -----

-----Três – A dignidade e autonomia desta Assembleia Municipal não dependem do modo como o Senhor Presidente da Câmara a trata. Depende, isso sim, da atitude e do modo de estar dos membros que a constituem, bem como da mesa que dirige os seus trabalhos. Assim todos saibamos preservar essa autonomia e dignidade.” -----

4.22.3 Sr. Marcos Sá (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----“O Partido Socialista votou contra esta Moção de Censura por três razões: -----

-----Um – Não há seriedade; -----

-----Dois – Não há conteúdo; -----

-----Três – Não há rigor. -----

-----Esta Moção de Censura em si própria é uma forma de fazer política do Bloco de Esquerda, que é má.” -----

4.22.4 Sr. Jorge Pracana (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----“O Partido Social Democrata votou contra esta Moção de Censura, porquanto entende que a forma como ela está fundamentada demonstra grave distorção em relação à realidade do que está em aberto. -----

-----Entende que a Moção de Censura pela sua importância deve ter rigor na sua fundamentação e não deve banalizar e, consequentemente, tendo em conta a falsidade da alínea b), tendo em conta o direito que assiste ao Senhor Presidente, reflectido aqui na alínea c) e mesmo a alínea d) onde parece que a própria Assembleia Municipal é que merece censura, não podíamos deixar de votar contra.” -----

4.23. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO BE -----

----- “Considerando que: -----

----- 1) É preciso esclarecer as opiniões contraditórias, existentes no Executivo Municipal, sobre a gestão das empresas municipais com cem por cento de capital municipal; -----

----- 2) É necessário compreender, porque é que as injeções de capital nestas empresas são significativas; -----

----- 3) Há que perceber se os conselhos de administração destas empresas têm aprovado, todos os anos, os planos de actividade e orçamentos, assim como os relatórios de actividade e contas; ---- -----

----- 4) Há necessidade de conhecer a taxa de ocupação dos parques de estacionamento subterrâneos. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em vinte e sete de Março de dois mil e seis, recomenda à Câmara Municipal de Oeiras a realização de auditorias externas às Empresas Municipais Parques Tejo e Oeiras VIVA.” -----

4.23.1. O Senhor Marcos Sá Rodrigues (PS) disse o seguinte: -----

----- “Gostaria de saber se o Bloco de Esquerda permite que esta Proposta seja votada em duas partes diferentes: os considerandos e a própria Recomendação. Porque O Partido Socialista não se revê nos considerandos, mas revê-se na restante proposta.” -----

4.23.2. O Senhor Presidente da A.M. perguntou se há alguma vantagem em desdobrar e se o Senhor Vieira Grosso, aceita a proposta do Senhor Marcos Sá. -----

4.23.3. O Senhor António Vieira Grosso (BE) respondeu o seguinte: -----

----- “Não vemos razão. Acho que a coerência dos considerandos com o que se pretende recomendar é óbvio e, portanto, não vemos razão para estar a alterar nada.” -----

4.23.4. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO BE -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda, a qual foi rejeitada com vinte e oito votos contra, sendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dezoito do IOMAF (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Fernando Augusto Frade Santos Ferreira, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, António Pita Meireles Pistacchini Moita, Abílio José Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela Santos Cruz e José Henriques Marques Santana) e dez do PSD (Alda Maria Reis Gouveia Lima, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Ana Maria Andrade Borja Santos Brito Rocha, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira e António José Viana Basto), cinco abstenções do PS (Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá e Maria Hermenegilda Ferreira Vasconcelos Guimarães) e cinco votos a favor, sendo três da CDU (Arnaldo António Pereira, Daniel Branco e Joaquim Vieira Cotas) e dois do BE (António Vieira Grosso e Jane Lúcia Weber Casagrande Carvalho). -----

4.23.4.1. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O PSD também neste caso votou contra em função das seguintes considerações: ----

-----Em primeiro lugar, porquanto cabe a esta Assembleia no momento próprio receber e analisar as contas aprovadas pelos Conselhos de Administração das Empresas Municipais, o que aliás, já foi feito e, seguramente, irá continuar a sê-lo. -----

-----Em segundo lugar, porque um dos considerandos, que fundamenta esta Recomendação é perfeitamente acessível por qualquer um dos Membros desta Assembleia por uma via que não esta ou seja através de um pedido de informação à Câmara ou à própria empresa.-----

-----Finalmente, porque, de facto, já na última Assembleia e, aliás, como foi aqui muito

bem referido pelo Membro do Partido Socialista, a questão da auditoria foi levantada e foi dito pela Câmara que estaria no seu horizonte próximo fazer essas auditorias. -----

----- Consideramos que não há resolubilidade para esta proposta neste momento. Se amanhã, de facto, a Câmara não levar à frente essas auditorias, cá estaremos então para desta maneira recordar que o deverá fazer.” -----

4.23.4.2. O Senhor Marcos Sá Rodrigues (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “O Partido Socialista absteve-se porque, de facto, os considerandos não faziam sentido e a Recomendação fazia todo o sentido. Aliás, foi o Partido Socialista que suscitou a realização destas auditorias nas últimas reuniões da Assembleia Municipal. Portanto, não faria mal nenhum em ficar aprovado numa recomendação e por escrito. -----

----- Seja como for, gostaria de ser esclarecido, pois tenho aqui uma dúvida, que tem a ver exactamente com a proposta, que fiz à Mesa de dividir a recomendação porque julgo que é possível a qualquer Grupo Parlamentar pedir ou solicitar uma metodologia de voto e a Mesa aceitar, e, depois os Membros Municipais de todos os grupos dizerem se aceitam a metodologia e não a pessoa que faz a proposta. Esta é a minha leitura e era isto que gostaria que ficasse para o futuro, porque tenho quase a certeza absoluta disto.” -----

4.24. PROPOSTA DO GRUPO DO PSD-----

----- “CONSIDERANDO: -----

----- Que na área deste Município o Estado (Poder Central) é proprietário de bens imóveis, caso da Prisão de Caxias e anexos;-----

----- Que o Estado (Poder Local), enquanto tal, goza de isenção de pagamento de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis);-----

----- Que não faz sentido que o mesmo usufrua de todas as infra-estruturas municipais e demais benefícios inerentes a tal localização sem que proceda ao pagamento de qualquer imposto nessa área ao respectivo Município; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Que a receita do IMI é muito importante para os Municípios, sendo hoje uma das suas principais receitas; -----

-----Que a alteração da lei, no que a esta questão concerne, compete exclusivamente à Assembleia da República, nos termos do disposto no artigo centésimo sexagésimo oitavo., número um, alínea i), da Constituição da República Portuguesa; -----

-----**A Assembleia Municipal de Oeiras delibera:** -----

----- Recomendar ao Governo que proponha e a Assembleia da República que aprove legislação que vise impor ao Estado o pagamento de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) relativamente a todos os imóveis de que seja proprietário em todo o território nacional;-----

----- Dar conhecimento do teor integral desta Proposta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, bem assim ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças junto da Assembleia da República;-----

----- Publicar em dois órgãos de informação, um de âmbito local e outro nacional a presente proposta na íntegra.”-----

4.24.1. VOTAÇÃO – PROPOSTA DO GRUPO DO PSD -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta do Grupo do PSD, a qual foi aprovada por maioria com treze votos a favor, sendo dez do PSD (Alda Maria Reis Gouveia Lima, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Ana Maria Andrade Borja Santos Brito Rocha, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira e António José Viana Basto) e três da CDU (Arnaldo António Pereira, Daniel Branco e Joaquim Vieira Cotas) e vinte e cinco abstenções, sendo dezoito do IOMAF (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos

Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Fernando Augusto Frade Santos Ferreira, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, António Pita Meireles Pistacchini Moita, Abílio José Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela Santos Cruz e José Henriques Marques Santana), cinco do PS (Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá e Maria Hermenegilda Ferreira Vasconcelos Guimarães) e duas do BE (António Vieira Grosso e Jane Lúcia Weber Casagrande Carvalho). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 15/2006** -----

----- **PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
VISANDO IMPÔR AO ESTADO O PAGAMENTO DE IMI RELATIVAMENTE A
TODOS OS IMÓVEIS DE QUE SEJA PROPRIETÁRIO EM TODO O TERRITÓRIO
NACIONAL:**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, relativa ao assunto em epígrafe e deliberou por maioria, com treze votos a favor sendo dez do Partido Social Democrata, três da Coligação Democrática Unitária, vinte e cinco abstenções, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, cinco do Partido Socialista e dois do Bloco de Esquerda, recomendar ao Governo que proponha e a Assembleia da República aprove legislação que vise impor ao Estado o pagamento do IMI, relativamente a todos os imóveis de que seja proprietário em todo o território nacional, bem como dar conhecimento desta proposta ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças junto da Assembleia da República, assim como publicar em dois órgãos de informação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

4.24.1.1. O Senhor Daniel Branco (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A CDU sempre preconizou que todos os edifícios propriedade do Estado devem pagar IMI tal como as autarquias também têm de pagar os IVA’s e os outros impostos. Portanto, não percebemos que haja esta isenção e julgamos que é útil fazer ver na Assembleia da República e no Governo que há que mudar as disposições legais nesta matéria.” -----

5. PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

5.1. Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. --- -----

-----A pedido do Senhor Presidente da Câmara este ponto passa para a próxima reunião. --- -----

5.2. Eleição do Representante de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oeiras – Ofício N.º 8386 – 06.03.13, que a seguir se transcreve: -----

-----“Eleição do Representante da Assembleia Municipal de Oeiras no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oeiras -----

-----Na sequência da proposta aprovada pelo Órgão que V. Ex^a. preside, em reunião de seis de Dezembro de dois mil e cinco, relativamente ao assunto em epígrafe, indicando o Deputado Municipal – Custódio Mateus Correia Paiva para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Oeiras e, porque, na presente data, o referido Senhor não é autarca de freguesia, requisito essencial para o efeito, nos termos da alínea e), do número dois do artigo cento e cinquenta e sete do Decreto-Lei número duzentos e dois de dois mil e quatro, de dezoito de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número duzentos e um de dois

mil e cinco, de vinte e quatro de Novembro, solicito a V. Ex^a. se digne providenciar o agendamento, para a próxima reunião, de nova eleição do representante dos autarcas de freguesia no referido Conselho.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Como sabem foi eleito um Membro Municipal, mas tem que ser um membro da freguesia e, portanto, temos aqui uma Proposta, que é do Grupo Isaltino, Oeiras Mais à Frente no sentido de ser o membro da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Senhor Engenheiro José Eduardo Lopes Neno.” -----

----- **O Senhor Fernando Frade Ferreira (IOMAF)** fez o seguinte **Ponto de Ordem**: --

----- “Em termos de votação, será SIM e NÃO ou BRANCO?”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

----- “Exactamente.” -----

5.2.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação por escrutínio secreto esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, tendo obtido os seguintes resultados:-----

----- Votos SIM ----- vinte e dois;-----

----- Votos BRANCOS ----- dezasseis. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 17/2006** -----

----- **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL DE OEIRAS – OFÍCIO N.º 8386 – 06.03.13;**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta referida em título e, através de escrutínio secreto, deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor e dezasseis votos em branco, designar o Senhor José Eduardo Lopes Neno, como representante das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

freguesias no Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Oeiras, conforme solicitado pela Câmara Municipal através do ofício número oito mil trezentos e oitenta e seis, de treze de Fevereiro do corrente.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

5.3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º. 337/06 relativa ao Proc.º. N.º. 193/04

– Loteamento do Almarjão – Execução de infra-estruturas gerais – Alienação de dois lotes incompletos – Gerium – Promoção e Construção Imobiliária, S.A. – Ofício N.º. 11197 – 06.03.02, a qual foi suspensa. -----

-----O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Vamos passar ao Ponto quatro, dado que o número três, a pedido pelo Senhor Presidente da Câmara, foi suspenso. Irá ser discutido na próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

-----Deste modo, poderíamos avançar para o Ponto quatro, se todos estiverem de acordo.”

5.4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º. 379/06 relativa à Construção de Rampas para Cidadãos com Mobilidade Reduzida – Isenção de Taxas – Ofício N.º. 13453 – 06.03.13, que a seguir se transcreve:-----

-----“56 - Proposta N.º. 379/06 – construção de rampas para cidadãos com mobilidade reduzida – isenção de taxas:-----

-----I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A existência, na nossa sociedade, de grupos de cidadãos que por circunstâncias várias se viram diminuídos na sua mobilidade, deve conduzir a que as entidades públicas tomem medidas no sentido de diminuir essa dependência àqueles grupos. -----

-----Ao longo dos anos, os Governos têm vindo a legislar sobre esta matéria e, de forma gradual, têm vindo a ser implementadas medidas para eliminar as barreiras arquitectónicas. Hoje, já não se constroem edifícios de utilização pelo público em geral, que não tenham o acesso a

pessoas com mobilidade reduzida, implementado. -----

----- O Governo aprovou recentemente um outro diploma, embora ainda não publicado, que vem reforçar mais aquelas medidas. -----

----- Neste contexto a Câmara Municipal não pode permanecer indiferente a estas situações e embora não disponha neste momento de capacidade financeira que lhe permita dar sequência aos inúmeros pedidos de construção de rampas que lhe são apresentados, pode tomar outras medidas que de algum modo regulem a forma como pode ser conseguida a construção de uma rampa. -----

----- Embora possam parecer obras de diminuta importância, a verdade é que, se não forem conduzidas com especial cuidado e profissionalismo poderão provocar danos quer aos seus utilizadores directos, quer mesmo nas restantes infra-estruturas. -----

----- Por tudo o que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- Um – Isentar de taxas as licenças para a execução de rampas de acesso a edifícios de habitação, destinadas a cidadãos com mobilidade reduzida; -----

----- Dois – Cometer a execução das rampas aos particulares, garantindo um tratamento prioritário na apreciação dos respectivos projectos; -----

----- Três – Submeter à Assembleia Municipal o ponto um desta proposta; -----

----- Quatro – Dar a esta deliberação a adequada publicidade.” -----

----- II – No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, congratulou-se com a apresentação desta proposta, mas considera que neste aspecto a Câmara deve ir mais longe, principalmente no que diz respeito aos centros históricos e às estações de comboio, dado que se apercebeu bem da dificuldade das pessoas com mobilidade reduzida em entrar no comboio, pelo que lhe parece que deveria haver uma carruagem, por exemplo, a da frente, que fosse destinada a essas pessoas, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que isso é um trabalho que a Câmara terá que fazer, mas não tem propriamente a ver com esta proposta,volvendo o **Senhor Vereador**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Emanuel Martins saber que não, mas tem que aproveitar esta proposta, que é de elevado valor por ser dirigida à população alvo que é, para fazer este tipo de observação. -----

-----Assim, disse pensar que deveriam ser criadas, em todas as estações do concelho, condições para que a primeira carruagem tenha facilidade de acesso às pessoas com mobilidade reduzida, assim como nas zonas históricas também deveriam ser criadas essas condições e, igualmente, junto aos Centros de Saúde, aos equipamentos camarários, etc.. -----

-----III – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.”-----

-----A **Senhora Jane Lúcia Carvalho** fez a seguinte intervenção:-----

-----“O Bloco de Esquerda concorda e acha que é uma medida de mais valia, esta isenção de taxas, mas vem lembrar que muitas das vezes esses cidadãos usam as rampas com os seis por cento de inclinação, como manda a Lei, mas, vão-se deparar ao saírem à rua com outros problemas para os quais era necessário tomar a melhor atenção. -----

----- Entre eles estão: os buracos nas ruas, as placas da JCDecaux, que impedem a mobilidade, as paragens de autocarros, que dificultam a passagem das pessoas seja à frente ou atrás, ficando sem o passeio e os lancis não rebaixados, que não ajuda a mobilidade. -----

-----Há outras mais obstruções, que existem na via pública entre as quais os edifícios, às vezes até institucionais, que não têm condições para receber esses cidadãos, não lhes facilitando o seu acesso. -----

-----É importante serem considerados e planeados estes impedimentos como efectivamente manda a Lei.” -----

-----A **Senhora Luísa Lisboa (PS)** disse o seguinte:-----

-----“O Partido Socialista vê com muito agrado esta iniciativa proposta pelo Senhor Presidente da Câmara e, que vem após a recente aprovação pelo Governo dum diploma neste sentido. ---- -----

-----No entanto, pensamos que esta Proposta de Deliberação com estes pontos deveria ser

muito mais atrevida e deveria ir muito mais além. Nós precisamos de ir muito mais além. -----

----- Começaríamos por lhe propor que em todos os edifícios públicos, começando concretamente pelas escolas e pelos jardins-de-infância fosse feito este levantamento. -----

----- Faria aqui uma ponte com aquilo que foi feito e aprovado no ano passado, que é a Carta Educativa. Duvido e quase tenho a certeza que essa Carta Educativa tenha feito o levantamento sobre quantas e quais as escolas, que estão preparadas para receber crianças e jovens que circulam em cadeira de rodas. -----

----- Penso que a Câmara tem uma responsabilidade muito grande e ainda bem que levantou esta questão, mas peço-lhes que sejam mais atrevidos, que vão mais além e que se preocupem com todos os sítios onde os nossos munícipes circulam e, sobretudo, os mais jovens.”

----- **O Senhor Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** referiu o seguinte: -----

----- “Sobre esta matéria estou absolutamente de acordo com a proposta que é apresentada, mas fazia à Câmara duas recomendações: -----

----- Nós, na Junta de Porto Salvo já apresentamos duas ou três sugestões para a nova urbanização da Oeiras Parque, em Talaíde, porque na verdade é uma urbanização de primeiríssima qualidade, mas onde não foram previstas rampas para os deficientes. Há escadarias que são prolongadas e não há rampas, que permitam o acesso a deficientes. -----

----- Tem sido norma dos técnicos municipais aceitar que os passeios, designadamente nos bairros de moradias, sejam empenados para permitir uma correcta entrada nos portões das garagens.-- -----

----- Entendo que o empenamento a verificar-se deve ser dentro do lote e não nos passeios. Os passeios deveriam estar perfeitamente certinhos e terem os lancis necessários para os carros entrarem, mas nunca empenados como se tem feito em certos sítios, nalguns até, com degraus nos passeios onde não se justifica.” -----

----- **O Senhor Joaquim Cotas (CDU)** refere o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Obviamente que a CDU nada tem a opor a esta proposta, antes pelo contrário. -----

-----Gostaria de saber se existe um plano definido pela Câmara no que respeita às prioridades, bem como, se já está calendarizado a execução, que quantifique recursos a envolver, até porque a proposta diz que a Câmara não tem capacidade financeira, etc., etc.. Nós gostaríamos que isto fosse mais claro e de saber quais são os recursos a envolver neste problema sério da mobilidade das pessoas no Concelho com deficiência. -----

-----Também gostaria de A Câmara Municipal já definiu ou contratualizou parcerias para acabar com esta praga social no Concelho de Oeiras, principalmente, nos edifícios públicos, nos edifícios da Câmara Municipal e nos passeios. -----

-----A CDU que concorda com a proposta, que é fundamental, gostaria de ver estas questões, que foram colocadas, devidamente esclarecidas pelo Senhor Presidente da Câmara. ----

-----**CMO**-----

-----**O Senhor Presidente** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Realmente esta proposta é suscitada por uma questão que tem a ver com propostas de condóminos ou condomínios, que pretendem fazer rampas na zona privada dos edifícios e que estavam sujeitos desde logo a projecto e a pagamento das respectivas taxas, o que realmente não fazia sentido, havendo essa vontade por parte dos condóminos ou dos condomínios que ainda estivessem sujeitos ao pagamento de uma taxa. E, portanto, a ideia é de isentar de qualquer pagamento a realização de obras dessa natureza. -----

-----É óbvio que a questão, e, tem a ver exclusivamente com isso, que os Senhores estão a colocar é muito mais ampla e tem a ver com uma cultura, que se tem vindo a desenvolver dentro da própria Câmara Municipal ao nível dos técnicos dos diversos serviços, desde o Planeamento e Gestão Urbanística até ao Departamento de Obras, ou seja, obras que são da responsabilidade da Câmara Municipal e obras que são da responsabilidade de particulares, mas fiscalizadas pela Câmara Municipal. -----

----- É um trabalho paulatino, que se tem vindo a fazer e, naturalmente, que a Câmara Municipal em obras que são feitas neste momento, já está resolvido o problema das barreiras arquitectónicas. Portanto, é uma questão que hoje está na ordem do dia e na construção nova esse problema está resolvido.-----

----- O problema coloca-se ao nível das edificações antigas, sejam da Câmara Municipal, sejam privadas ou ao nível de infra-estruturas públicas. -----

----- Quando, neste momento, se faz uma intervenção pública ao nível de infra-estruturas, por exemplo, de passeios, de arruamentos, etc., já se tem o cuidado de fazer os passeios devidamente desnivelados, de modo a permitir os acessos, designadamente nas passeadeiras. Mas, se derem uma volta no Concelho, possivelmente verificarão que a maior parte do acesso às passeadeiras ainda é através dum lancil direito. Portanto, não há ainda o lancil suavizado.-----

----- De maneira que, o que posso dizer é que, neste momento, é um imperativo ao nível do funcionamento da Câmara Municipal seja nas obras municipais, seja nas obras particulares. --

----- A própria Câmara Municipal à medida que vai fazendo obras, faz essas correcções.--

----- Agora, dizer que se vai preparar um programa para num determinado prazo resolver todas essas situações, não lhes posso ainda responder, até porque isso é um levantamento exaustivo, que iria demorar realmente muito tempo e, sobretudo, vai custar muito dinheiro. Porque, resolver todo este problema do acesso a pessoas com deficiência no espaço público ao nível de todo o Concelho não é fácil. -----

----- Neste momento, a cultura que estamos a introduzir na Câmara, é justamente essa e não é só de agora, já vem de alguns anos a esta parte. De resto ao nível dos lancis dos passeios, isso já se faz há vários anos. Pura e simplesmente, diria que há quinze, vinte anos atrás não havia nada feito. -----

----- Neste momento, há uma atenção especial sobre essa matéria, e vamos fazer um esforço no sentido de, nos edifícios públicos, designadamente nas escolas, pois não há dúvida de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que a grande maioria das escolas não têm, de facto, condições de acessibilidade a deficientes, isso é indiscutível. -----

-----O que deixo aqui é o propósito da Câmara Municipal dar uma importância extraordinária a esta questão e, portanto, vamos fazê-lo.” -----

5.4.1. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com quarenta votos a favor, sendo dezoito do IOMAF (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Fernando Augusto Frade Santos Ferreira, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, António Pita Meireles Pistacchini Moita, Abílio José Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela Santos Cruz e José Henriques Marques Santana), onze do PSD (Alda Maria Reis Gouveia Lima, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas Barros Júnior, Ana Maria Andrade Borja Santos Brito Rocha, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira e António José Viana Basto), seis do PS (Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Luís Alberto Lopes, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá e Maria Hermenegilda Ferreira Vasconcelos Guimarães), três da CDU (Arnaldo António Pereira, Daniel Branco e Joaquim Vieira Cotas) e dois do BE (António Vieira Grosso e Jane Lúcia Weber Casagrande Carvalho).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 16/2006** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 379/06 RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE RAMPAS**

PARA CIDADÃOS COM MOBILIDADE REDUZIDA – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e setenta e nove zero seis, a que se refere a deliberação número cinquenta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em oito de Março último e deliberou por unanimidade, com quarenta votos a favor sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, seis do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, isentar de taxas as licenças para a execução de rampas de acesso a edifícios de habitação, destinadas a cidadãos com mobilidade reduzida e cometer a execução das rampas aos particulares, garantindo um tratamento prioritário na apreciação dos respectivos projectos, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

----- INTERVALO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por interrompidos os trabalhos da Assembleia Municipal para um pequeno intervalo, após o que a reunião recomeçou passado dez minutos.---

5.5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º. 321/06 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento da C.M.O. para o ano de 2006 – Ofício N.º. 15112 – 06.03.20, que a seguir se transcreve:-----

----- **“17 - Proposta N.º. 321/06 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006: -**

----- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pelo presente e nos termos da alínea c) do número dois do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, submete-se à aprovação, as Grandes Opções do Plano e o instrumento previsional do Orçamento para o ano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dois mil e seis, elaborado nos termos estabelecidos pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, ratificado pela Lei número cento e sessenta e dois, de noventa e nove, de catorze de Setembro e alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e quinze, de dois mil, de dois de Dezembro, bem como o seu envio à Assembleia Municipal.”-----

-----II – No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referiu que na nova versão do documento há algumas alterações e que, realmente, o texto não corresponde ao anterior, conforme, aliás, estava previsto, mas fugiria à verdade se não dissesse que, pelo facto de só, ontem, ter recebido o documento, não teve tempo de o ler em profundidade como gostaria de fazer e, aqui, ressalva o facto de ter que ser tido em consideração que os Vereadores que não têm regime de permanência na Câmara têm as suas vidas profissionais e, portanto, não têm a disponibilidade de tempo que gostariam para analisarem aprofundadamente este tipo de documentos. -----

-----Crê, no entanto, que não haverá grandes alterações, a não ser no texto, mas como o Senhor Presidente faz questão que o mesmo seja votado, hoje, os Vereadores do PS estão em condições de votar, se for caso disso. -----

-----Interveio, de seguida, a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** dizendo ter recebido o dossier das expropriações, mas verificou que o que consta desse dossier não está espelhado no documento, ao que o **Senhor Presidente** esclareceu que esse dossier pode ser junto, como uma espécie de errata, para esclarecimento da Assembleia Municipal. -----

-----Usou, seguidamente, da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** dizendo não ter encontrado nenhuma rubrica própria para pagamento de senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte dos membros da Assembleia Municipal, ao que o **Senhor Presidente** esclareceu que não estão discriminadas mas constam nos Encargos com as Autarquias Locais,volvendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que a legislação obriga a que estejam em rubrica própria (artigo quinquagésimo segundo-A número três da Lei cinco-A, de dois mil e dois,

de onze de Janeiro), ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que este ano se mantém como nos anos anteriores, mas já acertou com o Presidente da Assembleia Municipal o envio à Câmara, no próximo ano, dos elementos necessários e, então, será criada essa rubrica.-----

----- De seguida, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse não concordar que o documento seja designado por Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras mas, sim, do Município de Oeiras, com o que o **Senhor Presidente** concordou, dando instruções para que seja feita essa correcção.-----

----- Interveio, seguidamente, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** dizendo estar prevista a “criação, actualização e manutenção de página no site do Município”, o que interpretou como sendo um pouco mais do que dar conteúdos, mas como acha que vem pouco desenvolvido, e uma vez que explicava isto melhor no seu programa eleitoral, perguntou o que é que realmente se pretende, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que o objectivo para este ano é ir mais longe do que aquilo que tem sido a característica do site da Câmara, ou seja, o que se pretende é que haja já alguma interacção porque já há alguns conteúdos que permitem interacção com os munícipes e esses estão em condições de avançar, mas há conteúdos que necessitam ser desenvolvidos e esse é um processo que vai demorar, no mínimo, dois anos a fazer. -----

----- Por outro lado, não se quis estar a desenvolver muito em termos de Plano até porque tem que haver alguma coerência ao nível dos diversos textos, que não se verifica neste documento em que há algum desfasamento nos textos porque é difícil pôr tudo o que se pretende, mas põe-se aquilo que é essencial. No entanto, está convencido que se pode ir mais além do que aqui está. Também leu o programa eleitoral do Senhor Vereador Emanuel Martins mas, se este ler o seu, verificará que está lá exactamente o mesmo, ou seja, a ideia é caminhar-se para o e-government, mas, como se sabe, vai haver muita resistência passiva e vai ser necessária muita pedagogia junto de alguns serviços da Câmara para mostrar que todos podem beneficiar com isso; portanto, essa pedagogia terá que ser feita gradualmente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Enfim, a ideia é fazer com que o site seja mais do que uma mera imagem ou mera propaganda da Câmara, porque, não obstante ser também um bom instrumento nos tempos que correm, a ideia é de ir mais longe, ou seja, é fazer com que as pessoas possam ter acesso não só aos conteúdos mas que também possam trocar informação e, inclusivamente, requerer serviços à Câmara através da Internet.-----

-----Interveio, seguidamente, o **Senhor Vereador Rui Soeiro**, que reportando-se ao texto referente ao Fundo Geral Municipal, disse não concordar com uma afirmação, ou seja, diz-se que: “O Fundo Geral Municipal e o Fundo Base Municipal mantém o valor global de dois mil e cinco. Constata-se um significativo decréscimo das restantes transferências de capital, de vinte e quatro milhões seiscientos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta euros, ou seja, menos setenta e três vírgula sessenta e oito por cento, que se refere ao valor anteriormente estimado de financiamentos que acabaram por não se concretizar.” Na sua opinião, isto não está correcto porque os financiamentos não concretizados serão a diferença entre o orçamentado e o realizado e não a diferença entre o orçamentado num ano e no outro, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que o que aqui está tem a ver com as verbas do PROQUAL e o Senhor Vereador está enganado quando diz que é a diferença entre o orçamentado e o realizado, porquanto essas verbas não estavam meramente orçamentadas e isso tem que ser explicado, ou seja, estavam previstas em dois mil e cinco transferências no montante de trinta e três milhões de euros e, agora, só estão oito milhões, portanto, não é a diferença entre o orçamentado e o realizado,volvendo o **Senhor Vereador Rui Soeiro** que é, porque quando se orçamenta um valor, se ele não chegar..., interrompendo o **Senhor Presidente** para dizer que não é assim, ao que o **Senhor Vereador Rui Soeiro** observou que, na sua opinião, é. Para além disso, considera que isso não está claro, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que se não está claro, então o Senhor Vereador pode dar-lhe uma redacção alternativa. -----

-----Continuando, o **Senhor Vereador Rui Soeiro** disse poder dar uma nova redacção

mas a verdade é que a diferença nem sequer é esta, retorquindo o **Senhor Presidente** que o que está, no orçamento de dois mil e cinco, que não foi feito por si, são trinta e três milhões de transferências,volvendo o **Senhor Vereador Rui Soeiro** que chegaram cá menos, ao que o **Senhor Presidente** disse saber perfeitamente onde é que o Senhor Vereador quer chegar, mas tem que lhe dizer que já eliminou o texto de introdução das Grandes Opções do Plano e Orçamento até porque não quer fazer nenhum acinte e a prova disso, como acabou de dizer, é que eliminou o texto, ou seja, eliminou aquilo que os Senhores Vereadores consideravam que podia ser melindroso. -----

----- Agora, uma coisa é orçamentar e outra coisa é estar claro no orçamento de dois mil e cinco que era uma transferência vinda de Ora, essa transferência não veio e, portanto, tem que dizer aqui que, realmente, foram estimadas transferências que acabaram por não se concretizar e essa é que é a verdade.-----

----- Por conseguinte, o Senhor Vereador Rui Soeiro, já que não está de acordo com esta redacção, pode estudar uma redacção alternativa para substituir a que está, ao que o **Senhor Vereador Rui Soeiro** apresentou a seguinte redacção, com a qual o Senhor Presidente concordou: -----

----- “O Fundo Geral Municipal e o Fundo Base Municipal mantêm o valor global de dois mil e cinco. Constata-se um significativo decréscimo das restantes transferências de capital, de vinte e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta euros, ou seja, menos setenta e três vírgula sessenta e oito por cento. Este decréscimo é em parte explicado pelo facto de não se terem concretizado parte das transferências de fundos previstas.” -----

----- Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** dizendo que relativamente à informação que o Senhor Presidente lhes fez chegar sobre o PROQUAL a mesma tem erros, meramente, somatórios, que já corrigiu, mas pretende mais informações sobre o montante que estava previsto nas candidaturas e para cada uma delas, ao que **Senhor**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente observou que essa informação consta do Plano Estratégico, respondendo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que não o tem, pois há coisas que não guardou, mas basta-lhe apenas um mapa com esses valores, ao que o **Senhor Presidente** respondeu ir providenciar nesse sentido. ----

-----Usou, de seguida, da palavra a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** que, reportando-se à informação sobre pessoal que o Senhor Presidente entregou, disse que o movimento de pessoal diz respeito ao período de um de Janeiro a vinte e cinco de Outubro mas não lhe mandou informação do pessoal cujos contratos, entretanto, foram rescindidos, o que, para si, era importante para confrontar umas situações com as outras, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que essa informação consta do balanço social que, entretanto, irá fazer chegar aos Senhores Vereadores. -----

-----Interveio, seguidamente, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** dizendo não ter tido oportunidade de cruzar a informação que o Senhor Presidente entregou sobre o PROQUAL, com os elementos que tinha retirado da análise que fez das actas, pelo que ainda não conseguiu fazer o ponto da situação. No entanto, põe o assunto noutros termos dizendo que esta informação é suficiente para o que, agora, dela queria retirar, mas pede ao Senhor Presidente que lhe faça chegar todas as actualizações que houver sobre esta matéria. -----

-----III – Submetida a proposta à votação foi a mesma aprovada, por maioria, com abstenções dos Senhores Vereadores Teresa Zambujo, José Eduardo Costa, Rui Soeiro e Pedro Simões e votos contra dos Senhores Vereadores Emanuel Martins, Carlos Oliveira e Amílcar Campos. ---

-----IV – O **Senhor Vereador Emanuel Martins**, em nome do PS, declarou ter pena que esta nova metodologia das Grandes Opções do Plano e Orçamento não sejam como no passado, quando eram o Plano de Actividades e o Orçamento para lhes permitir ter uma leitura e serem claros nas razões por que votaram contra, tanto mais que entendem que um Orçamento de

transição e umas Grandes Opções do Plano e Orçamento como estas, que revertem algumas das coisas que o PS também propôs para o Concelho, poderiam e deveriam merecer da sua parte outro tipo de voto. -----

----- V – O **Senhor Vereador Amílcar Campos** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e seis por não rever neste documento os aspectos essenciais que constituíram o compromisso eleitoral da CDU para o presente mandato e por verificar que grande parte das prioridades consignadas neste Plano foram definidas, em mandatos anteriores, por critérios que, em meu entender, não contribuem para a resolução dos problemas mais gritantes das populações. -----

----- São adiadas as questões que afectam o dia-a-dia das pessoas, em especial as que se relacionam com as unidades de saúde, com a rede pública escolar, com o estacionamento, ou com a mobilidade dos munícipes, para não citar outras, em contraste chocante com as promessas eleitorais que ainda temos no ouvido. -----

----- Como se isto não bastasse, os munícipes são ainda penalizados pela aplicação de taxa máxima do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e através da forte descapitalização dos SMAS, que terá por consequência o agravamento da factura da água.-----

----- A este propósito e independentemente do orçamentado, devo referir que as receitas provenientes do IMI/Contribuição Autárquica, foram, em dois mil e cinco, nove vírgula cinco por cento superiores às que se arrecadaram em dois mil e quatro e que em dois mil e seis serão significativamente superiores às orçamentadas e às que se arrecadaram em dois mil e cinco.-----

----- Por outro lado, a descapitalização dos SMAS, traduzida na transferência de cinco vírgula oito milhões de euros para a Câmara de Oeiras, depois de já ter sido transferido, em dois mil e cinco, um montante de cinco milhões, perfazendo, em dois anos consecutivos, o valor de vinte e um vírgula seis milhões de euros (para Oeiras e Amadora), terá por inevitável consequência a redução do investimento por parte dos SMAS, ou seja, o retardamento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

renovação da rede de distribuição e do combate às fugas de água. -----

-----Persiste-se no dispendioso funcionamento do SATU, cuja experiência de utilização já demonstrou que não serve as populações e que é um sorvedouro de recursos que seriam melhor aplicados em sistemas de transporte de massas, que de facto pudessem contribuir para melhorar a mobilidade dos munícipes, como por exemplo o Eléctrico Rápido Algés/Falagueira e os transportes locais que entraram em funcionamento no ano passado em três freguesias e que agora estão postos em causa em vez de serem generalizados às restantes. -----

-----É preocupante o risco de derrapagem orçamental de muitos dos investimentos previstos, alguns dos quais adjudicados à pressa, com base em projectos mal definidos, em cuja execução irão surgir montantes significativos de trabalhos a mais. -----

-----Isto mesmo se passou com as obras do Porto Abrigo de Oeiras, em que as alterações ao projecto, os trabalhos a mais, as revisões de preços, que ainda não estão integralmente apuradas neste momento, apontam para um agravamento do valor inicial de adjudicação superior a cinquenta por cento, conforme está previsto na rubrica zero sete zero três zero três zero seis das Grandes Opções do Plano e Orçamento, em claro desrespeito pela legislação que regulamenta a contratação de obras públicas. -----

-----Assinalo também, de forma negativa, o empolamento que se verifica nas Receitas de Capital, em especial no que respeita à “Venda de Bens de Investimento”. -----

-----A Receita de Capital realizada em cada um dos anos de dois mil e dois a dois mil e cinco foi, respectivamente, de vinte e três vírgula seis por cento, vinte e oito vírgula seis por cento, trinta vírgula quatro por cento e vinte e quatro por cento da orçamentada e em dois mil e seis, nesta matéria, as coisas também não serão diferentes. -----

-----Não me identifico com este modelo de gestão, em que as pessoas e os seus problemas são relegados para segundo plano e as obras que se vêm são realizadas a qualquer preço, mesmo que para isso se tenha que violar a própria legislação aplicável. -----

----- Este meu voto tem igualmente implícita a crítica a quatro outros aspectos:-----

----- Um – A falta de definição quanto à forma como vão ser recuperadas ou transferidas as Oficinas Técnicas Municipais do Espargal, uma vez que parece estar prevista a venda do terreno em que se situam. -----

----- Dois – A insuficiente descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, como forma de aumentar a capacidade e a eficácia de intervenção na resolução de um vasto conjunto de problemas que afectam o dia-a-dia das populações. -----

----- Três – A inexistência de um enquadramento plurianual das Grandes Opções do Plano e Orçamento, de forma a acautelar adequadamente o cumprimento dos objectivos e dos planos estratégicos definidos no Plano Director Municipal. -----

----- Quatro – A morosidade que se tem verificado no processo de revisão do PDM e que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento prevêem manter, ao consignar para o efeito a verba de cinquenta mil euros. Sabendo que o horizonte temporal de aplicação do PDM terminou em dois mil e quatro e que a sua actualização é indispensável para definir as estratégias de desenvolvimento futuro, tendo em atenção os desvios, distorções e atrasos verificados pela aplicação do “actual”, considero que é prioritário concluir a sua revisão com a máxima brevidade e com a mais ampla participação das populações.” -----

----- VI – A **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** fez a seguinte declaração de voto: ----

----- “Apesar da entrega tardia – ontem catorze de Março dois mil e seis, às onze horas e quarenta minutos – da versão final das Grandes Opções do Plano e Orçamento, não respeitando as quarenta e oito horas estipuladas no número dois do artigo octogésimo sétimo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro e conforme procedimento acordado nas primeiras reuniões deste Executivo e tendo tido o Senhor Presidente, à sua disposição, um intervalo de tempo considerável para a fazer, não quiseram os Vereadores do PSD adiar a votação de um documento tão importante como as Grandes Opções do Plano e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Orçamento para o corrente ano.-----

-----Daí que, tenhamos envidado todos os esforços, fazendo uma leitura atenta do documento, com cerca de quatrocentas páginas, para, em consciência formar a nossa opinião e tomar a decisão por nós considerada mais adequada ao momento, sobrepondo o interesse do Município e dos Municípes aos interesses partidários. -----

-----Verificámos que o Orçamento dois mil e seis regista um decréscimo de dois vírgula oitenta e três por cento relativamente a dois mil e cinco, situação que não é inédita dado que o Orçamento de dois mil e três relativamente ao de dois mil e dois (elaborado na Presidência do Doutor Isaltino de Moraes) evidenciou também um decréscimo acentuado de sete vírgula quatro por cento. - -----

-----Registamos, com agrado, que o Município continua a ter uma grande capacidade de gerar receitas fazendo com que uma parte da receita corrente continue a ser encaminhada e bem, para financiar investimento a levar a cabo directa ou indirectamente pela autarquia. -----

-----Dada a complicada conjuntura económica nacional / mundial, nos últimos anos, constituíram preocupações da Câmara limitar ao mínimo a alienação de património imobiliário e adquirir bens que aumentassem o património do Município e, em particular, o histórico, o que obviamente irá facilitar a acção futura, sobretudo a partir de dois mil e sete. -----

-----Verificámos que das Grandes Opções do Plano e Orçamento constam planos, projectos e acções cuja execução física e/ou financeira está em curso ou em fase de conclusão, dando assim continuidade ao que tinha sido programado/projectado/concursado/executado anteriormente, não comprometendo, nestas matérias, os compromissos assumidos. -----

-----O primeiro ano de qualquer mandato tem, como é natural, reflexos do mandato anterior e, por isso, é normalmente designado como “Ano de Transição”, permitindo concluir uma etapa e preparar/lançar o desafio futuro. -----

-----Sem dúvida que o corte de financiamento verificado, no âmbito do PROQUAL,

comunicado formalmente pela CCDRLVT após a aprovação do orçamento e GOP para dois mil e cinco, dificulta o exercício de dois mil e seis, mas, certamente essa lacuna será, em grande parte, compensada pelas receitas a arrecadar através do IMI / IMT cujas taxas não sofreram alteração (as taxas praticadas em Oeiras, com as modulações introduzidas pelo PSD, no anterior mandato, são inferiores às praticadas na generalidade dos municípios, que optaram por taxas mais elevadas, por recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses), por deliberação favorável à sua manutenção, em dois mil e seis, por parte dos membros do Executivo do IOMAF e do PSD.-----

----- De referir, que o acréscimo esperado naqueles impostos, está subavaliado no orçamento dois mil e seis em virtude de ter de ser aplicado para a estimativa das receitas, a fórmula de cálculo que a Lei obriga.-----

----- Verificámos também que a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia é mantida e existe abertura para as aumentar, dependendo da evolução. -----

----- Outros projectos surgem que sendo importantes e, como tal, não devendo ser esquecidos, referimo-nos designadamente à “Segunda Fase do Parque dos Poetas” e ao “novo Edifício dos Paços do Concelho - Fórum”, não são prioritários para o PSD. -----

----- Lamentamos que alguns projectos/serviços criados gratuitamente para a população, à semelhança do que existe noutros municípios, tenham sido ou estejam a ser abandonados quando já provaram que são muito importantes para alguns segmentos da população/algumas faixas etárias. ---- -----

----- Lamentamos também que os tão desejados centros/extensões de saúde continuem adiados agora, não por eventual inexistência de verbas em PIDDAC, mas pela ausência de programas funcionais, depois de ter sido afirmado pelo Senhor Presidente, durante a campanha eleitoral, que com ou sem verbas do Orçamento de Estado estes projectos avançariam, admitindo várias formas de os financiar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Assistimos a uma importância relativa da Cultura e do Turismo, sectores que para o PSD têm uma enorme/vital importância sobretudo se forem explorados articuladamente, nas suas diversas vertentes. A aposta nestes sectores, no passado recente, foi muito significativa para agora ser desperdiçada. -----

----- Assistimos também, na área da Educação, a uma centralização de meios (hardware) em vez de um computador por sala de aula, exigência do Ministério da Educação quando da apresentação da candidatura. É nosso entendimento que a medida proposta não deve neutralizar a anteriormente implementada, mas complementá-la. -----

----- Por outro lado, a anunciada “Renovação quase integral do mobiliário dos Jardins-de-infância e Escolas do Primeiro Ciclo, em dois mil e seis” sugere-nos um desperdício/novo requismo, uma decisão precipitada sem uma correcta avaliação das necessidades e sem ter em conta o que foi investido ao longo dos últimos anos. -----

----- Para além do que já foi referido em anteriores reuniões e do atrás exposto, consideramos que a última versão das Grandes Opções do Plano e Orçamento se encontra mais equilibrada, mais coerente, e, em parte, expurgada de tentações demagógicas. -----

----- Feitos estes considerandos, fica bem visível que o PSD, mais uma vez, com o seu sentido de voto (abstenção) demonstra que pretende fazer uma oposição séria, construtiva e não movida por quezílias inconsequentes e obsessões, contribuindo sempre para o desenvolvimento do Concelho e lutando, como até aqui, para que Oeiras continue a ser uma referência a nível nacional e um bom exemplo em termos internacionais como, aliás, vem sendo há duas décadas. -

----- Esta posição, agora assumida, vem na continuação da nossa postura de sempre, em que colocamos Oeiras e os Oeirenses sempre em primeiro lugar.” -----

----- VII – O **Senhor Vereador Carlos Oliveira**, no uso da palavra, reiterou a declaração de voto do Senhor Vereador Emanuel Martins, acrescentando que o seu voto teve, naturalmente, que ver com todos os pressupostos que foram discutidos ao longo das várias reuniões em que o

Orçamento sendo discutido, nomeadamente, com as dificuldades financeiras evidenciadas para cumprir o Orçamento e o objectivo a que o mesmo se propõe, devido, sobretudo, aos buracos financeiros que foram sendo encontrados e que já foram devidamente explicados.-----

----- No entanto, a atitude dos Vereadores do PS vai ser de perfeito empenho em ajudar a Câmara a prosseguir e a concretizar este Orçamento, tendo em vista atingir o objectivo, que creê ser o de todos, de melhorar cada vez mais, de uma forma continuada e sustentada, a vida dos Oeirenses. -----

----- É para isso que cá estão. É para isso que foram eleitos e assim estarão numa atitude positiva.-----

----- VIII – Interveio, por último, o **Senhor Presidente** dizendo compreender que se está a votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, que são documentos de contornos políticos, porque contém opções e políticas de desenvolvimento para o Concelho, mas têm, sem dúvida, uma componente técnica muito grande e têm uma componente de compromissos que vêm do mandato anterior, o que, aliás, acontece em todos os mandatos e quando diz que têm compromissos do mandato anterior, deve esclarecer que nem tudo é negativo, pois há coisas negativas mas também as há positivas. -----

----- No entanto, o que quer dizer é que não são, de forma alguma, as Grandes Opções do Plano e Orçamento que gostaria de apresentar. Admite, todavia, para dois mil e sete, trazer à Câmara Municipal Grandes Opções do Plano e Orçamento já mais de acordo com aquilo que pretende, assim como admite que para dois mil e oito e para dois mil e nove apresentará já documentos bem diferentes destes. -----

----- Acrescentou que há coisas que não compreende e deve dizer que não compreendeu a votação de nenhum dos Senhores Vereadores. É óbvio que se está no primeiro ano do mandato e, sendo o primeiro ano, forçosamente que se tem que dar continuidade a determinado tipo de intervenções e de actividades. Aliás, uma Câmara Municipal não é propriamente a Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da República, que não governa, apenas ajuda a governar e legisla. A Câmara é um Órgão Executivo, que tem compromissos, pelo que deve reafirmar que ficou surpreendido com a votação destes documentos. -----

-----Começando pelo Senhor Vereador Amílcar Campos deve dizer-lhe que apresentou uma série de argumentos, a justificar o voto contra, que são, realmente, muito esfarrapados e que não servem, mas, politicamente, compreende que o tenha feito, pois este é o décimo oitavo orçamento em que participa e a declaração de voto do Partido Comunista foi sempre essa, ou seja, o Senhor Vereador nem sequer conseguiu inovar porque as declarações dos Vereadores do Partido Comunista, mais um por cento, menos um por cento, andaram sempre muito à volta desta. -----

-----Acha interessante argumentar-se com a rede de saúde, porque para falar nisso é preciso ter autoridade e, realmente, não viu o Partido Comunista durante a campanha eleitoral dizer que iria construir Centros de Saúde. Iria exigir-los, mas, também, como não tencionava ganhar as eleições, compreende-se que é mais um grupo de pressão do que outra coisa. -----

-----No entanto, não deixa de ser estranho que, tendo a sua força política proposto a construção de Centros de Saúde, se rejeite o Orçamento que prevê, precisamente, o início, por parte desta Câmara Municipal, do processo de construção desses equipamentos, visto que neste Orçamento estão verbas destinadas, justamente, aos projectos para os Centros de Saúde. Ora, esperar que em cinco meses se construíssem os Centros de Saúde é, realmente, acreditar demasiado nas capacidades de quem fez estas promessas na campanha eleitoral. Pessoalmente, bem como a sua força política, não são ainda tão onnipotentes. São humanos e, por conseguinte, não podem, de maneira nenhuma, aparecer nesta fase com os Centros de Saúde construídos. -----

-----Portanto, estranha que, propondo-se a Câmara substituir-se ao Governo numa área que é da sua responsabilidade, o Senhor Vereador tenha encontrado aqui um argumento para votar contra e, ainda por cima, justificando que isto aparece, contrariamente às promessas

eleitorais. Realmente, foi uma promessa eleitoral que a sua força política fez, razão pela qual contemplaram a possibilidade de fazer o projecto.-----

----- É óbvio, e de alguma forma responde à questão que a Senhora Vereadora Teresa Zambujo também colocou, que não se desculpa por detrás dos programas para a elaboração dos projectos para a construção dos Centros de Saúde, mas é indiscutível que o Governo terá que dar os programas, pois sem eles não pode haver projecto. -----

----- Agora, não restam quaisquer dúvidas que se, politicamente, o Governo se recusar a fazer os Centros de Saúde e se, se recusar a dar os programas, é óbvio que a força política que, eleitoralmente fez esta promessa, fica desvinculada e não deixará de o denunciar publicamente e, aí, os cidadãos deste Concelho ficarão a saber que não há Centros de Saúde, não porque a Câmara Municipal de Oeiras não quer, mas porque o Governo não quer.-----

----- Por outro lado, aquilo que esperava que fosse um elogio à boa gestão dos SMAS, e aqui está à vontade porque não os administrou nos últimos quatro anos, mas todos sabem que, felizmente, são uma espécie de empresa municipal que há vários anos tem lucro e aquilo que devia ser classificado como uma boa gestão dos Serviços Municipais aparece aqui como uma recriminação e até se vai mais longe ao dizer que, por via disso, fica comprometido o investimento para a remodelação de redes, quando justamente nesta reunião, no período de informações, tiveram oportunidade de discutir isso, para além de que o Senhor Vereador sabe muito bem e até sabe melhor que ele próprio visto ser formado em engenharia e já demonstrou em várias reuniões saber bem como é que as obras devem decorrer, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista da sua execução e, por conseguinte, estranha que o Senhor Vereador argumente, para votar contra este Orçamento, que o investimento dos SMAS, fica comprometido, quando a verdade é que tiveram, hoje, oportunidade de votar também as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS e verificaram que não há problemas de ordem financeira para que os mesmos possam levar por diante o seu programa. O que acontece é que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dado tratar-se de obras com uma especificidade muito própria, é muito difícil levar por diante os investimentos que é necessário fazer, num período curto de tempo, porque é um trabalho em rede que tem que se ir fazendo, paulatinamente, ao longo dos anos e, não, de repente, até porque fazendo-se de repente criavam-se transtornos enormes às pessoas que iriam ficar sem água, sem abastecimento contínuo, etc..-----

-----Depois, o Senhor Vereador continua a ser injusto, e aqui diria que é muito injusto para com o seu camarada que o antecedeu na Câmara, porque faz uma crítica, em relação à qual ficou surpreendido que a Senhora Vereadora Teresa Zambujo não tivesse reagido, mas, enfim, tem ele próprio que fazer as honras da casa, porque o Senhor Vereador fez uma crítica demolidora à anterior gestão camarária, onde estava um camarada seu que, ao que sabe, votou a favor de todos os projectos que o Senhor Vereador aqui criticou, como é o caso do Porto de Recreio que era a menina dos olhos do Senhor Vereador Arnaldo Pereira. Portanto, não pode deixar de ficar surpreendido, porque se está a iniciar um novo mandato e o Senhor Vereador utiliza argumentos do mandato anterior para votar contra este Orçamento e contra estas Grandes Opções do Plano. -----

-----Realmente, está de acordo com o Senhor Vereador Amílcar Campos quando se refere ao empolamento da receita de capital, dado que ele próprio também o referiu, mas pergunta como é que se poderá resolver a situação e equilibrar o Orçamento se estão em curso determinado tipo de investimento para os quais tem que haver cobertura financeira? Aí, admite, como o Senhor Vereador diz, que possa haver alguma derrapagem na concretização de determinados projectos, mas não há qualquer problema se essa derrapagem for controlada pela Câmara, porque, às vezes, mais dois ou três meses para fazer os pagamentos podem facilitar as contas da Câmara Municipal. -----

-----Por outro lado, quando o Senhor Vereador Amílcar Campos diz que não se identifica com este modelo de gestão, tem que estar de acordo com ele, pois se se identificasse já tinha

ganho as eleições. Realmente este modelo de gestão é um modelo vencedor, que tem merecido, pelo menos do ponto de vista do protagonista a Presidente da Câmara Municipal, ao dos anos o sufrágio dos cidadãos eleitorais deste Concelho.-----

----- Para além disso, o Senhor Vereador Amílcar Campos continua a justificar o seu voto contra, com mais argumentos como é o caso da falta de definição relativamente às oficinas do Espargal, o que também é estranho, visto que já se discutiu, aqui, esta questão e o facto de estar prevista a alienação daquele terreno, e quanto a si muito bem, porque, realmente, existe um Plano de Pormenor aprovado já há vários anos para aquela zona. A verdade é que as oficinas não têm que estar instaladas numa zona nobre do Concelho, em que a renda fundiária é elevada e só se a Câmara Municipal não soubesse fazer gestão de património ou se fosse irracional nessa gestão é que manteria oficinas numa zona daquelas. Portanto, faz todo o sentido que as mesmas sejam transferidas dali para uma zona industrial onde a renda fundiária é mais baixa. Aliás, foi precisamente pelo facto de, até aqui, não se ter encontrado alternativa para instalar as oficinas, que a Câmara Municipal prescindiu dessa mais-valia no Espargal, não alienando e mantendo ali as oficinas, o que se tem traduzido num custo enorme para o Município e no mau estar dos funcionários já que, na realidade, aquelas instalações não têm condições. -----

----- Na verdade o Senhor Vereador não dá sequer o benefício da dúvida e diz isto porque já informou a Câmara que se estava em negociações com terrenos para mudar as oficinas e que tem como propósito resolver esse problema. Agora, no Primeiro Orçamento deste mandato, votar contra por causa disso não lhe parece curial, mas enfim. -----

----- Depois, o Senhor Vereador vem com outro fundamento que é absolutamente irrealista. Compreende que tenha que votar contra, mas não com os argumentos que apresenta, como é o caso de haver insuficiente descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, porque, aí, o Senhor Vereador deve ouvir os Presidentes de Junta para ficar a saber o que é que pensam sobre esta matéria, porque a verdade é que estão satisfeitos e nenhum deles se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

queixa.-----

-----Acrescentou que, dificilmente, um Presidente de Câmara dirá numa Assembleia Municipal aquilo que ele próprio disse dirigindo-se aos Presidentes de Junta para lhes afirmar que tinham à sua disposição todo o dinheiro que fossem capazes de gastar em prol dos munícipes e da sua qualidade de vida. Afirmou-o na altura, reafirma-o aqui e até diz mais: quer enquanto foi Presidente da Câmara, quer no período em que a Câmara foi presidida pela Doutora Teresa Zambujo, nunca foi recusado recurso financeiro às Juntas de Freguesia e a verdade é que a maioria delas nunca conseguiu, sequer, gastar aquilo que teoricamente devia gastar e que tinha à sua disposição, pela simples razão que o trabalho das Juntas de Freguesia também é rendilhado e é um trabalho de pormenor, como é o caso de uma intervenção numa escola, tapar um buraco num passeio, pôr um corrimão, pintar uma zebras, etc., em que é preciso fazer muito trabalho para que haja um volume de investimento significativo. -----

-----Portanto, aquilo que disse às Juntas de Freguesia, e que reafirma aqui, é que a Câmara Municipal estaria disponível para transferir todas as verbas que, no contexto da delegação de competências, conseguissem gastar. Acha isto extraordinário, pelo que estranha como pode ser invocado como insuficiente. -----

-----Também o argumento da morosidade no processo de revisão do PDM é uma desculpa esfarrapada, além de que a questão de apenas estar prevista a verba de cinquenta mil euros não é relevante pela simples razão que há muitas mais verbas para planos, etc., que estão previstas no Orçamento e, por outro lado, há uma equipa técnica na Câmara Municipal que também vai trabalhar na revisão do PDM, pelo que do que se necessitará será de algumas consultadorias. -----

-----Depois, o Senhor Vereador diz uma coisa que já o ouviu, dizer, por diversas vezes, mas há coisas que quando se dizem devem ser provadas porque, caso contrário, está-se a ser demagógico. Quando o Senhor Vereador fala em desvios e distorções na aplicação do PDM em

vigor, desafia-o a demonstrá-lo, porque, pessoalmente, desconhece-o e caso o Senhor Vereador Amílcar Campos conheça alguma situação deve comunicar-lha a fim de poder tomar as medidas adequadas. -----

----- Por conseguinte, deve dizer ao Senhor Vereador Amílcar Campos que lamenta que tenha votado contra, visto que não havia razão nenhuma para o fazer. -----

----- Relativamente aos Vereadores do Partido Socialista que também votaram contra, o que, para si, foi uma grande surpresa, embora compreenda que há aqui um calendário e políticas, por vezes, subjacentes às posições que os Senhores Vereadores tomam, mas não compreende por que é que o PS votou contra, e isto aplica-se a todos os Senhores Vereadores, tanto mais que esteve disponível para aceitar todas as sugestões que quisessem apresentar. -----

----- Acrescentou que se houve alguém que fez aqui um esforço de consenso foi ele próprio, porque mesmo a nível dos textos, tendo sido manifestado algum melindre que, de resto, foi referido pela Senhora Vereadora Teresa Zambujo, resolveu retirar algumas afirmações que poderiam ser mais melindrosas, justamente, num esforço de aproximação e de consenso, porque, para si, o essencial não é o texto, nem são as afirmações retóricas que se fazem, nem, sequer, o discurso. Para si, o essencial é aquilo que se concretiza no dia-a-dia e, por conseguinte, o que é importante é que a Câmara tenha um Orçamento e tenha as Grandes Opções do Plano para poder pôr em andamento, visto que há muitas instituições que necessitam deste instrumento e o fundamental é que haja o máximo de consenso possível. -----

----- Assim sendo, deve dizer que não conseguiu compreender as razões que levaram o PS a votar contra este documento, tanto mais que afirmaram que é um documento de continuidade e, como tal, também há responsabilidades suas na gestão anterior. Que não votassem a favor já o surpreenderia, mas votar contra, confessa que não percebeu. -----

----- Quanto à votação do PSD deve dizer que ficou muito surpreendido com as abstenções porque, realmente, não consegue vislumbrar as razões por que se abstiveram. Aliás, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

declaração de voto da Senhora Vereadora Teresa Zambujo, que aplaude, é uma declaração de voto que, se fosse lida antes da votação, o levaria a dizer que votariam a favor e seria, para si, uma grande frustração se não o fizessem, pois nunca diria que se iam abster. -----

-----Realmente, é indiscutível que, embora possa haver uma ou outra pequena alteração, a verdade é que as Grandes Opções do Plano e Orçamento, no essencial, respeitam todos os compromissos que vêm do mandato anterior, não contendo nenhuma inovação que pudesse violentar os Senhores Vereadores do PSD, tanto mais que, volta a reafirmá-lo, foram aceites todas as sugestões que apresentaram e se mais não foram aceites é porque não foram apresentadas. -----

-----Aliás, deve dizer que esperava uma maior participação dos Senhores Vereadores neste documento, porque esteve disponível para que fizessem todas as sugestões que entendessem, a fim de reunir o máximo consenso que, na sua opinião, era fundamental. -----

-----Quanto àquilo que são discordâncias, a Senhora Vereadora Teresa Zambujo referiu-se ao Parque dos Poetas e ao Fórum, o que não o surpreendeu, porque, se fosse prioritário, o Parque dos Poetas já estaria em construção e, neste momento, ainda se terá que avançar com os projectos.-- -----

-----No entanto, deve dizer que não tem dúvidas que, quando estiver concluído, será um equipamento de que toda a Câmara se orgulhará porque será uma grande atracção, até do ponto de vista turístico, porque o turismo, hoje em dia, faz-se com qualidade de vida e com a qualificação urbana. Aliás, sempre disse isso e, de facto, Oeiras começa a ter algum impacto no Turismo justamente porque já apareceram alguns hotéis e hão-de aparecer mais; portanto, quanto mais se qualificar o Concelho, melhores condições turísticas este tem. O Parque dos Poetas é uma obra inacabada, mas terá que ser concluída.-----

-----No entanto, até compreende que haja pessoas que pensem que é uma obra ostentatória, esquecendo-se que há ali uma acção de mecenato que é fundamental e que é a maior

acção de mecenato, possivelmente, jamais feita em Portugal, com excepção da do tipo da Gulbenkian e de grandes empresas, etc., mas do que está a falar é de centenas de milhares de contos de participações de empresas do Concelho para o Parque dos Poetas. -----

----- Quanto ao Fórum ainda o surpreende mais a discordância, porquanto, quando hoje se fala em modernização administrativa, em racionalização de recursos humanos, em racionalização de procedimentos administrativos, em e-government, em condições de trabalho para os funcionários, em condições para os munícipes, será que não construir o Fórum não será irracional? A verdade é que a Câmara Municipal construiu e financiou igrejas, pavilhões desportivos, escolas, etc., e será que os seus trabalhadores e os seus munícipes não merecem também em esforço da Câmara Municipal no sentido de lhes dar melhores condições de trabalho? A produtividade, disso não tem dúvidas, aumentará substancialmente com um novo edifício onde possa ser acolhida a generalidade dos funcionários e onde a Câmara possa prestar um serviço mais adequado, mais correcto e mais célere aos seus munícipes. -----

----- Já em relação aos Centros de Saúde ainda percebeu menos, pois, à semelhança do Partido Comunista, também a Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou algumas desculpas esfarrapadas, depois de ter feito uma declaração de quais eram os pontos de concordância e que, para si, levariam o PSD a votar a favor. Diz que os Centros de Saúde são adiados, mas tal não corresponde à verdade. Pelo contrário, são assumidas por esta Câmara Municipal, através de consignação no Orçamento, verbas para se iniciarem os projectos para construção dos Centros de Saúde, pois, neste momento, não se pode fazer mais, já que as obras não se podem fazer sem que primeiro se façam os projectos. -----

----- Por outro lado gostaria de fazer uma correcção quanto aos computadores para as escolas, porque ninguém disse que se tiravam os computadores das salas de aula. Uma coisa é criar em cada escola um Centro de Tecnologias de Comunicação e Informação e outra coisa é retirar de cada sala de aula um ou dois computadores. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Quanto ao mobiliário é óbvio que a Câmara não o vai deitar fora. Do que se trata é de uniformizar o mobiliário de uma série de estabelecimentos de ensino, mas todo aquele que estiver em condições será para ser utilizado em várias instituições que de tal carecem. -----

-----Concluiu dizendo que a Câmara tem as Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados, mas não podia deixar de confessar a sua perplexidade na votação de todos, porque os que se abstiveram esperava que votassem a favor e os que votaram contra esperava que se tivessem absterido. -----

-----Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.” -----

-----**A apresentação desta proposta foi acompanhada em PowerPoint.** -----

-----**C.M.O.**-----

-----O **Senhor Presidente** deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Ir-se-á seguir um esquema de apresentação, que tem sido seguido nos últimos anos através de projecção e que será acompanhado de alguns comentários. -----

-----Temos um quadro com a evolução anual da previsão Orçamental de dois mil e três a dois mil e seis e, o que importa apenas chamar atenção é de que em dois mil e cinco para dois mil e seis temos uma redução de cerca de dois vírgula nove por cento relativamente a dois mil e cinco. Portanto, cento e noventa e três milhões, passa para cento e oitenta e sete milhões em dois mil e seis. - -----

-----Nas componentes do Orçamento poder-se-á apenas chamar a atenção relativamente a estes quadros para uma situação que se mantém e que nos últimos anos tem sido de alguma forma uma tendência do Orçamento do Município, que é o de ser possível financiar investimento

com receitas correntes e, portanto, também aqui, neste caso, temos uma transferência de receitas correntes na ordem dos dezoito milhões de euros que irão reforçar a despesa de capital. -----

----- Neste quadro é-nos apresentada a componente da receita e, quer em relação à receita corrente e à receita de capital não há grandes alterações e importará chamar atenção para o facto de, nas receitas correntes, os Impostos Directos, – o IMI, o IMT, a derrama, traduzem-se numa percentagem na ordem dos sessenta seis vírgula nove por cento da receita corrente, sendo a sua maior fracção. E, na receita de capital, Venda de Bens de Investimento, representa setenta e nove por cento do total da receita de capital.-----

----- Ao nível das transferências de capital, e adiante veremos isso melhor, assistimos a uma redução substancial relativamente a dois mil e cinco, que tem a ver com fundos comunitários não concretizados. -----

----- Neste quadro temos uma decomposição da receita corrente, no qual vê-se bem a repartição e a percentagem dos Impostos Directos com sessenta e seis por cento. -----

----- As transferências correntes com treze vírgula um.-----

----- Impostos Indirectos, quatro vírgula cinco e a restante receita com quinze vírgula quatro por cento.-----

----- Os Impostos Directos têm realmente um peso significativo na nossa receita corrente.

----- Depois temos uma evolução de alguns impostos, neste caso os impostos principais – o Imposto Municipal sobre Imóveis e a sua evolução de dois mil e três e a previsão para dois mil e seis.-----

----- Em dois mil três temos uma previsão de dezasseis milhões de euros. -----

----- Em dois mil e quatro, quinze milhões. -----

----- Dois mil e cinco, treze milhões e sessenta mil para uma previsão de dezanove milhões. Portanto, treze mais cinco serão dezanove mais três, que se situará nos vinte e um/vinte e dois milhões, aliás como foi referido aquando da aprovação da Taxa do IMI.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Quanto à Sisa, tem havido uma tendência decrescente nos últimos anos, de dois mil e três a dois mil e cinco. Aliás, a previsão corresponde, neste caso, à média dos últimos três anos, portanto dos últimos dois anos. -----

-----Em dois mil e cinco foram cobrados dezanove milhões e prevê-se agora uma receita na ordem dos vinte e um milhões e novecentos mil euros.-----

-----De todo o modo, há, de facto, uma tendência decrescente a que não é alheia, naturalmente, a situação económica. Eventualmente, as transacções têm diminuído um pouco em todo o País. -----

-----Ao nível do IMT, Oeiras não é dos Municípios, apesar de tudo, onde isso se fez sentir mais. Há municípios, mesmo na Área Metropolitana de Lisboa, que sentiram mais isso, na medida em que, as transacções imobiliárias, sobretudo ao nível da habitação, tendo em conta o segmento populacional que mais procura a habitação aqui, no Concelho, não é o que viu diminuída de uma forma mais acentuada o poder de compra. Portanto, apesar de tudo, tem-se mantido o nível de transacções razoáveis.-----

-----Quanto ao Imposto sobre Veículos, continua a subir. É uma tendência que já vem de há muitos anos. Aqui não se faz sentir a crise económica. Pelos visto continua haver gente a comprar carros, cada vez mais carros e, isso, como sabem, tem reflexos nos parques de estacionamento, que é preciso construir. -----

-----Quando, muitas vezes hoje, se fala em planeamento, talvez seja bom também reflectirmos nisto, porque tantas vezes se faz uma crítica ao planeamento urbano, digamos assim, que não é previsto estacionamento, etc.. Pelo menos, há dez anos a esta parte que, na generalidade dos edifícios, está previsto estacionamento e, em muitos casos, têm sido levados a cabo empreendimentos no Concelho, que têm estacionamento muito para além daquele que é necessário da realização desse investimento concreto. No entanto, temos várias áreas do Concelho – Carnaxide, Linda-a-Velha, Miraflores, Algés, onde essas situações se fazem sentir

mais hoje do que há vinte anos atrás porque a taxa de motorização era realmente muito baixa e, ao longo dos últimos anos, sobretudo na década de oitenta/noventa houve um crescimento extraordinário. -----

----- Para fazer uma ideia, Carnaxide tem hoje, ao que parece, o maior índice de motorização do País. Ou seja, é o aglomerado do País onde há mais carros por agregado familiar.

----- O grosso da população de Carnaxide foi habitar aquela freguesia ou aquele aglomerado, sobretudo, a partir dos anos setenta, numa altura em que ainda não havia as exigências, que há hoje, em estacionamento. -----

----- Hoje temos de resolver problemas de estacionamento, que foram gerados há muitos anos atrás. -----

----- Quanto à Derrama, também aqui é sensível a situação económica e designadamente o estado das empresas em Portugal. Apesar de tudo considero que, em Oeiras não é relevante este decréscimo previsto na Derrama, porquanto, também aí, temos um sector empresarial onde predominam empresas de serviços, empresas que pagam impostos e têm lucros. -----

----- O essencial da Derrama no Concelho não é proveniente, propriamente, do pequeno comércio, mas da área dos serviços. São essencialmente empresas de serviços que pagam os impostos e que dão origem depois à Derrama no Concelho. De maneira que, tem um pequeno acréscimo. -----

----- Na receita de capital temos uma repartição entre Vendas de Bens de Investimento, Transferências de Capital e restante receita em que sobressai a Venda de Bens de Investimento com sessenta e dois milhões de euros. Há aqui realmente uma redução. -----

----- Em dois mil e cinco estavam previstos cerca de, julgo, trinta milhões de euros ou trinta e dois milhões de euros de Transferências de Capital, que tinham a ver com os fundos relativos ao PROQUAL e que realmente não chegam. De maneira que há essa redução substancial ao nível das Transferências. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Quanto à Venda de Bens de Investimento, está discriminado no Orçamento quais são os terrenos, cuja venda está prevista, sendo certo que, esse é um problema que se coloca há muitos anos. Digamos que, é justamente nessa área onde pode haver algum empolamento da receita decorrente do facto, não da possibilidade de concretizar a venda desses bens, mas, porque, pode efectivamente não ser nada oportuno, por outro lado, pode haver alguns problemas de natureza administrativa, que possam atrasar a alienação desses bens. -----

-----Também conviria neste ponto, dizer que, com frequência se argumenta e, estou já a antecipar alguns argumentos, porque sei que é normal vir ao de cima esse tipo de argumentário. -

-----Os bens de investimento, que a Câmara Municipal coloca à venda, duma forma geral, correspondem a imobiliário, a terrenos, que a Câmara Municipal já comprou anteriormente ou destinado a esse fim ou destinado parte a esse fim e a outra parte para ficar no património da Câmara Municipal, porque ao mesmo tempo que estamos a vender, por outro lado estamos a comprar e, também aqui, no Orçamento está prevista entre outras coisas a aquisição, como já referimos, da Quinta da Nossa Senhora da Conceição, dos terrenos da Fábrica da Pólvora e da Universidade Atlântica. -----

-----Para dar uma ideia relativamente à Quinta da Nossa Senhora da Conceição, que são dezoito hectares, possivelmente, daqui por dois, três ou quatro anos, quando se entender oportuno, a Câmara Municipal poderá vir a alienar dois desses dezoito hectares. Na medida em que, dois hectares correspondem a zonas urbanizáveis já no Plano Director Municipal e, portanto, esses dois hectares poderão vir a ser alienados, mantendo-se definitivamente na posse da Câmara os restantes dezasseis hectares. -----

-----Neste quadro estão as componentes principais da despesa em que ao nível da despesa corrente, com um total de noventa e um milhões de euros, sobressai, por um lado, as despesas com pessoal com trinta e seis milhões de euros, representando quarenta vírgula um por cento do total da despesa corrente e a Aquisição de Bens e Serviços correspondentes a quarenta milhões

de euros, representando quarenta e quatro por cento.-----

----- Depois vêm as Transferências Correntes com onze milhões oitocentos e noventa e nove mil euros. -----

----- Quanto às despesas de capital cerca de oitenta e oito vírgula um por cento correspondem a Aquisição de Bens e Serviços. -----

----- Transferências de Capital são seis milhões e oitocentos e quarenta e seis mil euros. -

----- As Transferências de Capital irão ser, com certeza, superiores. Obviamente que, o Orçamento é uma estimativa. Depois o realizado é que vem dizer como é que evoluiu a execução Orçamental. -----

----- Neste momento, é importante referir que por via de alterações orçamentais, são feitos ajustamentos ao longo do ano e, por conseguinte, é natural que estas Transferências de Capital sofram um aumento significativo, na medida que é aqui, que estão as Transferências das Delegações de Competência das Juntas de Freguesia. O que significa que, se porventura, da parte das freguesias houver uma maior capacidade de realização, é possível que esta verba possa vir a aumentar. - -----

----- Este quadro apresenta as percentagens que representam a decomposição da despesa corrente: Aquisição de Serviços, Transferências Correntes e as Despesas de Pessoal, já assinaladas anteriormente, mas que nos dão uma ideia do peso do Pessoal e da Aquisição de Serviços.-- -----

----- É claro que na Aquisição de Serviços poder-se-ia, às vezes, pensar que seriam situações supérfluas, etc.. É na Aquisição de Serviços que está uma parte significativa da capacidade de execução da Câmara em relação a muitos projectos. Portanto, há muitos projectos que vêm justamente como despesas correntes e aquisição de serviços. -----

----- Na despesa de capital com um total de oitenta e cinco milhões na Aquisição de Bens de Capital, é onde está o investimento em geral seja em edifícios, em infra-estruturas, etc.. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Nas Transferências de Capital, entre outras, temos as receitas transferidas para às freguesias e as restantes despesas são mais quatro milhões e seiscentos mil euros. -----

-----Mas o grosso é realmente a Aquisição de Bens e Serviços.-----

-----Depois há aqui uma especificação por orgânica ao nível das Direcções Municipais e de Departamentos num total de cerca de setenta e sete milhões de euros, portanto, quarenta e um por cento está destinado à Direcção Municipal de Obras e Ambiente, onde estão a aquisição seja de edifícios para habitação social, seja a construção de edifícios e infra-estruturas. -----

-----Por conseguinte, quarenta e um por cento desta despesa de capital reporta-se ou é consumido pela Direcção Municipal de Obras e Ambiente. -----

-----Depois tem-se com significado trinta por cento da Direcção Municipal de Administração e Finanças com cinquenta e sete milhões, sendo que cinquenta milhões se reportam a correntes e seis milhões a capital.-----

-----Este quadro é interessante, porque no total das Grandes Opções do Plano com cento e trinta e dois milhões de euros, a diferença para os cento e oitenta e sete milhões têm a ver com as despesas extra-plano, onde estão designadamente as despesas com pessoal. Por conseguinte, neste caso, destes cento e trinta e dois milhões de euros, tem-se noventa e dois milhões em despesas de capital e trinta e nove milhões em correntes. Mas, gostaria de chamar atenção para a dimensão das funções sociais com cerca de setenta e quatro milhões de euros a que correspondem em termos percentuais a cinquenta e sete por cento. -----

-----O problema de ser mais alto ou mais baixo é uma questão que não é muito relevante porque, no Orçamento de dois mil e cinco, no caso das funções sociais, em termos de realização na despesa da dotação global, estavam previstos oitenta e um milhões e foram realizados quarenta milhões. -----

-----Na previsão Orçamental, apesar de estarem em emenda, haver uma quebra, porque passa para setenta e quatro milhões, mesmo assim ainda fica trinta milhões de euros acima do

realizado. Quer isto dizer que, aquilo que procuramos neste Orçamento é o máximo rigor. -----

----- Haverá condições para em dois mil e seis abrir uma taxa de realização superior à de dois mil e cinco. Portanto, também não adianta termos estimativas muito elevadas e, neste caso concreto, falávamos em oitenta milhões de euros para a realização, que se situa em quarenta milhões.-----

----- Agora, se temos uma previsão de setenta e quatro milhões ainda podemos vir a realizar muito acima de dois mil e cinco. Mesmo assim, considero que este Orçamento ainda está globalmente um pouco empolado. -----

----- O que acontece, é que há determinadas iniciativas e projectos em que não é possível retirá-los. Isto é, são processos iniciados que, eventualmente, nuns casos poderiam ter um encurtamento, noutros casos poderiam alargar-se ainda mais no tempo. Mas, retirá-los era não irem iniciar o projecto.-----

----- Muitas vezes, uma parte significativa deste Orçamento e destas GOP's têm a ver com a continuidade do mandato. Quer dizer, estamos no início dum mandato e, portanto, é natural que uma percentagem significativa, que anda muito próxima dos cinquenta por cento corresponda à continuidade do mandato anterior. Aliás, a margem não é apenas das câmaras municipais, no Governo também é assim. A margem de manobra do novo Executivo não é assim muito grande no primeiro ano de cada mandato. -----

----- De todo o modo, o que é importante é que há realmente uma redução em termos de estimativa, mas essa redução, mesmo assim, ainda fica substancialmente acima da percentagem da realizada no ano de dois mil e cinco.-----

----- Mas é importante chamar atenção para o facto de cerca de cinquenta e sete por cento se situar justamente nas Funções Sociais.-----

----- Nesta análise comparativa julgo que seria fastidioso estar a pormenorizá-la, porque de resto esta informação consta dos elementos, que foram distribuídos. Mas, chamo atenção para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

determinadas áreas, por exemplo, no Comércio e Turismo em que em dois mil e cinco havia uma previsão de nove milhões e em dois mil e seis há uma previsão de cinco milhões. Existe uma redução de trinta e nove por cento. -----

-----O que foi realizado em dois mil e cinco, apesar de estarem previstos nove milhões, situa-se na ordem dos seis milhões oitocentos e quarenta e nove mil. Mas isto, como calculam, tem a ver essencialmente com o Porto de Recreio. -----

-----O Porto de Recreio atinge montantes elevados, naturalmente, que nós não fazemos portos de recreio todos os anos e, por conseguinte, explica essa situação. -----

-----Por exemplo na Saúde, está uma verba de um milhão setecentos e oitenta e nove mil.

-----Na Saúde, em dois mil e cinco, foram realizados um milhão cento e noventa e sete mil. Apesar de haver um decréscimo relativamente a dois mil e cinco de um milhão novecentos e noventa e seis mil, também o há em relação à estimativa de dez por cento, mas, o realizado foi apenas de um milhão cento e noventa e sete mil. O que significa que, em relação ao realizado, tem-se quarenta e nove por cento de crescimento ainda, ou seja, quarenta e nove por cento a mais. E, isso verifica-se na generalidade dos itens. Havendo um decréscimo global na estimativa, aquilo que está consignado, em termos de estimativa, numa forma geral, situa-se muito acima do realizado em dois mil e cinco. Significa isto, que é fundamental que em dois mil e seis, se consiga ter uma taxa de realização, que ultrapasse o realizado em dois mil e cinco. -----

-----O seguinte quadro é uma análise comparativa relativamente à dotação global de dois mil e cinco/dois mil e seis e que, em termos de estimativa, vê-se pelos gráficos qual é a redução, havendo apenas dois casos em que aumenta. -----

-----Em termos de classificação funcional está especificada também por áreas. -----

-----Nas Funções Gerais há um crescimento em relação a dois mil e cinco, sendo cinquenta e três por cento despesas correntes e quarenta e sete por cento despesas de capital do Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Na área dos Serviços Gerais e Administração Pública há as despesas correntes e as despesas de capital que é o PPI – Plano Plurianual de Investimentos, mas o que pesa são predominantemente as despesas correntes, o que é natural, pois tem a ver com o próprio funcionamento da Câmara Municipal. -----

----- Em dois mil e cinco tal como em dois mil e seis começa-se a inverter e há um crescimento de um milhão quatrocentos e setenta e dois mil para um milhão novecentos e oito mil, sendo que, em dois mil e seis, a despesa de capital em termos de PPI, ultrapassa o Plano de Actividades. -----

----- Nas Funções Sociais verificam-se despesas de capital na ordem dos setenta e quatro por cento, enquanto que as correntes no Plano de Actividades Municipal se situam nos vinte e seis por cento, podendo haver uma taxa, como já tiveram oportunidade de ver, de realização superior a dois mil e cinco, porquanto, o investimento médio de dois e mil e dois/dois mil e seis se situam nos setenta milhões, em termos de previsão e, para dois mil e seis, mantém-se setenta e quatro milhões, havendo aqui um decréscimo de qualquer maneira mas, enfim, substancialmente acima da realização com cerca de trinta e quatro milhões de euros em dois mil e cinco. -----

----- Julgo que estes gráficos dão desde logo uma ideia de quais são as prioridades do Município. -----

----- É indiscutível que aqui as Funções Sociais têm um peso fundamental. -----

----- A Educação é uma das áreas que cresce mesmo em termos de previsão. Em dois mil e cinco tem-se uma previsão de nove milhões duzentos e sessenta mil euros. No entanto, teve uma realização de quatro milhões. Portanto, estavam previstos nove milhões duzentos e sessenta mil e teve uma realização de quatro milhões quinhentos e cinquenta e um mil. Prevê-se aqui, realmente, uma subida mesmo na previsão para dez milhões em que predomina a despesa de capital e a necessidade de reforço de equipamentos destinados às escolas e construções escolares.

----- Neste momento, a principal despesa, na Saúde, em termos de capital, tem a ver com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o Centro de Saúde de Paço de Arcos. Naturalmente que não são as despesas, que vamos ter, com a elaboração dos projectos, porque estão consignados cinquenta mil euros, como já tiveram oportunidade de ver e isto tem a ver justamente com o pagamento do Centro de Saúde de Paço de Arcos. -- -----

-----A Segurança e Acções Sociais têm uma dotação global de seis milhões novecentos e três mil euros. Em dois mil e cinco tinha uma previsão de nove milhões duzentos e sessenta e sete mil euros. Há aqui um decréscimo substancial em termos de estimativa. No entanto, em dois mil e cinco, a realização também se situam nos dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil euros. Portanto, apesar de haver um decréscimo de quase dois milhões e meio de euros, em relação à estimativa está muito acima da realização de dois mil e cinco. -----

-----Neste momento, as comparações entre o realizado até se podem fazer, porque a Conta de Gerência da Câmara está pronta e julgo que será apresentada à Câmara numa das próximas reuniões, permite-nos, de alguma forma, demonstrar que apesar do tal acréscimo global, não terá qualquer significado em termos da capacidade de realização da Câmara em dois mil e seis. - -----

-----A previsão na Habitação e Serviços Colectivos era de trinta e quatro milhões, tendo havido um decréscimo para trinta e dois milhões de euros, mas a realização em dois mil e cinco situou-se nos vinte e um milhões. Por conseguinte, mesmo assim, está-se com onze milhões de euros a mais do que o realizado em dois mil e cinco. Logo não fazia sentido, como calculam, até por uma razão: se houvesse por parte da Câmara a preocupação em apresentar um orçamento tendencialmente crescente, teríamos que ir buscar o dinheiro a algum lado. Teríamos que inventar onde se ia buscar o dinheiro e, provavelmente, teríamos que aumentar o valor dos terrenos ou colocar mais terrenos à venda, alguns deles, possivelmente, sem condições de os alienar. --- -----

-----Nos Serviços Culturais, Recreativos e Religioso há um ligeiro decréscimo, em

termos de estimativa de vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e sete para vinte e dois milhões seiscentos e onze, mas onde predomina, mais uma vez também, a despesa de capital. Em dois mil e cinco, esta área teve uma realização de dez milhões e a previsão era de vinte seis, portanto, dezasseis milhões acima. Neste momento, para dois mil e seis, propõe-se vinte e dois milhões de euros. Mesmo assim e, embora estejam quatro milhões abaixo da estimativa de dois mil e cinco, está doze milhões acima do realizado. -----

----- Ao nível das Funções Económicas há um ligeiro decréscimo em termos de estimativa de vinte e seis milhões e novecentos mil para vinte e seis milhões quatrocentos e dezoito. Predomina também aqui o investimento de capital ou a despesa de capital, sendo que, em dois mil e cinco, a previsão era de trinta e um milhões e a realização foi de vinte e um, menos dez milhões de euros. Prevê-se vinte e seis milhões quatrocentos e dezoito, portanto, com uma folga suficiente para poder ultrapassar esse montante. -----

----- Em dois mil e seis, a Indústria e Energia tem quatro milhões de euros, sendo a previsão de quatro milhões quinhentos e trinta e quatro mil para dois mil e cinco e a realização foi de três milhões oitocentos e noventa e sete. Tem-se uma realização de quatro milhões seiscentos e vinte e um, o que também aqui o decréscimo não poderá afectar a taxa de realização.

----- Os Transportes e Comunicações são uma área específica onde a predominância é, indiscutivelmente, a despesa de capital, em termos de Plano Plurianual de Investimentos, havendo uma previsão de dezasseis milhões e quinhentos mil nas GOP's de dois mil e cinco. Aqui praticamente não há decréscimo, mantendo-se com dezasseis milhões e vinte e cinco mil, o que é natural, porque em termos de realização situou-se nos dez milhões seiscentos e oitenta e sete mil, tendo-se ainda esta previsão de dezasseis milhões. É natural, porque há um conjunto de obras de investimentos, que foram lançados no mandato anterior e que, nuns casos, será pago este ano de dois mil e seis, noutros casos, as obras que estão a decorrer ainda neste momento, mas que vêm do mandato anterior, julgo que, teremos garantida uma realização também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

significativa. De qualquer maneira, a redução não tem significado. -----

-----O Comércio e Turismo, como já tive oportunidade de explicar, no ano de dois mil e cinco, estavam nove milhões. Apesar de tudo houve uma taxa de realização acima do normal no contexto, em termos comparativos com outras áreas e que têm a ver justamente com o Porto de Recreio. Tem-se uma previsão de cinco milhões quinhentos e cinquenta e nove mil, na medida em que uma parte significativa desta verba, é justamente ainda o pagamento do Porto de Recreio, pois representou a maior fatia em dois mil e cinco e representará a maior fatia em dois mil e seis.

-----Agora, vamos abrir o concurso para a continuação do Passeio Marítimo, mas a realização já será, com certeza, no próximo ano, em dois mil e sete.-----

-----Em dois mil e seis, em Outras Funções Económicas estavam previstos um milhão noventa e um mil euros, tendo sido realizados duzentos e oitenta e um mil. No entanto, prevemos uma dotação de duzentos e doze mil setecentos e trinta e oito.-----

-----Neste momento, não tenho presente a razão de ser deste milhão e noventa e um mil, tendo apenas sido realizados estes duzentos e oitenta e um mil euros. Aqui sim, há um decréscimo extraordinário, mas não tem a ver com questões essenciais da actividade da Câmara. Aqui, a dotação para dois mil e seis corresponde sensivelmente ao realizado em dois mil e cinco.

-----As Outras Funções têm a ver com Operações de Dívida Autárquica, designadamente Transferências entre Administrações e as diversas não especificadas. Aliás, nas Transferências entre Administrações, julgo que estão aqui as Transferências para as Freguesias nas despesas de capital.-----

-----Em dois mil e cinco a previsão era de três milhões novecentos e sessenta e seis mil, tendo uma taxa de realização muito significativa de quatro milhões setecentos e sessenta e nove. Aqui, há, realmente, uma redução relativamente ao realizado. Porque, foram realizados quatro milhões setecentos mil e passa para quatro milhões duzentos e cinquenta e sete mil euros.-----

-----É fácil verificar que a maior parte da realização foi nas Transferências entre

Administrações com um realizado de dois milhões novecentos e noventa e cinco mil, onde estava previsto apenas dois milhões oitocentos e oitenta e nove e foram realizados dois milhões novecentos e noventa e cinco mil. Presumo que tenha sido um crescimento nas Transferências para as Freguesias. -----

----- Estava na ideia de que não tinha ultrapassado muito um milhão de euros mas, com os últimos trimestres é possível que ande na ordem do milhão e trezentos mil ou milhão e quatrocentos mil relativamente a dois mil e cinco.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** deu as seguintes informações: -----

----- “Pedia aos Membros desta Assembleia que se inscrevessem, quem quisesse intervir neste Ponto, porque só há uma intervenção por cada pessoa, como sabem, nos termos Regimentais. -----

----- Inscrevem-se, fazem as perguntas e podem, eventualmente, não serem esclarecidos, mas a intervenção é só uma.” -----

----- **O Senhor Arnaldo Pereira (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

----- Queria colocar uma questão prévia ao Senhor Presidente da Câmara antes propriamente de me pronunciar sobre a Proposta das GOP's e Orçamento para dois mil e seis. ---

----- Essa questão foi transmitida na reunião havida com o Senhor Vice-Presidente da Câmara, aqui presente, e foi transmitida também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que referiu que a transmitiu por carta ao Senhor Presidente da Câmara e que tem a ver com a inscrição da verba nas GOP's e Orçamento da Câmara para o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

----- Com efeito o número três, do Artigo número cinquenta e dois-A, da Lei número cinco-A de dois mil e dois, que estabelece as Competências dos Órgãos Autárquicos e passo a citar: -----

----- “No Orçamento Municipal são inscritas sob proposta da Mesa da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal dotações discriminadas nas rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custos e subsídios de transporte para a Assembleia Municipal, bem como para aquisição de bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.” -----

-----De modo que, há um artigo legal, que estabelece de maneira muito clara que, terá que ser tida em conta a inscrição de uma verba no Orçamento da Câmara para o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

-----Tive o cuidado de ler a acta da Câmara Municipal e, essa observação foi feita pelo meu Camarada Amílcar Campos e o Senhor Presidente da Câmara respondeu, segundo o que posso depreender da leitura da acta, de que não havia a possibilidade da formulação exacta, da inscrição da verba no Orçamento deste ano e que no próximo isso seria considerado.-----

-----Francamente não vejo razões para que não se inscreva no Orçamento deste ano, de acordo com o que estabelece a Lei, a verba para o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

-----Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara pudesse esclarecer esta Assembleia sobre as razões dessa omissão.” -----

-----O **Senhor Marcos Sá Rodrigues (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Gostaria, em primeiro lugar, de saudar o trabalho realizado pelos técnicos e pelos dirigentes pela elaboração deste Orçamento e das Grandes Opções do Plano mas, efectivamente, o que interessa aqui são as questões políticas. -----

-----Falando em política, estive a analisar este Orçamento e as GOP’s e, relativamente, às promessas eleitorais da candidatura Isaltino, Oeiras Mais À Frente, vi lá poucas promessas, salvo o erro está a Segunda Fase do Parque dos Poetas e o Fórum Oeiras, que é o novo edifício da Câmara Municipal. O Senhor Presidente vai-me responder que tem quatro anos para as realizar. O facto, é que, há promessas que, ou começam a ser realizadas agora ou no próximo Orçamento, ou então não passam mesmo disso, de promessas. -----

-----Para nós, isto é uma questão importante, a das promessas. -----

----- Gostaria que o Senhor Presidente me pudesse elencar mais do seu Programa Eleitoral, porque não consegui descobrir mais. -----

----- Em relação à questão do Orçamento de Transição e, percebo aqui Orçamento de Transição ou pelo menos depreendo isso desta terminologia, há coisas que não foram pagas pelo anterior Executivo e que irão ser pagas neste Orçamento. Esta é uma questão fundamental, porque isto também implica a responsabilidade do Partido Social Democrata nesta matéria e na aprovação deste Orçamento. -----

----- De facto, acabamos também com os mitos das gestões excelentes, pois as coisas são como são e, aqui, há uma questão fundamental a saber e que os oeirenses têm de ter conhecimento, é, de facto, que tipo de gestão é que foi feita no último mandato. -----

----- O Senhor Presidente disse aqui, pelo menos foi isso, o que entendi, que havia empolamento de receita neste Orçamento. E, se há ou se pode haver, ele pode pôr em causa a acção da Câmara em diversas áreas. Gostaria de saber quais são essas áreas. -----

----- Caso haja empolamento da receita, quais são e em que áreas é que irá cortar. -----

----- Ao longo dos anos em que estou nesta Assembleia Municipal, ouvi muitas vezes, a questão dos níveis de execução da Câmara, que era um exemplo a nível nacional e que atingíamos noventa e cinco, noventa e seis, noventa e sete por cento da execução do Orçamento. Lembro-me disto. -----

----- Quando pega nas Funções Sociais e que diz que é oitenta milhões e que agora passou para sessenta e cinco milhões, mas só foi realizado quarenta milhões, alguma coisa se passou aqui? Ou foi o diagnóstico, que foi mal feito ou quem orçamentou, orçamentou mal, porque, por essa lógica, podemos adoptar estes critérios, mas nos critérios só há um, pois se foi na perspectiva de que não foi executado, então assim podemos diminuir em quase tudo, presumo eu. Portanto, esta é uma questão que para mim é deveras importante. -----

----- Ficaria por aqui pelo simples facto de o Partido Socialista não ter muito tempo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

iremos respeitar, com certeza, isso. Mas, estas três questões são fundamentais para nós, e esperamos pelas suas explicações, para não votarmos desfavoravelmente este Orçamento, porque acho que são questões políticas essenciais, que foram discutidas relativamente há pouco tempo.”

-----O **Senhor António Pistacchini Moita (IOMAF)** refere o seguinte:-----

-----“Em nome do Grupo Político Oeiras Mais à Frente gostaria de começar por saudar a Câmara Municipal, incluindo, obviamente, todos os seus técnicos na pessoa do Senhor Presidente, por nos trazer aqui hoje para apreciação a Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e seis.-----

-----E, este agradecimento não reveste apenas a natureza de um acto de cortesia. Representa fundamentalmente o reconhecimento pela forma competente, sensata, cordata e responsável como tem dirigido os destinos da Câmara Municipal nestes primeiros cinco meses de actividade.-----

-----Ao contrário do que alguns diziam, a governabilidade da Câmara nunca esteve em causa. Se era preciso alguma prova, pois ela está nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e seis.-----

-----Se é certo, como já aqui foi dito, que não estão aqui ainda contempladas todas as propostas que o Grupo Político Oeiras Mais à Frente apresentou durante a última campanha eleitoral também é verdade que o mandato ainda agora começou e que durará pelo menos mais quatro anos.-----

-----Aliada a uma conjuntura económica nacional e internacional desfavorável, este novo Executivo Municipal veio encontrar a Câmara numa situação particularmente difícil que em nada abona a gestão dos últimos anos. Os exemplos são muitos.-----

-----A dívida a fornecedores que ascende a mais de nove milhões de euros, a cativação das transferências de verbas do Fundo Geral Municipal para pagamento de uma dívida da Câmara Municipal no valor de vinte e um milhões de euros, os compromissos financeiros do

Programa PROQUAL que ascendem a vinte milhões de euros, tendo apenas prevista uma comparticipação financeira de quatro vírgula cinco milhões de euros, entre tantos outros exemplos, comprometeram decisivamente a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para dois mil e seis. -----

----- Mas, o que importa acima de tudo é o futuro. E, no futuro, temos toda a confiança, porque sabemos como fazer bem feito e com quem. -----

----- E, neste futuro e, é bom que isto fique aqui bem claro, queremos toda a gente. Estão por isso todos os grupos políticos convidados a participar neste combate de antecipação do futuro e de criação de condições para que Oeiras continue a ser referenciado como o Concelho com melhores índices de desenvolvimento e de bem-estar. -----

----- Como já tantas vezes foi dito, Oeiras não pode parar. E, sendo Oeiras de todos nós é importante que todos ajudemos a alcançar este objectivo. O convite fica assim feito.-----

----- O ano de dois mil e seis será assim, fundamentalmente, um ano para voltar a atingir o equilíbrio financeiro e para “rearrumar a casa”.-----

----- Mas, não se pense que não existem objectivos ambiciosos. Pelo contrário. O programa de modernização e investimento é ambicioso e são estabelecidas as principais prioridades políticas para o Concelho. -----

----- Desde logo ao nível das Grandes Opções do Plano é dada uma clara prioridade às Funções Sociais, como já aqui foi visto, atribuindo para o efeito uma dotação de setenta e quatro vírgula sete milhões de euros, o que representa cerca de cinquenta e sete por cento da despesa total. -----

----- Outro elemento importante a destacar é a transparência com que todas as informações são apresentadas. E, começa pelo decréscimo do valor global do Orçamento relativamente a dois mil e cinco, que se cifra, como vimos, em cerca de dois vírgula oitenta e três por cento. Seria fácil, à semelhança de anos anteriores, empolar algumas receitas e apresentar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

valores diferentes. Mas, de forma séria e transparente, a Câmara Municipal resolveu assumir esta redução e explicá-la a todos. -----

-----Mais importante do que orçamentar grandes números e fazer disso bandeira é trabalhar afincadamente para conseguir executar tudo, o que se propõe. E a realidade tem demonstrado que a execução orçamental tem vindo a quedar-se em níveis francamente insatisfatórios. Senão vejamos: a taxa de execução orçamental em dois mil situou-se nos oitenta e quatro por cento, em dois mil e um nos setenta e quatro por cento, em dois mil e dois nos sessenta e cinco por cento, em dois mil e três nos sessenta e sete por cento, em dois mil e quatro nos sessenta e dois por cento e finalmente em dois mil e cinco em sessenta e sete por cento do total orçamentado. -----

-----Podemos assim dizer, que o valor orçamentado para dois mil e seis é superior em quarenta e seis por cento ao valor executado em dois mil e cinco.-----

-----Mas, isto não é o mais importante. -----

-----Revelador de uma atitude de grande contenção ao nível da despesa corrente e de uma clara preocupação em orientar o investimento de forma racionalizada para projectos indutores de uma maior qualidade de vida e que consubstanciam a verdadeira prioridade atribuída às Funções Sociais da Autarquia, é o facto da receita corrente estar a financiar em cerca de vinte milhões de euros a despesa de capital.-----

-----Nestes últimos vinte anos, Oeiras tem assumido o pioneirismo em muitas áreas de actuação, especialmente no que toca à prossecução de actividades sociais, tanto ao nível da construção e gestão de instalações e equipamentos, mas também na prestação de serviços a estratos da população mais carenciados. Esta preocupação está bem vincada nesta Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

-----As principais preocupações estão assim viradas para os mais novos e para os mais velhos. Mas também para todos aqueles, que estão permanentemente disponíveis para de forma

voluntária darem apoio a quem mais precisa através das diversas instituições, que prestam serviço na área do Concelho. -----

----- Destaque especial merece o esforço de investimento que se irá realizar em diversas escolas em novos equipamentos e em obras de reabilitação, na instalação de equipamento informático em todas as salas de aula do primeiro ciclo, mas também em medidas concretas de apoio aos mais carenciados ao nível da acção social escolar. E tudo isto ao mesmo tempo que estão a ser preparados novos projectos, que permitirão dotar o Concelho, num futuro próximo, de verdadeiros centros de ensino de excelência. -----

----- Como antes referi, também os mais velhos serão alvo de especial atenção. Para além das inúmeras actividades de cariz mais recreativo e cultural, está igualmente em curso a preparação de um conjunto de novos equipamentos sociais, que irão permitir o acolhimento dos mais idosos especialmente os mais carenciados. -----

----- Mas, a Câmara Municipal vem também reconhecer o imprescindível papel desempenhado pelas colectividades e o enorme esforço desenvolvido por tantas e tantas pessoas, que dedicam boa parte do seu tempo aos outros:-----

----- Associações de Bombeiros, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Associações Desportivas e de Cultura irão ver crescer o apoio financeiro em vinte por cento já este ano e em cem por cento ao longo dos próximos quatro anos. -----

----- Esta decisão, para além de ser justa, vem reconhecer o importante papel da sociedade civil organizada, mas implica igualmente, para todas as entidades envolvidas, uma maior responsabilização e uma clara aposta num esforço acrescido de mais qualidade dos serviços e do apoio, que prestam à população. -----

----- Mas, as apostas não ficam por aqui. O vasto programa de acções proposto também ao nível da juventude, da integração das comunidades imigrantes, do apoio ao empreendedorismo, de educação e promoção ambiental, da ampliação dos espaços verdes com a criação de vinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

hectares de zonas verdes em dois mil e seis e a plantação de vinte e cinco mil novas árvores em quatro anos, da conservação do património histórico, da implementação da rede de bibliotecas entre tantas outras, permite-nos concluir que Oeiras tende a afirmar-se cada vez mais como um Concelho socialmente mais desenvolvido, mais equilibrado e, por isso, mais justo. -----

-----Realce ainda merece o Sector da Habitação Social. Também aqui, o Concelho de Oeiras foi pioneiro, tendo sido, de resto, o primeiro a resolver o problema da erradicação das barracas. Mas, este importante sector parece ter perdido a atenção dos responsáveis autárquicos nestes últimos anos. É assim de destacar a importância, que volta a ser dada a estas questões pelo que isso representa de apoio à integração de franjas sociais mais carenciadas preservando, no entanto, as suas raízes de identidade cultural próprias. -----

-----A continuada atenção ao edificado e à requalificação dos espaços urbanos circundantes, ao envelhecimento da população, ao problema da fixação de jovens no Concelho, revelam o especial cuidado com que a Câmara Municipal passou a encarar estas novas situações de carência. -----

-----Uma palavra para os custos com o pessoal, que representam já mais de quarenta por cento da despesa corrente. Compreendendo, embora a dificuldade de corrigir o peso excessivo desta rubrica no total da despesa num curto espaço de tempo era importante que a Câmara Municipal olhasse com atenção para esta questão. O aumento de apenas um vírgula noventa e oito por cento previsto para dois mil e seis, parece-nos um bom indício. -----

-----Mas, ao nível da racionalização muito está ainda por fazer. -----

-----Há um enorme conjunto de despesas que se prendem com a dispersão dos serviços e que carecem de atenção urgente. Parece-nos fundamental, a este nível, que era muito importante avançar tão rapidamente quanto possível para a construção de um novo edifício-sede dos Paços do Concelho. Estamos a falar de um verdadeiro investimento, que terá reflexos evidentes na redução dos custos e na qualidade do serviço prestado às populações.-----

----- Irei concluir, fazendo uma vez mais um apelo a todas as forças políticas. Concentremo-nos no que é mais importante para Oeiras. Estamos certos de que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento podem ser acompanhadas e apoiadas por todos vós. Não encontramos uma justificação séria para que assim não seja. Estamos igualmente certos que a Câmara Municipal irá acolher também muitas das propostas, que aqui forem apresentadas sem olhar à cor política de quem as faz. A boa política autárquica deve ser feita assim.” -----

----- O **Senhor Daniel Branco (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Creio que as referências, que já foram feitas, de quem trabalhou nestas GOP’s e no Orçamento são, de facto, merecidas. Creio que estamos perante um bom trabalho. -----

----- De qualquer modo, gostaria de levantar algumas questões: -----

----- Uma é um Ponto Prévio em relação aos quadros, que o Senhor Presidente da Câmara há pouco apresentou. Quando surgem comparações entre investimento médio de dois mil e cinco/dois mil e seis e investimento previsto de dois mil e seis, creio que não devem ficar dúvidas nenhuma que investimento médio das Grandes Opções do Plano não é investimento médio realizado, é completamente diferente. -----

----- Depois em relação ao empolamento, creio que neste caso dos Orçamentos de Oeiras e, falo no plural, porque tive oportunidade de analisar diversos, este empolamento vem normalmente na parte da receita de capital. Na receita corrente não há empolamento, há mesmo poupança corrente e há verbas, que são desviadas para a parte de capital. -----

----- Agora, na parte de capital há, de facto, empolamento e este empolamento é muito grande. Em números rápidos para não perder muito tempo: em dois mil e um, o realizado foi trinta e seis por cento do previsto, em dois mil e dois, vinte e três vírgula seis por cento, em dois mil e três, vinte e oito vírgula cinco, em dois mil e quatro, trinta vírgula três e em dois mil e cinco, que já há dados finais nas folhas anexas, que estão neste documento, o realizado foi vinte e quatro vírgula um por cento do previsto em relação às receitas de capital. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----É verdade que em anos anteriores, o empolamento foi fundamentalmente na excessiva previsão de Fundos Comunitários, como já foi dito, e também na venda de investimentos. Por exemplo, em dois mil e cinco, os Fundos foram previstos em dezanove vírgula nove milhões de euros e foram recebidos zero vírgula setenta e cinco milhões. -----

-----As vendas de investimentos foram previstos cinquenta e um milhões de euros e foram realizados nove vírgula um milhões de euros. -----

-----O que é que temos para dois mil e seis? Acho que isto é importante termos em conta, porque se, de facto, os Fundos Comunitários não foram empolados, o que lá está previsto é um vírgula cinco milhões de euros e, creio que, há possibilidades de os vir a receber, o grande empolamento está nas vendas de bens de investimento. Há uma previsão de sessenta e dois vírgula um milhões de euros e só em terrenos estão previstos quarenta e oito vírgula quatro milhões de euros. -----

-----Nas páginas trezentos e dois, trezentos e três e trezentos e oitenta e um do documento e também nos anexos aparecem uma dúzia de terrenos a vender. Não sei a posição relativa desses terrenos. --- -----

-----No entanto os processos negociais já estão iniciados e permitem a inscrição desta dúzia de terrenos já com valores atribuídos a cada um deles e, por “artes mágicas”, estas verbas irão entrar na Câmara Municipal em dois mil e seis, mas, a sua venda nos termos da Lei, os que estiverem nessas condições, terão de vir à Assembleia Municipal.. -----

-----Há pouco, o Senhor Presidente, em relação aos centros de saúde, disse que não conseguia fazer os centros de saúde em tão pouco tempo. Cinquenta mil euros eram suficientes, este ano, para fazer os projectos, pergunto como é que entram quarenta e tal milhões de euros de vendas de terrenos que, tanto quanto sei não estão sequer iniciados. -----

-----Creio que não é possível chamar a isto rigor e não é possível também, em meu entendimento, votar a favor disto. -----

----- Há uma outra questão que é o Porto de Recreio, e, porque na Deliberação da Câmara aparecem duas ou três referências a ele, ou seja, o Senhor Presidente diz que o Porto de Recreio foi a “menina dos olhos” do Vereador Arnaldo Pereira. O Vereador Arnaldo Pereira não foi responsável pelo Porto de Recreio, foi pela Oeiras VIVA. E, depois estranha que o Vereador Amílcar Campos tenha também votado contra o Plano e o Orçamento por esta razão.-----

----- O nosso estar contra não é contra o Porto de Recreio, mas a forma como muitos investimentos destes têm vindo a ser concretizados. Aparece nas GOP's uma verba para o Porto de Recreio, que eleva o custo total do Porto de Recreio a nove milhões e seiscentos mil euros e a CDU está contra isso.-----

----- Gostava de fazer uma última referência em relação à descentralização. Leio com assiduidade o programa eleitoral do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, porque o estar na Assembleia obriga-me a isso, e sei o que lá diz. Não digo “muita parra e pouca uva” porque é pouco o que lá está referido em relação ao concreto. -----

----- O que se passa em Oeiras em relação à descentralização não é uma situação digna, é bom termos isso em conta. Em nenhum Concelho, à nossa volta, há esta situação.-----

----- No Orçamento contempla-se um milhão de euros para a descentralização, o que é manifestamente insuficiente. Os Presidentes de Junta têm, obrigatoriamente, que lutar por mais; a Assembleia Municipal tem, obrigatoriamente, que participar nesta luta. -----

----- Na acta em que foram aprovadas as Grandes Opções aparecem referências do Senhor Presidente da Câmara aos Presidentes de Junta, dizendo que eles não gastam todo o dinheiro previsto. Isso deixa-me ainda mais preocupado. -----

----- Estas não são situações em relação às quais estamos de acordo. Creio que era, particularmente, importante que tivéssemos oportunidade de, num futuro muito próximo, modificar radicalmente esta situação.” -----

----- **O Senhor Fernando Frade (IOMAF)** fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Gostaria de saudar aqui, como membro desta Assembleia, mas acima de tudo como cidadão residente em Oeiras, a forte aposta que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras contêm na área do Ambiente e crescimento sustentável.-----

----- O que nos distingue como cidadãos de uma comunidade evoluída e exigente é a forma como encaramos o futuro – em Oeiras, não nos distinguimos já pelo número de metros quadrados de jardim que vamos construir, mas, sim, por proporcionar às gerações futuras um crescimento saudável. Esta forma de abordar estas questões está felizmente traduzida no documento hoje em discussão, a saber:-----

-----No Gabinete de Desenvolvimento Municipal, onde estão descritas as áreas de trabalho estruturante, aparecem contemplados entre outros os seguintes projectos:-----

-----Revisão da Agenda XXI, Estudo de Mobilidade e Acessibilidade, Carta e Regulamento Municipal do Ruído, Plano Energético Municipal.-----

-----Estes quatro projectos, alguns já em execução, permitirão determinar estratégias para que cada um de nós possa viver melhor, consumindo menos. Menos recursos, menos energia, menos tempo, mais saúde. São estudos, que orientados, poderão ter impactos positivos na revisão do Plano Director Municipal e na qualidade de vida futura. No ruído, no nível de emissões de gases nocivos, na quota de carbono de que tanto se fala.-----

-----No entanto os estudos, nada são sem acções e, neste campo, gostaria de salientar que a Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo, tem já em plano, aplicações práticas para estes temas como são os casos da implementação do regime legal da poluição sonora, onde se prevê que se apresente em caso de licenciamento os certificados de conformidade e a revisão do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas (RMEU).-----

-----Permita-me Senhor Presidente que lhe faça uma sugestão:-----

-----Para que na construção de edifícios e no ruído, essa certificação possa de forma aleatória ser validada, tem no Concelho entidades com conhecimento e capacidade para tal, basta

lembrar o LEMO. -----

----- Sobre o Departamento de Ambiente e Equipamento: -----

----- “Melhorar o comportamento energético das actividades existentes no Concelho” –
que bela maneira de começar. -----

----- Significa isto, de facto, que já passámos a fase do metro quadrado, do medir. -----

----- Significa isto que os funcionários já estão num patamar de conhecimento diferente
do que é o ambiente, preocupados desde já com o futuro e com as ferramentas necessárias para o
defender, queira Senhor Presidente, por favor, transmitir-lhes o meu elogio, extensível aos que
prepararam e aprovaram estas GOP’s.-----

----- Como dizia, as ferramentas estão lá consignadas, a saber: -----

----- Sensibilizar – Semana da Energia e Ambiente. -----

----- Actuar – Água quente solar, fotovoltaico, reabilitação energética. -----

----- Reciclar – Recolha de óleo alimentar, que como sabemos em grande parte vai para o
esgoto... -- -----

----- Reutilizar, transformando-o em Biodiesel e adicionando-o ao Diesel de forma a
consumir menos gasoil e a diminuir a emissão de gases nocivos pelos veículos usados pela
Autarquia de Oeiras. -----

----- Ainda formar, com as acções de educação e promoção ambiental levadas a cabo pelo
departamento com o apoio dos Eco-conselheiros. -----

----- Um outro ambicioso e difícil projecto, também contido nos GOP é o da certificação
ambiental e de segurança do DAE. -----

----- Só quem como eu já passou por um processo de certificação, pode perceber quão
ambiciosa é esta medida, quão grande é este desafio. -----

----- Não gosto, como disse no início de falar de metros quadrados de jardim, mas, não
posso deixar passar em claro que se prevê o crescimento em vinte hectares das zonas verdes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

complementado com o Plano de Gestão do Património Arbóreo do Concelho. Também aqui se calhar, no futuro teremos que seguir o caminho que as rolas fizeram, abandonar o campo e vir para as cidades. Numa altura em que as florestas são tão mal tratadas, será sempre bem vinda a plantação de árvores no interior do Concelho. -----

-----Poderia aqui e agora referir os outros planos, quão importantes seriam para outras autarquias, como projectos da arquitectura paisagística das escolas básicas ou as ribeiras do Concelho. Dispenso-me, no entanto, de os referir em detalhe, sublinhando que os não considero menos importantes. -----

-----Poderia ainda falar da recolha de resíduos, da compostagem, da Fábrica da Pólvora, do Parque dos Poetas, das verbas consignadas, acções e orçamentos que vindo de mandatos anteriores colocaram Oeiras no mapa, mas o tempo urge. -----

-----Apenas uma breve consideração final, para além do executado, Oeiras estuda, projecta e pretende crescer de forma sustentada, razão mais do que suficiente para eu votar favoravelmente este Plano e Orçamento, favoravelmente, não por razões políticas, mas, sim, por razões de consciência. -----

-----Oeiras é verde e tem futuro.”-----

-----**O Senhor Salvador Costeira (J. F. Porto Salvo)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“É óbvio que assume uma extraordinária importância no desenvolvimento e progresso de um Concelho a existência de instrumentos de planeamento, onde, com alguma eficácia, se possam definir, correctamente, estratégias adequadas a esse desenvolvimento. Não podemos ignorar que a forma como o nosso Concelho se desenvolveu, assentou, no final dos anos oitenta e na década de noventa, numa visão estratégica bem programada, reflectida de modo correcto no Plano Director Municipal que foi aprovado, onde se definiram os objectivos prioritários de desenvolvimento que projectaram o Concelho de Oeiras para o topo dos Municípios do nosso País. -----

----- É, no meu entendimento, a essa luz que deveríamos analisar as Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimento, o Plano de Actividades Municipal e o Orçamento. Julgo, até, que, apesar, das dificuldades e restrições de que este Orçamento é reflexo, todos nos deveríamos rever nele como elemento fundamental para uma correcta gestão municipal mesmo considerando alguns aspectos de pormenor, que, eventualmente, possamos não estar completamente de acordo.

----- Também consideramos importante sublinhar que, apesar, destas Opções do Plano e Orçamento não reflectirem integralmente tudo aquilo que seriam os nossos desejos e projectos, são já definidas directivas que nos permitem concluir que o caminho está traçado e que vai ser percorrido. -----

----- Importa, também, reconhecer que os anteriores Executivos, no seguimento dos propósitos definidos nos anos noventa, como já citei, desenvolveram, também, importantes acções na área do Planeamento que se deverá agora intensificar e reforçar, como aliás se considera no documento das Opções do Plano que nos é apresentado. -----

----- Desde logo no que concerne à revisão do Plano Director Municipal, considero, analisando em termos comparativos, os Planos Directores Municipais, não só de toda a Área Metropolitana de Lisboa, como também de outras zonas do nosso País, que o Plano Director Municipal do Concelho de Oeiras reflectiu preocupações de desenvolvimento urbano, considerando estratégias de carácter ambiental, actividades terciárias, desenvolvimento tecnológico e, ainda, de comunicações e acessibilidades que outros não trataram com tão elevado grau de preocupação; contudo, é imperioso reconhecer que actualmente a revisão do Plano Director Municipal deve incluir outro tipo de preocupações multidisciplinares, pois estamos a tratar de planeamento que já se considera hoje de outra geração.-----

----- Nesta matéria da revisão do PDM é importante referir as preocupações definidas a nível do desenvolvimento municipal, reflectidas no documento apresentado. Sendo de registar as áreas de trabalho assinaladas, designadamente a nível global: estratégias e propostas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desenvolvimento/ordenamento, revisão da Agenda XXI de Oeiras; a nível sectorial: estudo de mobilidade e acessibilidade, Carta e Regulamento Municipal de Ruído - conservação de recursos e qualificação ambiental; a nível do Plano Energético Municipal: Carta de Riscos - perfil económico e empresarial - estruturação, funcionalidade e qualificação urbana; a nível do perfil de Saúde: demografia/habitação, equipamentos colectivos e redes sócio-territoriais; a nível da Carta Social: infra-estruturas básicas de transportes e de comunicação. -----

-----De salientar, ainda, a necessidade de assessorias externas, não só relativamente a algumas áreas já citadas como também a outras particularmente importantes, designadamente no eixo científico/tecnológico como na demografia prospectiva e Carta Geotécnica de Risco. -----

-----Muito mais haveria para dizer sobre esta área, tão importante para o desenvolvimento do Concelho mas, escasseando o tempo, não quero deixar de referir que a Câmara Municipal de Oeiras ao optar pela elaboração de Planos de Pormenor deu um importante passo para uma maior eficácia no ordenamento correcto do Concelho. -----

-----No documento que nos é apresentado é importante referir que, estas preocupações no desenvolvimento estratégico vão ser continuadas e intensificadas sendo de registar: -----

-----Plano de Pormenor da Zona de Expansão Industrial de Porto Salvo;-----

-----Plano de Urbanização do Espaço de Articulação Barcarena/Queluz de Baixo/Tercena;-----

-----Estudo Urbanístico da Zona Ocidental de Porto Salvo; -----

-----Plano de Pormenor do Bairro Residencial de Nova Oeiras; -----

-----Plano Integrado de Reabilitação da Zona das Antigas Pedreiras; -----

-----Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia;-----

-----Plano Parcial do Norte de Oeiras; -----

-----Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide; -----

-----Plano de Pormenor da Quinta da Fonte/Carnaxide;-----

----- Plano de Pormenor do Alto de Santa Catarina.-----

----- Devo, ainda, fazer referência a estudos e projectos de iniciativa municipal em desenvolvimento, que, do ponto de vista estratégico, assumem particular importância: -----

----- Estudo Urbanístico da Zona Envolvente à Capela de Nossa Senhora do Carmo, em Linda-a-Velha;-----

----- Estudos Prévios para a Construção de Silos Automóveis para a ParquesTejo; -----

----- Estudo Urbanístico da Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés;-----

----- Escola Fixa de Trânsito;-----

----- Estudo Urbanístico de Cacilhas; -----

----- Plano de Requalificação do Bairro Currais do Cabo em Queluz de Baixo; -----

----- Programa Estratégico da Margem Direita do Rio Jamor;-----

----- Plano Urbano de Vila Fria.-----

----- Considero, também, muito importante o acompanhamento da Câmara Municipal em estudos urbanísticos de iniciativa privada: -----

----- Estudo Urbanístico do Alto da Boa Viagem;-----

----- Projecto de Reconversão da Fundação de Oeiras e acompanhamento dos Estudos de Requalificação das estações do caminho-de-ferro. -----

----- De salientar na área do planeamento as preocupações que nos são reveladas na importantíssima área da intervenção do Património Edificado. São identificados quinze núcleos de identificação histórica, dos quais oito já foram objecto de levantamento arquitectónico.-----

----- Relativamente às Áreas Urbanas de Génese Ilegal - a Pedreira Italiana, a Lage, o Casal da Choca, o Marchante, Leião, Leceia, Outeiro de Leceia, a Gandarela, a Calçada do Moinho, a Bateria do Torneiro e a Bica do Sargento - são preocupações que aqui aparecem, nas opções do Plano, e é importantíssimo encontrar com alguma rapidez e agilização para a solução desses problemas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Por fim dizer que o Plano de Habitação em Oeiras não acabou na erradicação das barracas, e, por isso, tudo o que se reflecte relativamente aos programas de habitação para idosos, para jovens e, tendo em conta o desenvolvimento social do nosso concelho, é extremamente importante. -----

-----Por último dizer que os bairros sociais do nosso concelho foram uma bandeira importante para resolver problemas de habitação social, mas, hoje, a forma como o planeamento está a ser desenvolvido, de integrar esses bairros na malha urbana existente e nas envolventes urbanísticas, vai permitir uma integração urbana de muito maior qualidade que certamente iremos conseguir se estas Opções do Plano forem aprovadas.” -----

-----O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Ouvimos há pouco uma apresentação do Senhor Presidente relativamente aos mapas do Orçamento. Foi uma apresentação interessante e utilizando o método do PowerPoint que é sempre muito fácil de acompanhar. -----

-----O Senhor Presidente deu-nos os seus critérios, apresentou-nos as suas ideias relativamente a Orçamentos anteriores comparando o realizado com as suas próprias previsões. Aceito como ele as apresentou e, quanto a isso, não tenho mais nada a acrescentar. -----

-----Não vou fazer uma apreciação global das Grandes Opções porque elas foram-nos apresentadas e veremos no desenrolar deste ano como é que elas se vão efectivar. -----

-----Tenho alguns pontos que gostaria de referir relativamente à leitura que fiz das Opções do Plano, com referência pontual como vou a seguir mencionar. -----

-----Na página quatro, sobre o Projecto PROQUAL, segundo penso era um projecto que decorria de dois mil e um a dois mil e seis. Está dito no texto que o financiamento não obtido e não cobrindo despesas de empreitada em execução levanta dúvidas a essas despesas. A meu ver, esse volume de despesas deveria estar referido para conhecermos esse cômputo e a importância dessas despesas. -----

----- Na página oitenta e nove, é a secção do Gabinete PROQUAL e depois na página noventa destaca alguns projectos referentes, também, ao projecto PROQUAL mas sem dar valores. --- -----

----- Esta questão do projecto PROQUAL, até pela razão que é afirmada no texto, deveria ser-nos dada com melhor evidência e melhor esclarecimento, até porque, na sequência desta referência ao projecto PROQUAL está dito, na página quatro, que deve ser um ano de consolidação de equilíbrio financeiro.-----

----- Estou de acordo porque esta questão do PROQUAL parece que atinge volumes bastante elevados, porque há uma referência em que só foram recebidos quatro milhões de euros, quando estavam previstos vinte milhões. É uma grande diferença.-----

----- Mas, o que está afirmado no ponto quatro, a consolidação do equilíbrio financeiro, deveria condicionar certas despesas que estão consignadas e que a seguir irei dizer quais são. ----

----- Na página doze, que é a secção do Departamento de Habitação, temos mais uma afirmação que é, também, bastante preocupante. Diz: “Há indicação de um valor elevado de mais de dois milhões de euros a definir com o INH e sujeito a validação do DGAL”. Temos aqui mais uma questão que põe em dúvida o tal equilíbrio financeiro.-----

----- Nessa mesma página estão referidas as Empresas Municipais e participadas que terão que ser dotadas. Vou encontrar na página duzentos e vinte e três do Orçamento da Despesa duas dotações no valor de setecentos mil euros para as Empresas Municipais. Pergunto se é isto que é necessário. Sendo assim, ponho a questão: -----

----- As Empresas Municipais precisam de suprimentos? Mas a necessidade de suprimentos é uma falta de capital ou uma falta de fundo de maneio? Ponho a questão em termos de gestão. - -----

----- Na página vinte e um, capítulo do Gabinete de Desenvolvimento Municipal, há uma referência a necessidade de assessorias técnicas, portanto, são serviços fora da Câmara, são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pagamentos externos. Vou encontrar, também, no Orçamento da Despesa volumes onde estão consignadas rubricas “assessorias técnicas”, na página cento e oitenta – cento e quarenta mil euros, na página cento e oitenta e um – setecentos e trinta e oito mil quatrocentos e cinquenta e sete euros. Se são estas as assessorias técnicas é também preocupante.-----

-----Na página vinte quatro – Secção de Expropriações – e nas páginas vinte e cinco e vinte e seis diz-se que os processos de expropriação são inúmeros, destacando alguns sem dar valores. Penso que o texto deveria computar todos estes valores.-----

-----Nessa longa relação de expropriações encontro alguns casos referidos e, por exemplo, no caso do Palácio dos Aciprestes supunha que esse assunto estava resolvido, que a rotunda da Quinta do Marquês estava resolvida. Pergunto: Todas estas situações envolvem expropriações? -----

-----Na página vinte e sete, onde se referem duas indemnizações a receber e não diz mais nada. Não sabemos quais são os valores.-----

-----A página vinte e nove – Gabinete de Apoio às Relações Institucionais – e a página trinta apresentam nove objectivos, os quatro primeiros são vagos e os cinco seguintes referem-se ao Parque dos Poetas. Aqui tenho que fazer uma observação: em ano de consolidação e equilíbrio financeiro deve-se continuar com o seguimento do Parque dos Poetas? Vejo no Orçamento da Despesa, páginas duzentos e nove e duzentos e onze, somei o que é que corresponde de dotações para o Parque dos Poetas e encontro um milhão de euros, sendo só metade para esculturas. -----

-----Na página trinta e cinco temos a Divisão de Informática, é uma referência interessante por lá estar mencionado o e-government, o serviço electrónico do Governo. O que lá diz é que se vai dar início ao e-government, o que suponho, por uma informação que tinha, é que há uma avaliação dum Instituto de Empresa em que abrangendo trinta e nove cidades e Municípios coloca Oeiras no e-government em vigésimo quinto do ranking de avaliação

qualitativa e quantitativa. Pergunto: -----

----- De facto, vai-se dar início ou já existe este conceito de e-government? -----

----- Aqui, parece-me, teria interesse fazer um “banch marking”, uma vez que Oeiras está em vigésimo quinto, com todos os outros referentes à avaliação do Instituto de Empresa e para melhorar a posição do Município. -----

----- Na página cinquenta e oito a sessenta e quatro é a Divisão do Planeamento, nestas seis páginas está a indicação dos Planos de Pormenor, dos Estudos Urbanísticos e de Requalificação, dos Projectos de Reconversão, etc., iniciativa municipal. Aqui, parece-me, incide bastante a divisão dos grandes planos. -----

----- Na página cento e trinta e um está referido o apetrechamento dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e primeiro ciclo e refere um aumento de quinhentos por cento na dotação. Pergunto o que é que são estes quinhentos por cento, já que são cinco vezes aquilo que existe, parece algo enorme de volume considerando se é necessário todo esse reequipamento dos estabelecimentos escolares, como está previsto no Plano. -----

----- Na página cento e trinta e sete aparece-nos a Divisão de Cultura e Turismo e este capítulo vai desta página até à página cento e quarenta e seis com uma descrição relativamente à Cultura. Para meu espanto o Turismo só tem doze linhas na última página e em que nada se diz. O Senhor Presidente falou-nos do Porto de Recreio e do que está dotado, só que além dessa dotação acho que era natural, num capítulo sobre o Turismo, que essa obra deveria ser mencionada, aproveitando este equipamento, projectos novos, novas opções de plano para o Porto de Recreio. -----

----- Perguntava ao Senhor Presidente, porque também nada se diz sobre isso, relativamente a um espaço que a Câmara tem e que tem cedido há muitos anos, que é o “Open Ténis”. Tenho ideia de ter ouvido afirmações, do Senhor Presidente, em que pensa que o “Open” deveria sair donde está e passar para Tercena/Barcarena. Perguntava se ainda tem essa ideia. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mim parece-me que aquele local, não só pela tradição, não só pela localização, não só até por estar no eixo Lisboa/Cascais, é que era o sítio mais ajustado e se deveria fazer um esforço para o manter ali. Ver quais são as obras a completar, mas não deixar fugir, porque a Câmara de Lisboa já tentou apanhar o “Open” para Lisboa, e o mais adequado é mantê-lo onde está e tentar obter uma garantia, um protocolo, de acordo com a empresa que procede a esse desporto.” -----

-----O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Habitúamo-nos, ao longo destes anos, a Orçamentos que foram sempre no sentido de mostrar a capacidade deste Município em fazer obra.-----

-----O que, a meu ver, se nota neste Orçamento, ainda que seja de louvar a preocupação do equilíbrio financeiro, são dois ou três pontos que gostaria de referir e solicitar, depois, uma explicação ao Senhor Presidente. -----

-----Em primeiro lugar tem a ver com o problema do IMI. Considero que um Orçamento não deve ser ousado, mas, realista. -----

-----Não comento a redução orçamentada para o IMT, está perfeitamente justificado e aceitável com os tempos de crise que conhecemos, não ponho em causa a redução no que respeita à Contribuição Autárquica e à Sisa, enquanto impostos abolidos. Contudo, não consigo entender porque é que há um aumento tão pequeno de dois mil e cinco para dois mil e seis. Parece-me que há uma subavaliação do IMI, porque este imposto tem a ver com imóveis que já existem no Concelho. Estão construídos, não é um problema de transacção, é um problema da sua existência. -----

-----Julgo que teria sido possível a Câmara ter ido um pouco mais longe na capacidade de apreciação destes imóveis, no sentido de ter orçamentado como Receita um valor superior. Gostaria, nesta matéria, de compreender a razão deste facto.-----

-----Em segundo lugar, sempre vi na pessoa do Senhor Presidente preocupações, que são de louvar, no que respeita à questão social e da habitação, as quais são visíveis nestas GOP,

nomeadamente na folha setenta e nove quando se diz: "...continua a aflorar no Concelho novas situações de carência...", ou seja, a Câmara está ciente de que há necessidade de abordar este problema habilmente, já não tanto em termos de novas edificações para erradicação de barracas, porque essa situação está ultrapassada, mas, para as franjas de população que continuam a ter carências habitacionais. Acho que esta preocupação social devia continuar a ter um acolhimento fundamental nesta Câmara, como teve anteriormente. -----

----- O que constatamos, no documento, é que as funções sociais tiveram uma denotada diminuição, é uma opção, mas, parece-me haver uma contradição entre a afirmação "de reconhecimento de carência e da necessidade de atacar esses problemas", com uma diminuição de cerca de vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento quanto a este item das Funções Sociais – Habitação e Serviços. Ou seja, parece-me que a Câmara deveria ter privilegiado, de acordo com aquilo que parece ser a importância das GOP ou então expliquem se é possível solucionar os problemas que existem com uma diminuição de vinte e cinco ponto cinquenta e dois do que está orçamentado. Aliás é a rubrica, a nível das Funções Sociais, que mais desce. Gostaria de perceber esta lógica, entre aquilo que parece ser uma preocupação, que é de elogiar, com aquilo que está orçamentado para responder a essa preocupação." -----

----- **O Senhor Joaquim Cotas (CDU)** referiu o seguinte: -----

----- "Os SMAS têm tido lucros consideráveis nos últimos anos. Como quase toda a receita produzida sai do bolso do consumidor, através da factura da água, lógico que seria de esperar que esse lucro apurado, no fim de cada exercício, revertesse em benefício do consumidor, quer através de investimentos nas redes de distribuição, de modo a permitir a sua substituição por outra mais moderna, com materiais mais adequados e assim permitissem uma redução considerável nas perdas de água, bem como contribuir para uma substancial melhoria na qualidade da água de consumo humano. -----

----- Em vez desta lógica, a Câmara Municipal de Oeiras descobriu mais uma fonte de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

receita – o bolso do consumidor da água dos Oeirenses. Em vez de investimento os SMAS têm entregue à Câmara Municipal uma parte significativa de lucros obtidos, como contempla a página trezentos do Orçamento. -----

-----Se tivermos em conta que a Câmara da Amadora vai levar igual quantia, o total é descapitalizado dos SMAS e eleva-se a cerca de doze milhões de euros. -----

-----O consumidor de água do nosso Concelho, que tem direito a receber nas suas torneiras água de melhor qualidade vai ter que continuar a esperar porque, de facto, contempla este documento do Orçamento da Câmara, cinco milhões oitocentos e dez mil euros que saem dos SMAS para o Orçamento da Câmara Municipal. A CDU discorda disto tudo e lutará como puder para evitar que isto aconteça.” -----

-----O **Senhor António Barros (J.F. Queijas)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Como Presidente da Junta de Freguesia de Queijas gostaria de felicitar a Câmara Municipal pelo Orçamento, hoje apresentado. -----

-----Entendo que reflecte uma leitura muito positiva do Protocolo de Delegação de Competências, bem como, uma série de acções a concretizar em Queijas. Inúmeros projectos, alguns já transitavam do Executivo Camarário anterior, outros são já deste novo Executivo e estão reflectidos neste Orçamento. -----

-----Congratulo-me, também, por depreender deste Orçamento que quatro projectos, vitais para a Freguesia, estão reflectidos neste Orçamento. Falo da Via Longitudinal Norte, cujo Plano de Actividade refere a necessidade de iniciar a construção, falo da conversão e requalificação urbanística dos núcleos antigos de Queijas e Linda-a-Pastora, falo do projecto de ampliação do Lar de Terceira Idade da Paróquia de Queijas e falo, como não podia deixar de ser, do desenvolvimento do projecto da extensão de saúde do Centro de Saúde de Queijas. São projectos importantes para a Freguesia, que de uma vez por todas devem passar das intenções à prática concreta. -----

----- Agradeço, assim, ao Executivo Camarário, pela continuidade dos projectos também na Alameda de Queijas, da construção do jardim-de-infância na nova urbanização e pelo projecto de instalações do Grupo Desportivo Primeiro de Dezembro, reflectidos neste Orçamento. -----

----- Gostaria de agradecer, especialmente ao Senhor Presidente da Câmara, a colaboração com a Junta de Freguesia, tal como é referido no Plano de Actividades, e cito: “... intensificar a colaboração com as Juntas de Freguesia...” -----

----- Deixo, no entanto, um alerta, compreendendo que este não seja o Orçamento que o Senhor Presidente da Câmara gostaria de apresentar e que, provavelmente, metade do mesmo diga respeito a situações vindas do anterior Executivo, mas estarei atento ao próximo Orçamento da Câmara para as situações reflectidas na Freguesia de Queijas. -----

----- Terminando, faço um apelo à Assembleia, tal como referi na intervenção que fiz aquando da discussão do Protocolo de Delegação de Competências, a aprovação deste Orçamento é vital para a continuidade do trabalho das Juntas de Freguesia, bem como para diversas Colectividades e Associações que, quase em exclusivo, dependem do apoio financeiro da Câmara Municipal. Por isso, apelo a que se aprove rapidamente este documento, obviamente que votarei favoravelmente.” -----

----- **O Senhor Luís Santos (IOMAF)** disse o seguinte:-----

----- “Analisando as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e seis na sua generalidade, e, particularmente, na área da Educação, verifica-se que os mesmos contemplam, nas suas grandes linhas, aquilo que foi anunciado no programa eleitoral do Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente, e que mereceu a confiança dos eleitores nas eleições de Outubro passado. -

----- São anunciadas várias intervenções a realizar, que embora não sejam, ainda, as ideais, constituirão o primeiro passo para se atingir o grande objectivo, que é o de fazer das nossas escolas as melhores de Portugal.-----

----- Na impossibilidade de enunciar aqui todas as intervenções, refiro apenas algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que me parecem mais significativas: -----

-----Revisão da Carta Educativa de Oeiras; -----

-----Reordenamento da Rede Escolar; -----

-----Criação de Centros Escolares Integrados a par da desactivação das escolas que funcionem em instalações inadequadas; -----

-----Entrada em funcionamento, já no próximo ano escolar, duma nova Escola EB1 em Queijas; --- -----

-----Acordo com a DREL para a construção de uma Escola EBI na Freguesia de Barcarena; -----

-----Continuação e reforço dos apoios aos alunos carenciados, para a aquisição de livros, transporte e alimentação. Particularmente a criação de suplemento alimentar para os alunos;-----

-----Dotação das Escolas EB1 de mobiliário novo e aumento em quinhentos por cento desse mobiliário;-----

-----Reforço do equipamento de forma a que os alunos permaneçam mais tempo na escola, fruto do prolongamento de horário; -----

-----Apoio às escolas para melhor ocupação dos tempos dedicados às actividades extra-curriculares; -----

-----Utilização em massa das novas tecnologias;-----

-----Alargamento da oferta de formação aos professores;-----

-----Apoio a projectos desenvolvidos pelos Agrupamentos. -----

-----Por tudo isto, por se tratar de um documento com rigor, seriedade, exequível porque tem em conta a realidade actual, apesar das dificuldades financeiras com que o Município se debate, torna-se evidente que só uma atitude deve ser tomada perante o mesmo: a sua aprovação por todos aqueles que, estando interessados numa oposição séria, isenta de lutas partidárias, estão motivados para colaborarem no desenvolvimento do Município de Oeiras e,

particularmente, na aprendizagem e valorização das nossas crianças e dos nossos jovens.”-----

----- O **Senhor António Grosso (BE)** referiu o seguinte: -----

----- “Pela primeira vez a Câmara Municipal de Oeiras cumpriu o Estatuto do Direito de Oposição. Saudamos esse facto, e esperamos que em dois mil e sete o volumoso livro que nos foi entregue não seja só de números mas que tenha o devido prólogo político, para que se possa entender as orientações políticas daquilo que nos foi entregue há um mês, no cumprimento desse estatuto. --- -----

----- Para que a orientação do Executivo não seja uma mera navegação à vista impunha-se que houvesse alguma visão estratégica para os anos vindouros, mas o que se nota neste Orçamento é que não existe, praticamente, Plano Plurianual de Investimento. O investimento para dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove está praticamente a zero. Noventa por cento das rubricas orçamentadas estão a zero para os próximos anos. -----

----- O Plano Plurianual de Investimento impõe-se porque se impõe uma informação sobre o que está comprometido para o futuro. Quando o legislador previu um Plano Plurianual de Investimento, fê-lo para que essa informação fosse garantida, esse comprometimento para com o futuro fosse garantido e para evitar, designadamente, eleitoralismos financeiros. Ao vermos todas essas rubricas a zeros, elas só podem significar uma ausência de visão estratégica, ao contrário do que se fala. -----

----- De facto, reclama-se a qualidade de vida deste concelho, mas a sustentabilidade dessa qualidade de vida devia passar, muito mais, pela conservação ambiental do que pela expansão do betão. Ainda há pouco tempo um munícipe lamentava que na zona de Porto Salvo, antigamente, havia muitas perdizes e que agora com a construção do betão que ali se ergueu desapareceram as perdizes. Continua-se, de facto, a preferir os patos bravos às perdizes, e, por isso, se vai perdendo a qualidade de vida. -----

----- Julgamos que a ausência de visão estratégica, pela falta de um Plano Plurianual de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Investimento detalhado, é uma falha muito grave neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano aqui apresentadas.”-----

-----A **Senhora Carolina Tomé (IOMAF)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Fazem parte das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município decisões políticas que terão que fazer face aos recursos já existentes, na tentativa de os qualificar, de forma a manter os índices de desenvolvimento elevados, como vão sendo reconhecidos no Concelho de Oeiras. -----

-----A função desta autarquia é a de promotora do desenvolvimento das comunidades locais, estimulando o exercício de uma cidadania mais inclusiva e mais democrática. -----

-----Relativamente à Política Cultural proposta, destacam-se as intervenções que promovem o pluralismo de expressões culturais de livre acesso, que procuram, por um lado, salvaguardar o património como pertença dos munícipes, que participam e interagem naquilo que gostaríamos de chamar a construção da sua própria identidade, e por outro lado, fomentar uma dinâmica de acção inovadora, de abertura a novas iniciativas, descentralizadas, no plano local, nacional e internacional. -----

-----Assim, torna-se importante proporcionar o contacto directo da população com as realidades culturais, no âmbito das Artes e do Espectáculo, das Artes Visuais e Multimédia. -----

-----Considera-se necessário criar plataformas de debate cultural que reflectam os interesses da população, através da realização de Encontros, Conferências, Seminários, Acções de carácter Pedagógico, que possibilitem a fruição, difusão e valorização culturais, permitindo aproximar a autarquia da escola e da comunidade -----.

-----Para que se criem as condições favoráveis ao desenvolvimento da produção cultural, os apoios financeiros ganham relevância na mobilização de recursos técnicos, de agentes culturais, no apoio às Juntas de Freguesia, na atribuição de bolsas e prémios, e no apoio ao associativismo. -----

----- Será oportuno estabelecer relações de cooperação entre organismos públicos e privados, como é o caso das instituições de ensino, empresas e outras organizações do concelho.

----- O património histórico e a museologia são uma herança, uma tradição, uma memória e um testemunho da identidade cultural própria que o concelho de Oeiras deverá continuar a preservar, promovendo os encontros de história local, a investigação, a comunicação e divulgação. Neste âmbito, salienta-se a existência dos auditórios, teatros, galerias e bibliotecas municipais, ao serviço de toda a população, mas que se deseja de uma forma mais qualificada e integrada. - -----

----- Em termos de política cultural é urgente analisar o passado, para definir novos percursos e perspectivar o futuro.”-----

----- **O Senhor Luís Lopes (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tendo analisado os documentos que nos foram distribuídos, esperávamos que ele espelhasse as preocupações e todas as promessas, e compromissos assumidos por parte do Senhor Presidente relativamente à modernidade no nosso Concelho.-----

----- Lendo a parte introdutória ficámos muito esperançados que tal acontecesse, e muitos dos colegas da Assembleia já o referiram, mas, penso, que não tiveram algum cuidado entre aquilo que se promete e aquilo que o Senhor Presidente, na frieza dos números, diz que vai fazer.

----- Algo muito querido para o Partido Socialista seria a Cidade Digital, e depois de analisar os números verifico que para esse projecto tão importante, que alguém já referiu o nosso posicionamento do ranking, vejo que para o ano dois mil e seis estão previstos quinze mil euros, no Plano Plurianual não vejo lá mais nada, não sei se será uma intenção de fazer um estudo, mas não vejo continuidade para que esta relação com município seja desburocratizada e que seja mais célere. -----

----- Um membro desta Assembleia, do Grupo Isaltino Oeiras Mais à Frente, falou de algo muito importante, falou do suprimento alimentar nas escolas. Diria, a esse meu colega, que visse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com algum cuidado que esse dado tão importante tem um cabimento de quatro mil euros/ano. Portanto, se isto é entender a preocupação e dar cobertura a esse item com essa verba/ano será muito pouco.-----

-----O Senhor Presidente utilizou, e vou também utilizar, a comparação entre o realizado e o orçamentado. Fala no decréscimo, mas, o que se está a observar, em termos de rigor, é que este Orçamento relativamente ao orçamentado tem um crescimento na ordem dos trinta por cento e estando num ano de contenção há um empolamento de receitas, nomeadamente, de investimento, e, por isso, permite apontar para estes números.-----

-----Se o que nos é dito tivesse o seu correspondente, em termos das verbas orçamentadas, estaríamos muito contentes. -----

-----Na página dezasseis, e verificando o que se passou no ano dois mil e cinco, só em juros de dívida foram à volta de setecentos mil euros, e a dotação para esta rubrica – Encargos de Dívida de Juros – está a zero. Pergunto se a Câmara conseguiu pagar todas as suas dívidas, e por isso não faz cabimento de qualquer verba para o pagamento de juros com encargos de dívida que tenha do anterior.” -----

-----A **Senhora Luísa Diego Lisboa (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Relativamente ao sector da Educação, porque é um assunto que nos é muito caro, vemos com agrado que se prevê a reformulação da Carta Educativa. -----

-----A Carta Educativa foi um documento aprovado no anterior mandato desta Assembleia pela maior parte dos políticos do grupo do actual Executivo, por isso congratulamo-nos que o mesmo Grupo Político, hoje, reveja que há muita coisa que reformular, tal como demos conta, já hoje, no Período Antes da Ordem de Trabalhos, quando falávamos das rampas, não se avaliou a questão e não está analisada na Carta Educativa, quando esse levantamento deveria ter sido feito. -----

-----Lembro, também, a Escola de Queijas/Jardim-de-infância/Primeiro Ciclo, com

setenta e cinco lugares para o jardim-de-infância e quatro salas, para Primeiro Ciclo. Volto a lembrar, e já o fiz o ano passado – neste contexto da Carta Educativa –, que esta desproporção entre a capacidade do jardim-de-infância e a capacidade do Primeiro Ciclo vai trazer problemas de gestão quando a escola estiver em funcionamento. Deveria ser para três salas de jardim-de-infância, doze salas de Primeiro Ciclo. -----

----- Como se anuncia, para este ano – neste programa – um projecto para uma Escola Básica Integrada em Barcarena, lembro que talvez seja melhor estudar a legislação de admissão de crianças nos jardins-de-infância para se perceber que têm prioridade as crianças de cinco anos e estas são as que no ano seguinte precisam de passar ao primeiro ano, e, portanto, têm que haver salas suficientes em sintonia e em concordância com o número de crianças ali havidas. -----

----- Congratulo-me com a relevância que é dada à parte do equipamento informático. Acho, contudo, que quinhentos por cento de dotação no mobiliário escolar parece-me um pouco novo-riquismo, como já foi dito, mas se foi baseado num levantamento, concordo, mas não vejo no levantamento da Carta Educativa nada que fale sobre que o equipamento esteja desajustado, mas veremos.-----

----- No final do ano faremos a reavaliação e iremos acompanhar durante o ano o que é prometido no documento. São bastantes coisas que nos agradam, veremos o que será feito.” -----

----- **A Senhora Jane de Carvalho (BE)** disse o seguinte: -----

----- “Em relação às Grandes Opções do Plano, relativamente ao SATUO não consegui depreender qual será a visão estratégica para os próximos anos. Consegui encontrar duas referências ao SATUO, uma que diz: “...desenvolvimento dos estudos definidores do traçado nas diferentes alternativas, possíveis prolongamentos do SATUO...” e, por outro lado,”... é imperativo criar ou desenvolver duas linhas...”, mas não dizem para quando. -----

----- No folheto do SATUO de dois mil e dois, relativo ao seu prolongamento, diz: “...previsão do início do funcionamento – segundo semestre de dois mil e cinco...”, já estamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no segundo semestre de dois mil e seis e não sei quando é que essa linha vai começar a funcionar. - -----

-----Num panfleto mais recente não se fala em prolongamento, só mostra uma linha, mas continua a referir que consegue transportar duas mil e trezentas pessoas por hora. -----

-----Como visão estratégica quais são os investimentos previstos e porquê? -----

-----Temos neste momento um troço do SATUO a trabalhar, que infelizmente dá um prejuízo de cerca de três mil euros por dia. Se o Senhor Presidente da Câmara diz que só vai começar a haver lucro quando chegar ao Lagoas Parque, e não há previsão para o início da obra, se calhar vamos ficar alguns anos a ter prejuízo todos os dias, e não digam que os meus valores são aleatórios sem apresentarem os correctos porque se não fico com os meus, ou seja, opinião por opinião a minha é mais credível. -----

-----Temos, efectivamente, um prejuízo diário e não soube quando o SATUO vai começar a dar lucro, se é que vai, porque prejuízo dá já que continua vazio, infelizmente estou de acordo com o site da Câmara Municipal de Oeiras, que a única pessoa que lá anda é o Marquês de Pombal, o fantasma. -----

-----Não sei se a Câmara Municipal sabe quando é que se vai começar a ter lucro ou se tem algum plano para que dê menos prejuízo, se não o desactiva. Não sei o que pode ser feito mas nas Grandes Opções do Plano não vejo investimento, não vejo datas. -----

-----O trabalho das Bibliotecas Municipais de Oeiras, no geral, é excelente. Em relação às bibliotecas escolares, as que conheço, estão bem equipadas. Entretanto há um porém, em algumas escolas existe o problema de não haver pessoal para garantir que as bibliotecas estejam abertas e garantir que as crianças possam levantar e entregar os livros. Talvez se possa corrigir essa situação colocando um técnico, por dia, em cada escola.” -----

-----O Senhor Reis Marques (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Congratulo-me pela apresentação que o Senhor Presidente fez deste documento, e o

mesmo já tem História, tem vinte anos, ele criou um estilo próprio. -----

----- Há pouco referiu que se tratava dum documento do Executivo anterior, mas o Senhor Presidente também fazia parte dele. A determinada altura, por várias questões, foi-se embora, mas era o seu Executivo. -----

----- Houve alguns objectivos que me falharam. É feita uma intervenção sobre os mercados e não há uma palavra sobre o Mercado de Linda-a-Velha. Gostava que me explicassem esta situação. -----

----- Fala-se também muito do PROQUAL. Mas, o PROQUAL é a continuação do projecto URBAN na versão POLIS. O URBAN também começava em Outurela e chegava a Algés, depois teve que ser encurtado. -----

----- Relativamente à rede do pré-escolar, e o Senhor Presidente afirmou-o, a rede privada do pré-escolar ajuda a suprimir as faltas. Acho que era importante que a Câmara de Oeiras tivesse sobre este assunto uma posição de vanguarda e fizesse disso uma batalha do Município de Oeiras, porque neste Concelho não vivem só pessoas com posses, também vivem pessoas com carências e que não podem, muitas vezes, recorrer às instituições de solidariedade, que muitas vezes só têm o nome porque o que lá se paga é muito bem pago.” -----

----- **O Senhor Arnaldo Pereira (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na página quarenta e quatro é enunciado o objectivo de se proceder ao levantamento do Património Artístico da Câmara Municipal e refere-se a necessidade de recorrer a uma unidade externa para o efeito, dada a ausência de técnicos qualificados na Câmara para fazer esse trabalho. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se o quadro da Lei do Património, que obriga as Câmaras Municipais ao levantamento do património e não apenas ao património da Câmara mas sim Municipal, material e imaterial, estabelece uma determinada metodologia e preconiza contratualizações e parcerias a estabelecer com o IPPAR. Porque não estou a ver que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tipo de unidade externa possa ser útil, a não ser uma parceria com uma instituição universitária ou outra capacitada para realizar o levantamento do espólio artístico da Câmara Municipal, pergunto se o IPPAR não o poderá fazer -----

-----Na página cento e trinta e oito, e no que diz respeito à Cultura, fala-se muito da construção da imagem identitária. Está um pouco na moda, mas isso depois não se traduz em acções concretas que, em termos das Grandes Opções do Plano possam corporizar este objectivo. Pude identificar as omissões, nomeadamente sobre o projecto do Palácio do Marquês, que tem um papel perfeitamente crucial na construção desta imagem identitária, e um projecto museológico. Espero que este não seja feito da soma de museus municipais avulsos, mas, seja um projecto municipal integrado, que dê unidade e coerência a toda a intervenção museológica da Câmara Municipal, também não encontrei nada na Cultura que pudesse dar conta da concretização deste objectivo. -----

-----Quero dizer que relativamente à Cultura, ao contrário de muitas intervenções, considero estas Grandes Opções muito pouco ambiciosas e com omissões e lacunas de vária ordem. -----

-----No que diz respeito à Habitação, gostaria que o Senhor Presidente nos pudesse explicar porque é que se omite qualquer referência ao Observatório da Habitação. -----

-----Presumia-se que o Observatório da Habitação iria fazer o levantamento da situação de famílias carenciadas para que se pudesse, depois, definir uma política que constituísse a segunda fase da política de realojamento da Câmara Municipal. Gostaria que nos pudesse, também, informar como é que se traduz este objectivo – Desenvolvimento de Unidades de Residência e Apoio a Idosos.” -----

-----O Senhor Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide) fez o seguinte pedido de esclarecimento:

-----“Li atentamente as Grandes Opções do Plano, estão explícitas, mas, no entanto, tenho algumas dúvidas. -----

----- O que é que está previsto para o Quintal Desportivo, o que é que está previsto para a Avenida dos Cavaleiros e o que é que está previsto para a Quinta da Gandarela? -----

----- A **Senhora Alda Lima (J. F. Algés)** disse o seguinte: -----

----- “Relativamente à rubrica zero oito zero cinco zero um zero dois – Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra – estão consignados trinta mil euros. -----

----- Como Presidente da Junta de Algés não tendo verificado qualquer outro argumento, gostaria de saber para que fim se destina a referida verba (trinta mil euros).” -----

----- **C.M.O.** -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Começava pelas questões colocadas pelo Senhor Arnaldo Pereira. -----

----- Tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Assembleia e, para este ano, havia alguma dificuldade em quantificar os montantes que permitem o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

----- Esses montantes estão globalmente considerados no apoio aos Órgãos das Autarquias Locais e, obviamente, há um orçamento que consta do Orçamento da Câmara Municipal para a Assembleia Municipal, o que não está especificado. -----

----- Este ano teremos condições, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no contexto daquilo que é a actividade da Assembleia, poderá ir trabalhando no sentido de para dois mil e sete autonomizarmos o Orçamento destinado ao funcionamento da Assembleia Municipal.

----- Já acordei com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que no próximo ano se fará o Orçamento autonomizado. -----

----- Relativamente a promessas eleitorais, peço que não fiquem preocupados, seria bom para a oposição e seria mau para os cidadãos do Concelho se esta Câmara não cumprisse as promessas feitas, e significaria que os cidadãos eleitores não deixariam de sancionar a falta de cumprimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Não me desresponsabilizo com aquilo que tem a ver com o anterior Executivo, aliás na exposição que fiz nem sequer o mencionei, só falei nele quando me reporte à execução orçamental de dois mil e cinco, porque é natural que se façam comparações relativamente a dois mil e cinco com dois mil e seis, até porque se poderia pensar que diminuiria a ambição deste Presidente da Câmara pelo facto de haver uma diminuição global do Orçamento, quando a minha ambição é muito maior e assumi, várias vezes, o compromisso de que em dois mil e seis teremos uma execução orçamental superior a dois mil e cinco. Cá estaremos no fim do ano para sermos julgados sobre esta afirmação que estou a fazer. -----

-----É indiscutível que um Orçamento e as GOP de um primeiro ano são de transição. Há compromissos e ainda não disse que não os respeitava. Há assuntos que vou falar porque não fui eu que os trouxe, mas, alguém os trouxe.-----

-----Não disse que havia empolamento da Receita propositadamente. Disse é que poderíamos considerar que ao nível da Receita de Capital – Alienação de Terrenos – poderia aqui haver um empolamento no caso de não se conseguir realizar as vendas previstas. Aquilo que está consignado para futura hipótese de venda, são terrenos em que há a possibilidade de realizar esse negócio. Há apenas um em que implicaria, eventualmente, uma permuta, que tem a ver com as oficinas do Espargal e que levaria a termos novas oficinas, e, é o único relativamente ao qual ponho algumas dúvidas. -----

-----Neste momento também já não corremos o risco da cativação, pelo menos nos próximos meses, do Fundo Geral Municipal relativamente à dívida do artigo cento e dois – vinte e um milhões de euros – porque, entretanto, desencadeei negociações com o Director-Geral do Tesouro e com o Secretário de Estado do Tesouro e estamos a tentar encontrar uma plataforma que permita uma programação do pagamento ao longo, se possível, de quatro anos e ainda, também se possível, com alguma participação do Instituto Nacional de Habitação. Naturalmente que a venda tem que ser autorizada pela Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Daniel Branco chamou aqui à colação uma questão, e não chego a entender o que é que pretende criticar e quem é que pretende atingir, relativa ao Porto de Recreio. Chamou à atenção do facto de eu considerar que era a “menina dos olhos” do Senhor Arnaldo Pereira. Referiu que, em termos de trabalhos a mais, há ainda irregularidade que vai custar mais trinta ou quarenta por cento, aliás serão, quase, de cerca de três milhões de euros a mais, mas quem aprovou foi o Senhor Arnaldo Pereira juntamente com quem estava na Câmara Municipal, não fui eu. -----

----- Neste momento, a esta Câmara Municipal, compete-lhe – com dignidade, com seriedade – resolver os problemas, porventura, mal resolvidos, sem fazer chicana porque são assuntos que devem ser resolvidos e não fui eu que aprovei os trabalhos a mais do Porto de Recreio. Foi, precisamente, o Senhor Arnaldo Pereira. Não há um único voto contra relativamente a essa questão. -----

----- De maneira que, em primeiro lugar, peça responsabilidades ao Senhor Arnaldo Pereira. --- -----

----- Estou a tentar encontrar, com os Senhores Vereadores da Câmara Municipal, a melhor forma de resolver este problema dos trabalhos a mais do Porto de Recreio. -----

----- Como sabem foi inaugurado em Setembro do ano passado, ainda mesmo antes das eleições e esta Câmara Municipal está a tentar encontrar uma solução como o estamos a fazer para todos os problemas. Cito este caso porque o Senhor Daniel Branco a ele se referiu e, por acaso, acho que tem razão, pelo menos sobre quem é responsável. -----

----- Julgo que na última Assembleia já tinha referido o assunto da descentralização nas Freguesias e reafirmo mais uma vez: tudo aquilo que as Freguesias conseguirem realizar em matéria de delegação de competências, a Câmara Municipal não faltará com recursos para as Juntas de Freguesia. É um compromisso que está assumido e faremos as alterações orçamentais necessárias tendentes a satisfazerem essas necessidades. Até porque o trabalho realizado pelas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Juntas de Freguesia a Câmara Municipal não o faz, e, provavelmente, as Juntas de Freguesia até poderão fazer com poupança e ganhamos todos. -----

-----O Senhor Macieira Coelho fez uma série de referências a várias questões. Reconheço que leu atentamente a apresentação das Grandes Opções do Plano e, dado o pouco tempo que tenho, não posso responder, como gostaria, a tudo. -----

-----Mas no arrazoadado, em princípio, só a título excepcional, é que se referem os montantes do PROQUAL. O PROQUAL contempla um conjunto de projectos e obras que estariam para ser financiadas com uma verba significativa dos Fundos Comunitários. Não se realizou essa verba na sua maior expressão, e, naturalmente que se faz uma referência porque não se podia deixar de fazer, na medida em que, há uma redução significativa das transferências de Fundos Comunitários ou da Administração Central para o Município e, por outro lado, é óbvio que sendo obras que estão a decorrer elas têm que ser realizadas, têm que ser pagas. Temos que encontrar uma solução que nos permita resolver esse problema.-----

-----No arrazoadado fala-se no PROQUAL, fala-se na diferença do montante das transferências, que depois vem concretizado em termos de números.-----

-----No que diz respeito às dívidas ao INH, trata-se também de regularização de situações. Acontece que há uma série de fogos, por via da capacidade de endividamento da Câmara Municipal, como sabem as Câmaras não puderam adquirir, mesmo ao nível da habitação social, por via dos limites à capacidade de endividamento e o INH substituiu-se à Câmara Municipal na aquisição de fogos que haviam sido contratualizados por esta. São catorze na Portela e duzentos e noventa e dois no Pátio dos Cavaleiros. São quase trezentos fogos que a Câmara Municipal entregou, mas como não podia fazer as escrituras, estas foram feitas pelo INH, passaram para a propriedade do INH e agora têm que passar para a propriedade da Câmara e à medida que vamos tendo capacidade de endividamento vamos adquirindo esses fogos e pagamos ao INH, através da contracção de empréstimos.-----

----- É claro que as Empresas Municipais precisam de suprimentos, algumas, outras não. A Parques Tejo já precisou de suprimentos, neste momento não me parece que venha a precisar mas pode precisar se, porventura, enveredar pelo investimento directo na construção de parques de estacionamento. Aí terá que haver suprimentos. Em termos de exploração não precisa de suprimentos.-----

----- A Oeiras Viva, por exemplo, precisa, eventualmente, de suprimentos ou do cumprimento rigoroso do contrato-programa porque as transferências para a Oeiras Viva fazem-se através de um contrato-programa, e aí a Câmara Municipal também tem de cumprir esses compromissos, isto é, se a Oeiras Viva gere auditórios, pavilhões desportivos, etc. a Câmara Municipal utiliza-os e tem que pagar à Oeiras Viva, mediante um contrato-programa, e anualmente tem que transferir essas verbas.-----

----- O Lemo é uma empresa intermunicipal, pode carecer de suprimentos enquanto a carteira de clientes não é suficiente para os investimentos que tem que fazer. Qualquer empresa se tem que fazer determinado tipo de investimentos, e isso está previsto nos estudos económicos e nos contratos celebrados entre a Câmara e essas empresas, precisa que sejam feitos suprimentos.-----

----- Relativamente às assessorias técnicas para o Plano Director Municipal, compreendo que nuns casos achem muito e que noutros casos achem pouco. Estas assessorias são fundamentais. O Executivo anterior determinou arrancar com a revisão do PDM, há dois anos. Posso afirmar que discordo, por exemplo, das orientações estratégicas que visam a revisão do Plano Director Municipal, esta é uma questão. Mas quanto ao atraso, começou há dois anos mas a CCDR só há quinze dias é que comunicou à Câmara Municipal a designação da Comissão de Acompanhamento, ou seja, as CCDR não têm recursos humanos que lhes permitam acompanhar a elaboração dos Planos Directores Municipais. A elaboração dum Plano Director Municipal, hoje, está a demorar dez anos; um Plano de Pormenor sete e há pouco tempo dizia o Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da CCDR que ficariam muito satisfeitos se esses prazos fossem reduzidos para metade. -----

-----Agora, que foi nomeada a Comissão de Acompanhamento, temos que acelerar no sentido de criarmos condições para que não haja qualquer pretexto, por parte da CCDR e das outras entidades que vão ser consultadas, de que não fazemos o trabalho de casa. E, portanto, vamos ter várias assessorias para o PDM. -----

-----Quanto ao Palácio dos Aciprestes, aliás na Câmara Municipal esse assunto foi discutido, ele devia, realmente, ter saído daqui. Há processos de expropriação que se arrastam durante quinze/vinte anos. O cento e dois arrastou-se desde setenta e seis, só terminou agora, demorou trinta anos. -----

-----Realmente o Palácio dos Aciprestes deve sair daqui mas a Rotunda da Quinta do Marquês deve estar porque da avaliação que foi feita, os árbitros chegaram à conclusão que valia quatrocentos/quinhentos mil contos. Vamos tentar retomar as negociações para ver se encontramos uma solução. -----

-----Devo dizer que, relativamente, à conclusão da segunda fase do Parque dos Poetas, era uma prioridade de todos os candidatos à Câmara Municipal, pois pareceu-me ver em todos os programas eleitorais, pelo menos daqueles que tinham pretensões em eleger Vereadores. -----

-----De facto, neste momento, há dois equipamentos, Parque dos Poetas e Passeio Marítimo, que trazem a este Concelho milhares de pessoas. Quem quiser frequentar ao fim-de-semana, num bom dia, quer o Parque dos Poetas, quer o Passeio Marítimo verá que têm uma afluência extraordinária. -----

-----Não tenho dúvidas que a conclusão da segunda fase do Parque dos Poetas vai ter um crescimento exponencial. É um equipamento de dimensão nacional e, portanto, é vital para nós concluirmos rapidamente. -----

-----Há uma parte para projecto, não está nada para obra, está previsto para projecto porque a obra só arrancará em finais de dois mil e sete ou dois mil e oito, visto que é necessário

fazer os projectos desta segunda fase. É isso que está aqui previsto.-----

----- Em relação às esculturas vamos também retomar o processo de mecenato. Devo dizer que havia cerca de quatrocentos mil contos de mecenato. Vamos retomar porque há muitos empresários do Concelho que querem patrocinar a execução de determinadas esculturas. -----

----- Quanto ao problema do e-government e da Divisão de Informática, neste momento é uma prioridade, mas, a questão é de tempo, porque depende da capacidade que os serviços da Câmara Municipal tenham, não é uma questão financeira, mas também não são dez mil euros, como alguém disse, possivelmente estão aqui milhões de euros para equipamento informático e vários programas informáticos, além de estudos diversos em diversos serviços. Para se estabelecer uma relação inter-activa com os munícipes, através da Internet, e eles avaliarem qual é a posição dos processos, fazerem requerimentos, receberem respostas directamente através da Internet; etc., implica que da parte dos diversos serviços da Câmara haja capacidade para introduzir os conteúdos. Esta é a questão mais importante. -----

----- A dificuldade que a Câmara Municipal tem, e é aí que vamos trabalhar, é nesse sentido. A questão nem é complicada do ponto de vista financeiro. Neste momento, estamos a sensibilizar os serviços para darmos passos nesse sentido e penso que na Vereação todos estão sensibilizados nessa matéria.-----

----- Se Oeiras ocupa o vigésimo lugar no ranking desses Municípios, devo dizer que tenho pena porque gostaria que estivesse muito mais à frente.-----

----- Relativamente à questão do aumento de quinhentos por cento, é claro que não vamos deitar dinheiro fora. Temos algumas escolas, trinta e seis escolas no total, vinte e cinco para equipar totalmente e onze para acabar de equipar.-----

----- O que é que nós podemos fazer este ano? Construções novas? Não, porque não temos projectos. Portanto, temos que fazer um estudo adequado de necessidades, projectar para depois construir. Mas há coisas que podemos fazer rapidamente. A aquisição do equipamento, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mobiliário, de meios adequados, fazer o melhor ao nível das refeições, e quando se falou há pouco no suplemento alimentar, devo dizer que o Município de Oeiras já investe perto de quinhentos mil euros em refeições nas escolas, portanto a questão do suplemento alimentar é apenas para uma escola, mas, aquilo que pretendemos é que não haja nenhuma criança com fome nas nossas escolas. Portanto, não é relevante o facto de estar numa determinada rubrica quatro mil, cinco mil ou dez mil euros, por vezes há determinadas verbas que aparecem mais para abrir uma rubrica e depois faz-se o investimento que for necessário. -----

-----Neste momento trata-se do equipamento porque é mais rápido, podemos fazê-lo não precisamos de estar à espera. -----

-----Os Senhores devem-se aperceber que a Câmara de Oeiras tem uma estrutura de pessoal, em termos de recursos humanos, ao nível de técnicos superiores invejável quando comparado com outras Câmaras Municipais. -----

-----Há muito texto nas GOP que não tem correspondência em números, tem correspondência no pagamento de salários. Há muitos projectos que são feitos na Câmara Municipal, como por exemplo, projectos de arranjos paisagísticos das escolas, que estão a ser feitos por núcleos. Três destes projectos estavam praticamente concluídos, vindos já do mandato anterior. A ideia é avançarmos por sectores, fazermos intervenções em quatro/cinco escolas ao mesmo tempo. -----

-----Há muito trabalho que é feito dentro da Câmara Municipal e que não tem tradução em termos de custos orçamentais porque os custos são aqueles que correspondem ao seu salário. -----

-----O Turismo não se mede pelas páginas. Em matéria de Turismo continuo a pensar como o fazia há muitos anos atrás. -----

-----No meu discurso de posse, no dia treze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e seis, e recordo-me bem, disse que Oeiras não tinha sequer uma pensão e Oeiras hoje tem vários hotéis e vai ter mais. Como é que isto apareceu? Apareceu por via da qualidade, apareceu pela

instalação de empresas, não vale a pena pensarmos em Turismo se não tivermos bom saneamento básico, boas escolas, bons equipamentos, bons jardins, boas ruas, bons passeios, etc., portanto, é a qualidade do Concelho que determina que haja investimento noutras áreas. Temos que ter equipamentos: cultural e desportivo e o Turismo vem por acréscimo. -----

----- Quando vamos fazer o Passeio Marítimo, quando estamos, neste momento, a projectar a ocupação da zona das Fontainhas com equipamento, em certa medida, parecido com o que está junto ao Porto de Recreio, quando há outros projectos, em curso, em toda a linha de costa, estamos a aproveitar aquilo que de mais importante nós podemos oferecer em termos turísticos. -----

----- Mas também ao nível de instalação de empresas, do tecido empresarial que caracteriza o nosso Concelho há aqui, e não digo ainda um turismo de negócios, nós temos homens de negócios que se instalam nos hotéis do Concelho mas quero, nos próximos anos, que haja turismo de negócios neste Concelho porque este turismo implica que haja centros de congressos, implica que se realizem conferências e que concorramos com outras zonas da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Acho que o problema do Turismo não se mede pelo número de páginas e sim por aquilo que façamos. Ao longo de todo o documento do Plano vamos encontrar muitas iniciativas, muitos investimentos que têm a ver com o Turismo. -----

----- Sobre a matéria do Estoril Open não me posso pronunciar, o Senhor Macieira Coelho disse que está bem no Estádio Nacional, eu não sei se está bem ou mal. A única coisa que sei é que havia um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a empresa do Senhor João Lagos. Ao que julgo saber esse protocolo terá sido revogado, porque tive conhecimento, através da comunicação social, que a empresa João Lagos, a Câmara Municipal e o Governo estariam a negociar no sentido de se instalar o complexo de ténis no Estádio Nacional. Eu, comentando com quem falava comigo, dizia: Não acredito que o Estado vá fazer um investimento de quatro ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinco milhões de contos para dar de mão beijada ao Senhor João Lagos para ele fazer o Estoril Open. O Estado não faz isso, o Estado poderia abrir um concurso de concessão/construção/exploração e o Senhor João Lagos poderia concorrer. -----

-----Aquilo que a Câmara Municipal se propunha fazer, nesse protocolo, era liderar um processo de construção de um complexo desportivo de ténis e constituía uma parceria com a empresa João Lagos, que estaria na obrigação de criar uma academia de ténis naquela zona, cuja utilização seria facultada, nos moldes em que a Câmara Municipal estabelecesse, a crianças do Concelho, e, portanto, esse era o modelo. -----

-----Neste momento não sei qual é a vontade do Senhor João Lagos e a permanência no Estádio Nacional depende da sua vontade. O que posso dizer é que da parte da Câmara Municipal de Oeiras vamos procurar dar andamento a esse processo. Uma coisa é construir um equipamento que iria acolher esse evento, outra coisa é construir um complexo desportivo de ténis, eventualmente com outro equipamento desportivo que sirva para ténis, mas, que possa contemplar outro tipo de actividades. Ainda não tive oportunidade de falar com ele, mas vamos ver qual é a evolução. -----

-----O que sei é que no Estádio Nacional, na minha opinião, nunca se fará, aliás, só neste País é que o Estado gere piscinas. Nem a Câmara Municipal já gere piscinas, já criou uma empresa para as gerir, mas o Estado ainda gere uma piscina, contudo, não faz sentido que seja o Estado a construir um complexo de ténis para entregar a quem quer que seja.-----

-----O Senhor Jorge Pracana fez algumas referências à capacidade do Município. Devo dizer que mesmo em relação à questão das funções sociais acho que fui claro. Nas GOP de dois mil e cinco estavam previstos oitenta e um milhões de euros, mas aquilo que foi realizado foram apenas quarenta milhões, e o que propomos nas GOP para dois mil e seis são setenta e quatro milhões, são trinta e quatro milhões acima do realizado em dois mil e cinco. Portanto, não há aqui nenhuma regressão.-----

----- Há uns anos atrás, antes de ser publicado o Decreto-Lei do POCAL, nós podíamos definir como montante a cobrar da Contribuição Autárquica ou da Derrama aquilo que entendêssemos. Normalmente eram os Vereadores da oposição que nunca estavam de acordo com o que se punha no máximo e baixava-se sempre. A realização era sempre superior àquilo que se consignava, aliás, há documentação que demonstra isso. Agora nem para mais nem para menos, agora tem que se fazer de acordo com o que a Lei estabelece, que é uma média dos últimos vinte e quatro meses. -----

----- O que significa que em relação ao IMI, à Derrama e ao IMT nós temos que colocar de acordo com a média dos últimos vinte e quatro meses. Não temos qualquer hipótese de fazer de modo diferente. -----

----- Quanto à Habitação Social nós vamos retomar o programa. Estamos a preparar um programa estratégico para a habitação e equipamentos, porque consideramos que as carências habitacionais do Concelho não se resolvem apenas com o restauro de edifícios nos núcleos antigos.-----

----- É fundamental continuar a fazer habitação para jovens carenciados que não têm dinheiro para comprar casa ou para arrendar. -----

----- É preciso fazer casas para famílias que vivem em bairros municipais e que não têm capacidade para adquirir ou para arrendar, e, portanto, têm que se fazer alguns desdobramentos. O que não significa que não tenhamos que ter cuidado nesse aspecto, para que não se esteja a criar uma situação de eternidade com famílias dependentes da Câmara Municipal. É preciso saber distinguir.-----

----- Temos que diversificar os segmentos de habitação: habitação para jovens, habitação para desdobramentos de bairros municipais, habitação para famílias carenciadas em determinados pontos do Concelho, recuperação dos edifícios antigos e, por isso mesmo, vamos utilizar todos os instrumentos, nomeadamente contratos de desenvolvimento de habitação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

promoção directa pela Câmara Municipal, recuperação de edifícios, o que significa que vamos reforçar, nos próximos anos e, estamos a preparar o Plano Estratégico para oito a dez anos nessa matéria.-----

-----O que seria se os SMAS dessem prejuízo, ao menos que haja algo que dê lucro. Naturalmente que os Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora por razões que têm a ver com os grandes investimentos que foram feitos ao longo dos anos, com o modelo de gestão que têm conseguiu racionalizar aquela gestão, garantir uma maior eficiência comparativamente com outros serviços. -----

-----Quando cheguei à Câmara Municipal, em mil novecentos e oitenta e seis, as perdas dos SMAS andavam na ordem dos trinta e cinco por cento, neste momento, situam-se na ordem dos vinte e um por cento e estou convencido que vamos conseguir chegar aos dezasseis por cento. Para reduzirmos essas perdas teremos que fazer investimento, mas investimento ao nível de reposição de redes, de água, esgotos, etc., e como todos sabem não são investimentos de cinco ou dez milhões de euros, é preciso cerzir aquelas canalizações, são pequenas obras, que não são grandes investimentos, mas, que dão incómodo às pessoas, porque é preciso cortar a água e, portanto, não podemos fazer intervenções globais. -----

-----Avançou-se, do ponto de vista da inovação, na adopção de novas tecnologias nos Serviços Municipalizados. São dos Serviços mais modernos deste País e, naturalmente, a eficiência vai aumentando, quanto menos perdas maior o lucro. O preço da água em Oeiras é igual ao preço em Cascais e em Sintra, só em Lisboa é que é diferente. -----

-----Permite-nos, esta eficiência, irmos tomar uma medida, muito em breve, que é a redução dos custos da água para famílias numerosas e para idosos acima dos sessenta anos com rendimentos iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional. Essa proposta será muito em breve adoptada, julgo que dentro de dois meses estaremos a tomar essa medida.-----

-----Os consumidores de Oeiras, Senhor Cotas, têm água de qualidade que é aferida com

frequência e é divulgada aos cidadãos. Dá-se conhecimento da qualidade da água que consomem e, nesse aspecto, damos cartas a muitas outras empresas e Serviços Municipalizados nesta área. -

----- Compreendo que a CDU discorde desta matéria porque, possivelmente, sentir-se-ia melhor se a situação financeira fosse pior, se não conseguíssemos encontrar soluções adequadas. Mas, quem tem que concordar ou discordar são os consumidores e estes pronunciam-se nas eleições. -- -----

----- Aquilo que nós estamos a fazer ao nível dos SMAS é dar mais eficiência ao seu funcionamento, garantirmos mais qualidade, garantirmos mais poupança de água porque o objectivo dos SMAS, curiosamente, não é ter lucro, é não ter prejuízo. Os últimos anos de seca vêm demonstrar que a água é um bem escasso e é preciso poupar. Portanto, não é pela via do preço da água que se diminui o consumo, até porque se baixarmos mais água se consome. As pessoas têm que poupar água naturalmente. -----

----- A estratégia do SATUO já aqui foi referida várias vezes. Todos sabem qual é. É óbvio que enquanto não avançar a próxima fase, algo que está a funcionar a um quarto ou a um quinto não pode ser rentável, portanto é preciso prolongar e quando tiver passageiros/clientes é que pode funcionar. No âmbito da empresa Municipal SATUO está-se a criar condições para se resolver o problema da segunda fase, arrancar com a obra, arranjar o financiamento, etc., porque só há uma solução, ou se opta pela via do Bloco de Esquerda, que é: implodir e desistíamos de fazer coisas, de sonhar, de resolver o problema das pessoas, mas não vamos por aí. É um projecto extraordinário, é um projecto amigo do ambiente, é um projecto de qualidade, de segurança e que vai para a frente. -----

----- Estamos a negociar com a Câmara Municipal de Sintra e com a REFER para ver se o SATUO vai até ao Cacém, é fundamental porque fica ligada a linha do Estoril à linha de Sintra. -

----- A aposta da Câmara Municipal é criar condições para que cada vez mais haja uma interacção entre as Bibliotecas Municipais da rede pública e as bibliotecas escolares. Não é fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

grandes bibliotecas nas escolas, é criar condições para que haja uma maior interacção.-----

-----Realmente não se fala no Mercado de Linda-a-Velha, estamos a estudar o que fazer com este assunto. -----

-----Rede privada das escolas do pré-escolar – Senhor Reis Marques, aí dou a mão à palmatória, acho que é importante que o Município invista cada vez mais nessa área. Hoje tenho uma opinião ligeiramente diferente, daquela que tive durante alguns tempos, sou apologista de que o investimento na rede pública do pré-escolar é fundamental, naturalmente que, tanto quanto possível, com o apoio do Governo.-----

-----O inventário do espólio artístico está feito. O que se tem que fazer, agora, é a avaliação e a Câmara Municipal fá-lo-á com o IPPAR ou com outras entidades que estejam vocacionadas para o efeito. -----

-----Relativamente ao Palácio do Marquês, estão algumas verbas previstas e a Câmara Municipal está a dialogar com o Instituto Gulbenkian de Ciência e com a Fundação Gulbenkian no sentido de desenharmos um programa para um Museu de Ciência a instalar nos jardins do Palácio e, eventualmente, na zona onde eram as salas de informática. -----

-----Não se omite o Observatório da Habitação, este continua e é um elemento fundamental para a percepção das carências em matéria de habitação no Concelho.-----

-----Em matéria de desenvolvimento de unidades residenciais a apoio a idosos, a Câmara já tem alguma experiência nessa matéria. Desenvolveu-se uma primeira unidade, há uns anos atrás, no Bairro dos Navegadores, mais tarde, no Executivo anterior no Pátio dos Cavaleiros, com cerca de trinta apartamentos. -----

-----Instalavam-se famílias isoladas ou casais que não têm grande autonomia em apartamentos com algum apoio domiciliário, suportado pela Câmara Municipal. Neste momento, o investimento é o equipamento na Outurela/Portela com sessenta apartamentos destinados a este tipo de população. -----

----- Em relação ao Quintal Desportivo, a Câmara Municipal está a preparar com a Parques Tejo a possibilidade de ali fazer um estacionamento, mas, estamos também a fazer o estudo que nos permite decidir se o centro de saúde também será ali construído ou não, portanto, estão a decorrer trabalhos nesse sentido. -----

----- Sobre o Pátio dos Cavaleiros, julgo que se queria referir ao chamado complexo multiusos ou centro multiusos de informação profissional, o qual vai ser reformulado porque o Tribunal de Contas não deu visto, mas é um projecto para continuar. -----

----- A Quinta da Gandarela é um bairro de génese ilegal, que está neste momento em apreciação e cujo andamento vai depender da própria vontade dos moradores, no sentido de se associarem e trabalharem com a Câmara Municipal nesse sentido. -----

----- A Senhora Presidente da Junta de Algés colocou uma questão relativamente a uma dotação de trinta mil euros. Julgo que se refere às instalações da Junta de Oeiras, como a Junta de Algés também já teve há uns anos atrás quando se fizeram as instalações novas. Esta dotação é para obras de melhoramento na sede da Junta de Freguesia de Oeiras. -----

----- Este Orçamento e estas GOP's poderiam, na perspectiva de alguns, ser mais ambiciosos, mas lembro que a taxa de execução, em dois mil e cinco, foi de sessenta e seis por cento. -----

----- Este não é um Orçamento do zero nem são umas GOP's do zero, há aqui uma continuidade, que é assumida porque há projectos que vêm do mandato anterior, projectos aos quais se deve dar essa continuidade, mas, no primeiro ano de um novo mandato há uma questão que é fundamental – a concretização da política, que se traduz em novos projectos – designadamente projectos estruturantes ou novas políticas – passa por estudar primeiro a situação. -- -----

----- O ano de dois mil e seis é também, para a Câmara Municipal, uma fase de reflexão, de estudo, de elaboração de projectos e em dois mil e sete teremos oportunidade de relançar todo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um conjunto de novas políticas e projectos, que irão continuar a fazer com que Oeiras se destaque, continue a ser uma referência porque é esse o nosso objectivo. -----

----- Acredito na capacidade de realização da Câmara Municipal, acho que é fundamental mobilizar os recursos humanos que temos, estimular os dirigentes, os técnicos, empenhá-los, responsabilizá-los e estou convencido que fazendo isso, e estamos a fazê-lo, vamos ter um grau de realização extraordinário em dois mil e seis que nos vai permitir criar condições para que em dois mil e sete apareça todo um conjunto de projectos.-----

-----O programa eleitoral que conduziu à equipa que lidera a Câmara Municipal já está plasmado nestas GOP'S. Seja ao nível da terceira-idade, seja ao nível da educação, seja ao nível da cultura, seja ao nível do ambiente há muito trabalho que já está aqui plasmado e que irá ser feito ao longo deste ano. A minha satisfação será a de chegar ao fim deste ano, ao fim deste mandato e verificar que a generalidade dos Partidos representados nesta Assembleia Municipal se revêem afinal naquilo que foi o trabalho deste Executivo ao longo dos quatro anos.”-----

-----A **Senhora Jane de Carvalho (BE)** fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

-----“Enquanto as respostas que obtemos não sejam satisfatórias, nós vamos continuar a perguntar sobre o SATUO. -----

-----A pergunta feita foi clara: O que é que se pretende, enquanto não se arranja o financiamento, enquanto não se consegue construir o segundo troço? O que fazer com o dinheiro que se perde diariamente com o SATUO a circular vazio? O que é que se pretende?-----

-----Há outra coisa que já vimos a pedir há algum tempo, mesmo no mandato anterior, que são as estatísticas do SATUO. O estudo económico que dizem que existe sobre o SATUO e é o estudo de mobilidade que foi feito para o SATUO. O planeamento plurianual também não existe. Tem que se fazer uma reavaliação do troço que já existe para que não haja um prejuízo tão acentuado, ainda mais em época de contenção. -----

-----O SATUO também não é um projecto de qualidade, nem é o mono-carril que nos foi

prometido, porque o mono-carril é bem diferente.-----

----- Concluindo: polui visual, sonora e atmosfericamente se bem que não no local.” -----

5.5.1 VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com doze votos contra, sendo sete do PS (Marcos Sá Rodrigues, Vidal Antão, Luísa Diego Lisboa, Joaquim dos Reis Marques, Luís Alberto Lopes, Pedro Sá e Maria Hermenegilda Guimarães), três da CDU (Arnaldo Pereira, Daniel Branco e Joaquim Vieira Cotas) e dois do Bloco de Esquerda (António Vieira Grosso e Jane de Carvalho), onze abstenções do PSD (Alda Gouveia Lima, José Resende Barroco, José Eugénio Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Pracana, Alberto Barros Júnior, Ana Brito Rocha, Eduarda Godinho, Maria da Graça Tavares, José Duarte Meira e António José Viana Basto) e dezoito votos a favor do Grupo IOMAF (Fernando Beirão Alves, Jorge Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João Aguiam Serra, Salvador Costeira, António Costa Barros, Fernando Frade dos Santos Ferreira, Custódio de Paiva, Maria Carolina Tomé, Arlindo barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Dâmaso, António Pistacchini Moita, Abílio Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Santos Cruz e José Henriques Santana). -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 18/2006 -----**

----- PROPOSTA C.M.O. N.º 321/06 RELATIVA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA C.M.O. PARA O ANO DE 2006;-----

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e vinte e um barra zero seis, a que se refere a deliberação número dezassete da reunião da Câmara Municipal, realizada em quinze de Março último e deliberou por maioria com doze votos contra, sendo sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, onze abstenções do Partido Social Democrata e dezoito votos a favor do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Isaltino Oeiras Mais Á Frente aprovar as Grandes Opções do Plano e do Orçamento da CMO para 2006, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

5.5.1.1 Sr. Arnaldo Pereira (CDU) – DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

-----“Enquanto instrumento fundamental de gestão do Município, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, decorrem, independentemente da sua presumível correcção técnica, de uma orientação política concreta, traduzida nas escolhas e prioridades que consagram. **A bancada da CDU votou contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2006** por verificar, por um lado, que essas escolhas não correspondem aos compromissos programáticos assumidos pela CDU, podendo acrescentar-se que, em muitos aspectos, também estão longe de dar resposta à catadupa de promessas eleitorais da força política que preside à Câmara Municipal; e por considerar, por outro lado, que as prioridades estabelecidas não são as mais adequadas para resolver os problemas mais prementes das populações e promover o desenvolvimento integrado do nosso Concelho. -----

-----Assim, tal como foi sublinhado pelo nosso camarada Amílcar Campos na sua declaração aquando da votação desta proposta na Câmara Municipal, os traços mais negativos das GOP e Orçamento do Município para dois mil e seis são, em nosso entender, os seguintes: ---

-----Um - São adiadas ou desvalorizadas as questões que mais afectam o dia a dia dos munícipes, nomeadamente as relativas às unidades de saúde (de salientar a diminuição da dotação orçamental em cerca de dez por cento, relativamente a dois mil e cinco) à rede pública escolar, ao estacionamento e à mobilidade. -----

-----Dois - Os munícipes são penalizados pela aplicação da taxa máxima do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), sendo a sua qualidade de vida prejudicada pela descapitalização dos SMAS, uma vez que a transferência da verba de cerca de seis milhões de euros destes para a

Câmara Municipal não deixará de se repercutir negativamente, quer no preço da água, quer na quebra do investimento necessário para a renovação da rede de distribuição e a redução das perdas de água. -----

----- Três - Mantém-se o dispendioso funcionamento do SATU, projecto que já provou à sociedade a sua inadequação como meio de transporte público e que representa um sorvedouro de recursos insustentável a prazo. -----

----- Quarto - Mantém-se o projecto de um novo edifício para os Paços do Concelho, o que traduz exemplarmente uma política urbanística mais interessada em construir de novo do que em recuperar o património edificado existente, elegendo como objectivo central a reabilitação e a revitalização dos núcleos urbanos antigos.-----

----- Cinco - Continua a verificar-se um empolamento excessivo das receitas de capital, o que representa um sério risco de derrapagem orçamental. -----

----- Seis - Não é apresentada uma alternativa para a futura localização das Oficinas da Câmara, em resultado da venda dos terrenos do Espargal, onde actualmente se encontram instaladas. -----

----- Sete - A verba inscrita para a descentralização de competências nas Juntas de Freguesia é manifestamente insuficiente, não permitindo uma intervenção eficaz destas na resolução de um vasto leque de problemas e de carências a nível local.-----

----- Oito - Confirma-se uma significativa redução do investimento, (diminuição de dez por cento em relação a dois mil e cinco), o que dificulta a concretização de projectos inadiáveis que exigem uma considerável afectação de meios financeiros, muito particularmente no plano da recuperação do património, na reabilitação dos núcleos urbanos antigos, da rede viária e transportes, e dos equipamentos sociais. A este propósito convém salientar que esta dificuldade não se ultrapassa pelo empolamento da receita de capital e que, no âmbito desta, a venda de bens de investimento representa setenta e nove por cento do montante previsto, o que não deixa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

suscitar fundadas preocupações em relação à sustentabilidade deste modelo de funcionamento. --

-----Nove - O património histórico e os núcleos urbanos antigos continuam a ser subalternizados em termos de prioridades. Fica mais uma vez adiada a criação de Gabinetes Técnicos Locais e as dotações orçamentais são manifestamente insuficientes para promover a sua reabilitação. -----

-----Dez - Os objectivos assinalados na área da cultura são pouco ambiciosos, registando-se algumas lacunas importantes. Continua por definir um projecto museológico municipal integrado, que empreste unidade e coerência à intervenção municipal nesta área; é omitida a elaboração de um projecto para o Palácio do Marquês de Pombal, que deve ser considerado, juntamente com o Museu da Barra do Tejo, como o elemento estruturante da intervenção cultural do Município e para a construção da sua «imagem identitária»; e continua ausente uma perspectiva descentralizadora a nível do concelho que dote as freguesias mais carenciadas dos equipamentos sócio-culturais que necessitam. -----

-----Onze - É omitido o projecto do Complexo Desportivo de Vila Fria. -----

-----Continua a verificar-se a inexistência de um enquadramento plurianual das GOP e Orçamentos, de forma a viabilizar a concretização dos objectivos e dos planos estratégicos definidos no Plano Director Municipal, cujo processo de revisão importa acelerar, no âmbito de um processo que permita um debate e participação tanto quanto possível alargados. Só deste modo se poderão programar adequadamente os encargos, investimentos e recursos necessários à respectiva execução, que irão atingir patamares muito elevados, particularmente no tocante aos resíduos sólidos, equipamentos sociais, rede viária e sistema de transportes.” -----

5.5.1.2 Sr. Marcos Sá (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----“O Partido Socialista votou contra por três razões: -----

-----Primeiro ponto é o não cumprimento de muitas promessas eleitorais do actual Presidente da Câmara e é um sinal, com certeza, de respeito pelos Munícipes que votaram nele,

aliás como demonstramos noutras situações, durante este mandato. -----

----- O outro é porque não encobrimos manobras eleitorais e neste Orçamento, infelizmente, estão encobertas manobras eleitorais do último mandato e isso nós não fazemos. As coisas têm que ficar bem claras sobre este aspecto.-----

----- E o terceiro é porque somos adeptos do rigor e este empolamento da receita não nos parece a melhor via. -----

----- Evidentemente que o nosso sentido de voto seria diferente se tivéssemos tido três pontos, que nos parecem essenciais. -----

----- A primeira questão relativamente à transparência, ou seja, se fossem feitas, de facto, auditorias externas aos últimos três mandatos, que achamos fundamentais. -----

----- O segundo ponto relativamente à segurança, ou seja, duplicação efectiva dos meios e da Polícia Municipal, que é uma questão premente do nosso Concelho. -----

----- A terceira relativamente à acção social, com a duplicação da rede dos pré-primários e dos infantários, que com a proposta que o Partido Socialista fez na última eleição autárquica com a redução da Derrama às empresas, que criassem esses infantários poderia ser uma solução que não teria muitos custos e seria, de facto, muito importante para as famílias.” -----

5.5.1.3 Sr. António Grosso (BE) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- “Muitas outras razões de carácter político nos fazem votar contra este Orçamento mas particularmente aquelas questões que aqui, nesta Assembleia, falando a mesma língua de Camões não foram respondidas. Concretamente: -----

----- A falta de visão estratégica que acusámos pela ausência de um Plano Plurianual de Investimentos, visto que todas as rubricas, praticamente, estão a zeros no que diz respeito a isso, e a falta de respostas aos pedidos de esclarecimento, ainda agora feitos pela minha camarada Jane de Carvalho, demonstram que há uma falha grave por parte da Presidência da Câmara em relação ao esclarecimento sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5.5.1.4 Sr. Jorge Pracana (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----“O Partido Social Democrata, que governou este Município no último mandato, não podia votar, de facto, contra este Orçamento quando expressamente aqui é dito que iriam manter-se todos os grandes projectos que o PSD tinha desenvolvido. Mas, necessariamente, também não poderia votar a favor sendo que as GOP e o Orçamento são manifestamente um projecto político, é o projecto de quem governa, neste momento, a Câmara e, assim sendo, a ela cabe a responsabilidade de atingir os objectivos, ou seja, daqui a um ano estaremos aqui para definir e analisar os graus de realização do mesmo. -----

-----Mas, não pode ser imputado ao PSD, enquanto Partido responsável o facto de se dizer que esta Câmara se tornou ingovernável. Se ela se tornar ingovernável não será por culpa do Partido. -----

-----Assim sendo, o nosso voto em abstenção.” -----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----Não houve intervenção do público. -----

7. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO-----

----- Por decisão unânime da Mesa e de acordo com os Líderes Parlamentares, o Senhor Presidente marcou a próxima reunião, de continuação, para o dia três de Abril, no mesmo local e à mesma hora. -----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e uma horas e trinta minutos, à qual estiveram presentes quarenta e três Membros desta Assembleia Municipal (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João dos Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira

Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Ferreira Dâmaso, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela, José Henriques Marques Santana, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Carlos Jaime Santos, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Eduarda Maria Ribeiro de Matos Godinho, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, António José Viana Basto, Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Joaquim dos Reis Marques, Luís Alberto Lopes, Pedro Sá, Maria Hermenegilda Guimarães, Arnaldo António Pereira, Daniel Branco, Joaquim Vieira Cotas, António Vieira Grosso, Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho). -----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa-----

----- **O Presidente** -----

----- **O Primeiro Secretário** -----

----- **O Segundo Secretário** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS